



ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 104

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE DEZEMBRO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Doutor Luciano e Plauto Miró Guimarães.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Mil-tinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 045/2003

Curitiba, 28 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, nos termos do artigo 66, incisos I e II, da Carta Estadual, encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer o quantitativo de cargos integrantes da carreira do Magistério do Ensino Superior do Estado do Paraná e dos cargos de Agente Administrativo da carreira de Pessoal Técnico-Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior, a que se referem, respectivamente, os Capítulos I e II, da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997.

O plano de lei em referência consubstancia o resultado de estudos conjuntos da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e, ainda, com apreciação pelas secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e pela da Fazenda.

Merece destacar o fato de que a medida ora proposta retrata grande interesse público pelo seu elevado significado, ao mesmo tempo em que atende orientação dada pelo Tribunal de Contas do Estado, no sentido da regularização dos quadros funcionais das Instituições Estaduais de Ensino Superior. Demonstrando com necessário detalhamento, aspectos de conveniência e oportunidade de que a medida está revestida, segue, adiante transcrita, Exposição de Motivos que me foi apresentada através do protocolado nº 5.524.072-8, do Sistema Integrado de Documentos:

“Até 20 de dezembro de 1992 os funcionários das IEES, assim como os demais funcionários do Quadro Geral do Estado, eram regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho. Em 21.12.92, foi editada a Lei nº 10.210, que em seu artigo 70 dispõe que “os atuais servidores da administração direta e das autarquias, ocupantes de empregos com regime jurídico definido pela Consolidação das Leis do Trabalho, terão seus empregos transformados em cargos públicos na data da publicação desta Lei”. A partir desta data os funcionários passaram a ser regidos pela Lei nº 6.174 de 16.11.70 (estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná).

A interpretação na época foi de que os cargos estivessem automaticamente criados, uma vez que a Lei menciona os atuais ocupantes, ou seja, entendeu-se que a quantidade de empregos ocupados representaria o número de cargos criados.

Em 07 de maio de 1997, foi editada a Lei nº 11.713 que criou as Carreiras do Pessoal Docente e do Pessoal Técnico-Administrativo das IEES, ou seja, os funcionários das IEES deixaram de fazer parte do Quadro Geral para ter seu próprio quadro, entretanto, esta lei também não quantificou o número de cargos que comporiam as carreiras.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná considerou outra interpretação e, em auditoria realizada naquelas instituições pela 6ª Inspeção de Controle Externo, deparou-se com um número significativo de vagas ocupadas e não criadas, já que a Lei nº 11.713/97 não havia quantificado o número das mesmas.

Diante desta situação, optou-se pela regularização através da criação de uma comissão intersecretarial, encarregada de verificar o quantitativo de vagas ocupadas

por ambas as carreiras e providenciar o instrumento legal, considerando:

- a constitucionalidade da garantia, aos cidadãos, de acesso e permanência em todos os níveis de ensino;
- a natureza específica de uma instituição de educação superior e suas funções como agente de desenvolvimento, incluindo capacidade de expansão, de forma a lidar as condições de crescimento e transmutar-se de acordo com as necessidades sociais e o interesse público;
- a expedição de diplomas de formação pelas IEES, sujeitos ao registro de exercício profissional pelo respectivo órgão de classe, sendo que a validade desses diplomas está aliada à regularidade o exercício docente.

Assim, foram realizados levantamentos junto a cada instituição de ensino mantida com recursos do Tesouro do Estado, os quais resultaram num anteprojeto de lei contendo dois anexos.

O anexo referente aos docentes considerou o quantitativo de vagas ocupadas em 31 de dezembro de 2002 (data acordada entre os então titulares da SEAD e da SETI), bem como a previsão de necessidades para as Instituições no ano de 2003; o Anexo referente ao Pessoal técnico-administrativo (Agente Universitário) considerou o quantitativo das vagas ocupadas até 31 de dezembro de 2002, bem como os suprimentos previstos para as Instituições no ano de 2003.

O referido anteprojeto de lei visa conferir a necessária legalidade à ocupação de vagas, principalmente pelo fato de que cada Instituição de Ensino Superior terá fixado o seu quantitativo de vagas, em ambas as carreiras, proporcionando transparência na administração e controle do quantitativo.

Os empregos públicos criados para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná, nos termos da Lei Estadual nº 13.029, de 27 de dezembro de 2000, ficam transformados em cargos de Agente Universitário da carreira do Pessoal Técnico-Administrativo, nos termos do Capítulo II da Lei 11.713, de 07 de maio de 1997, regularizando uma situação decorrente da retirada da tramitação, a pedido das lideranças sindicais, do Projeto de Lei nº 411/2000 que dispunha que o pessoal admitido para emprego público teria sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A criação dos cargos de Professor de Ensino Médio e Instrutor Prático Nativo, que serão desativados ao vagar, assim como o acréscimo das funções de Engenheiro de Alimentos e outras no Anexo II da Lei nº 11.713/97, objetivam regularizar situações existentes nas Instituições Estaduais de Ensino Superior.

Quanto aos reflexos orçamentários e financeiros decorrentes do presente anteprojeto de lei, conforme quadro resumo em anexo, caber ressaltar o que segue:

a) o quantitativo de cargos docentes para regularizar a situação existente até dezembro 2002 (6.006 docentes), incluindo no Anexo I, não implicará em acréscimo de despesas, uma vez que já estão sendo praticadas pelas Instituições;

b) o quantitativo de cargos docentes referentes à regularização de 2003 (1.333 docentes), refere-se a 851 professores temporários e 482 professores para atendimento a novas séries dos cursos em andamento, também incluído no Anexo I. As despesas com o professores colaboradores, no montante de R\$870 mil/mês equivalente a R\$10,4 milhões/ano, já estão incluídas e sendo executadas no orçamento de 2003, não acarretando, portanto, impacto no orçamento de 2004. O provimento dos 482 cargos adicionais estará dependente de disponibilidade orçamentária. Caso os 482 cargos fossem preenchidos na classe de professor assistente com salário mensal de R\$2.654,00, o impacto orçamentário e financeiro seria da ordem de R\$17 milhões/ano;

c) o quantitativo de cargos de Agentes Universitários indicados no Anexo II (9.694 no total) refere-se às situações a seguir, que não causam impacto orçamentário e financeiro adicional por representarem despesas já praticadas ou já autorizadas no presente exercício:

- 8.822 cargos destinam-se a regularizar a situação existente nas IEES, cujo pagamento já está sendo praticado;

- 430 cargos (detalhados no Anexo III) referem-se à transformação dos empregos públicos do Hospital Universitário do Oeste do Paraná em cargos públicos, cujo pagamento também já está sendo praticado e constante de lei orçamentária;

- 315 cargos destinam-se aos Hospitais Universitários de Londrina (UEL), Maringá (UEM) e Oeste (Unioeste), substituindo os contratos temporários emergenciais, e respectivas dotações orçamentárias, autorizados pelo Decreto nº 1.499, de 30.06.2003;

- 127 cargos destinados à Fundação Faculdades Luiz Meneguel-FFALM, estadualizada pelo Decreto nº 1.052, de 11.04.2003, com despesa já autorizada.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica estabelecido o quantitativo de cargos de professores de Ensino Superior, integrantes da carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná a que se refere o Capítulo I da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, na forma do Anexo I.

§ 1º - Ato do chefe do Poder Executivo publicará, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta lei, a relação dos atuais ocupantes dos cargos a que se refere o *caput* deste artigo, por classe e por Instituição Estadual de Ensino Superior.

§ 2º - Os cargos de professor de Ensino Superior ainda não preenchidos serão supridos de acordo com o disposto na Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997,

devendo as Instituições Estaduais de Ensino Superior comunicar à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da contratação por concurso público, a classe em que foi submetido o docente.

Art. 2º - Fica estabelecido o quantitativo de cargos de agente universitário da carreira do Pessoal Técnico-Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná, a que se refere o Capítulo II da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, na forma do Anexo II.

§ 1º - Ato do chefe do Poder Executivo publicará, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei, a relação dos atuais ocupantes dos cargos a que se refere o *caput* deste artigo, por classe e por Instituição Estadual de Ensino Superior.

§ 2º - A distribuição do quantitativo de funções, por classe, do cargo de agente universitário, no limite dos quantitativos detalhados no Anexo II desta lei, será definida por ato da Instituição de Ensino Superior, em conformidade com os seus estudos.

Art. 3º - Ficam criados os cargos de agente universitário e as funções descritas a seguir, conforme quantitativo e Instituição Estadual de Ensino Superior, os quais deverão ser extintos quando vagarem.

I - 13 (treze) funções de professor de Ensino Médio Profissionalizante, classe VIII, da carreira de Agente Universitário para atender ao Colégio Estadual Agrícola Augusto Ribas da Universidade Estadual de Ponta Grossa;

II - 04 (quatro) funções de instrutor prático nativo, classe VII, da carreira de agente universitário para atender à Universidade Estadual de Maringá.

Parágrafo Único - Ato do chefe do Poder Executivo publicará, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta lei, a relação dos atuais ocupantes dos cargos a que se refere o *caput* deste artigo, por classe e por Instituição Estadual de Ensino Superior

Art. 4º - Ficam transformados em cargos de agente universitário, da carreira do Pessoal Técnico-Administrativo, nos termos do Capítulo II da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, os empregos criados para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná, nos termos da Lei nº 13.029, de 27 de dezembro de 2000.

§ 1º - Os empregos públicos transformados em cargos públicos de que trata o *caput* deste artigo no Anexo III da presente lei.

§ 2º - Ato do chefe do Poder Executivo publicará, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta lei, a relação dos atuais ocupantes dos cargos de empregos públicos transformados, por esta lei, em cargos públicos, indicando a correlação das funções.

Art. 5º - A remoção de servidores e a alocação de cargos das Instituições Estaduais de Ensino Superior, das carreiras do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná e de agente universitário, ocorrerão por ato da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, mediante prévia do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

§ 1º - As disposições funcionais de servidores autorizadas pelos dirigentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos termos do artigo 33 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, deverão ser comunicadas ao secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

§ 2º - As Instituições Estaduais de Ensino Superior, deverão encaminhar à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no prazo de 30 (trinta) dias da data da publicação desta lei, a relação de servidores em disposição funcional e os demais atos em até 15 (quinze) dias da sua autorização.

Art. 6º - Passam a contar do Anexo II da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, as funções de engenheiro de alimentos (classe VIII), engenheiro de pesca (classe VIII), engenheiro mecânico (classe VIII), maquetista (classe VIII), engenheiro de produção (classe VIII) e técnico em educação infantil (classe VIII).

Art. 7º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados dispositivos legais contrários e, em especial, as Leis nº 10.382, de 14 de julho de 1993, nº 10.510, de 27 de outubro de 1993, nº 10.798, de 23 de maio de 1994, nº 11.021, de 29 de dezembro de 1994, no que se refere à criação de funções e vagas nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná, e o artigo 5º da Lei Estadual nº 13.029, de 27 de dezembro de 2000.

ANEXO I PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE
Univers. Estadual de Londrina - UEL	1.919
Univers. Estadual de Maringá - UEM	1.482
Univers. Estadual de Ponta Grossa - UEPG	884
Univers. Estadual do Centro Oeste - Unicentro	512
Univers. Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste	1.138
Univers. Estadual do Paraná - Unespar	1.404
TOTAL GERAL	7.339

ANEXO II
AGENTE UNIVERSITÁRIO

Universidade Estadual de Londrina - UEL
Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo

CARGO	CLASSE	QUANTIDADE
AGENTE UNIVERSITÁRIO	I	27
	II	624
	III	99
	IV	588
	V	276
	VI	547
	VII	1.410
	VIII	541
	IX	69
	TOTAL	4.181

Universidade Estadual de Maringá - UEM
Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo

CARGO	CLASSE	QUANTIDADE
AGENTE UNIVERSITÁRIO	I	12
	II	379
	III	49
	IV	508
	V	222
	VI	254
	VII	619
	VIII	733
	IX	0
	TOTAL	2.776

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo

CARGO	CLASSE	QUANTIDADE
AGENTE UNIVERSITÁRIO	I	0
	II	198
	III	47
	IV	202
	V	117
	VI	25
	VII	284
	VIII	102
	IX	0
	TOTAL	975

Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro
Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo

CARGO	CLASSE	QUANTIDADE
AGENTE UNIVERSITÁRIO	I	0
	II	21
	III	1
	IV	91
	V	16
	VI	16
	VII	106
	VIII	13
	IX	0
	TOTAL	264

Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste
Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo

CARGO	CLASSE	QUANTIDADE
AGENTE UNIVERSITÁRIO	I	1
	II	159
	III	17
	IV	213
	V	41
	VI	213
	VII	272
	VIII	147
	IX	1
	TOTAL	1.064

Universidade Estadual do Paraná-Unespar
Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo

CARGO	CLASSE	QUANTIDADE
AGENTE UNIVERSITÁRIO	I	3
	II	105
	III	0
	IV	44
	V	14
	VI	3
	VII	238
	VIII	27
	IX	0
	TOTAL	434

ANEXO III
AGENTE UNIVERSITÁRIO

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
EMPREGO: Agente Universitário			CARGO: Agente Universitário		
Função	Classe	Quantidade	Função	Classe	Quantidade
AJUDANTE GERAL	II	076	AJUDANTE GERAL	II	076
ALMOXARIFE	VI	002	ALMOXARIFE	VI	002
ASSISTENTE SOCIAL	VIII	004	ASSISTENTE SOCIAL	VIII	004
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	VI	197	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	VI	197
AUXILIAR DE LABORATÓRIO	IV	008	AUXILIAR DE LABORATÓRIO	IV	008
COSTUREIRO	IV	002	COSTUREIRO	IV	002
COZINHEIRO	V	002	COZINHEIRO	V	002
ENFERMEIRO	VIII	028	ENFERMEIRO	VIII	028
ENGENHEIRO ELETRICISTA	VIII	001	ENGENHEIRO ELETRICISTA	VIII	001
FARMACÊUTICO	VIII	005	FARMACÊUTICO	VIII	005
FISIOTERAPEUTA	VIII	002	FISIOTERAPEUTA	VIII	002
FONOAUDIÓLOGO	VIII	001	FONOAUDIÓLOGO	VIII	001
MÉDICO	VIII	036	MÉDICO	VIII	036
MÉDICO PLANTONISTA	IX	001	MÉDICO PLANTONISTA	IX	001
MOTORISTA	V	003	MOTORISTA	V	003

ANEXO III
AGENTE UNIVERSITÁRIO

NUTRICIONISTA	VIII	001	NUTRICIONISTA	VIII	001
OFICIAL DE MANUTENÇÃO	V	004	OFICIAL DE MANUTENÇÃO	V	004
PORTEIRO	III	005	PORTEIRO	III	005
PSICÓLOGO	VIII	002	PSICÓLOGO	VIII	002
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	VII	041	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	VII	041
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	VII	002	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	VII	002
TELEFONISTA	IV	006	TELEFONISTA	IV	006
VIGIA	IV	001	VIGIA	IV	001
TOTAL		430	TOTAL		430

Proposta de Emenda Constitucional:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Acrescenta parágrafo ao artigo 147 da Constituição Estadual, renumerando seu parágrafo único como parágrafo segundo, conforme redação a seguir:

“§ 2º - É vedado ao Estado do Paraná a transferência, a qualquer título, de seu patrimônio constituído por ações que importem em perda do respectivo controle acionário de empresa de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para empresas controladas por capital privado”.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente da CPI da Copel, RATINHO JÚNIOR - Relator da CPI da Copel, DURVAL AMARAL, FERNANDO RIBAS CARLI, VALDIR ROSSONI, TADEU VENERI, ADEMAR TRAIANO, ALEXANDRE CURI e VANDERLEI IENSEN

Apoio:

Felipe Lucas, Jocelito Canto, Reni Pereira, Renato Gaúcho, Barbosa Neto, Neivo Beraldin, Doutor Luciano, Waldir Leite, Natálio Stica, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Augustinho Zucchi, Mauro Moraes e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

Atualmente o Governo do Estado do Paraná ainda dispõe de autorização legislativa para efetivar a alienação das ações da Copel segundo a Lei nº 12.355/98, e também em face da ainda vigente rejeição do projeto de iniciativa popular que proibia a venda das ações da Copel.

Muito embora recente decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ, tenha julgado irregular a Sessão de votação do projeto de iniciativa popular que revoga a lei estadual que concedeu autorização para alienação das ações da Copel, a matéria encontra-se *sub judice* em razão da pendência de julgamento do recurso interposto

pelo Poder Legislativo. Em razão do exposto e para erradicar quaisquer dúvidas sobre a possibilidade de privatização da Copel, esta CPI concluiu por apresentar nesta Casa, Emenda Constitucional, com o fim de proibir terminante e definitivamente a alienação de ações que importem em perda do controle acionário, por parte do Estado do Paraná, sobre a Copel.

Ou seja, ficará determinado ao Estado do Paraná, obrigatoriamente, a manutenção da propriedade de mais de 50% das ações da Copel, com direito a voto, mantendo-se sua característica de sociedade de economia mista sob o controle do Estado do Paraná.

Relatório da CPI Copel:

1. APRESENTAÇÃO

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 1.579/52¹ (que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito), e com os objetivos de trazer a público a síntese de todas as atividades desenvolvidas pela “CPI da Copel”; expor as conclusões obtidas pelos sub-relatores – delimitando-as e expondo novas questões; indicar sugestões e propor a elaboração de projetos de lei, apresentamos o presente **Relatório Final**, após ser procedida ampla apuração dos fatos que deram origem à formação da comissão.

Foram meses de trabalho, buscando perquirir a verdade e esclarecimentos sobre pontos controvertidos, mal explicados, e, até mesmo, ilegais que nortearam alguns atos de dirigentes na Copel, os quais resultaram em perversos negócios para a mesma, ao erário público e, por consequência, ao povo do Paraná.

1. “Art. 5º - As Comissões Parlamentares de Inquérito apresentarão relatório de seus trabalhos à respectiva Câmara, concluindo por projeto de resolução.”

Ao final deste relatório, especificamente nos itens 6.1 e 7, foram elencadas as condutas dos dirigentes que, em tese, contrariaram normas legais, especialmente à Lei de Improbidade Administrativa, a fim de que sejam adotadas as medidas legais, após a remessa deste relatório ao Ministério Público.

Importante destacar que esta comissão sempre atuou assegurando, em todos os momentos, os direitos constitucionais atinentes à ampla defesa e ao contraditório, com o intuito de resguardar direitos fundamentais de todos os que prestaram depoimentos ou de qualquer forma colaboraram com as investigações. Todavia, tal cuidado e respeito não impediram uma ampla e irrestrita investigação, com a participação ativa dos integrantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Neste contexto, faço meus especiais agradecimentos aos sub-relatores, deputados Tadeu Veneri, Alexandre Curi, Vanderlei Iensen e Durval Amaral, que, com consciência de sua função pública e presteza, colaboraram decisivamente na elaboração deste relatório, através da composição dos seus sub-relatórios.

Inolvidável também que a CPI foi permanentemente auxiliada pela equipe de assessoramento da Assembléia Legislativa, a quem rendemos nossas homenagens e agradecimentos: Wilson Penka, Dr^a Idília Débora Gineste, Solange Mann, Ceni Bregenski, Giselle Nardi, Luiz Alberto de Lima e Alaor Valente Tavares.

Também merecedoras de reconhecimento e agradecimentos as condutas dos Promotores de Justiça, Dr. Marcelo Alves de Souza, Dr. José Geraldo Gonçalves e Dr. Guilherme Freira Teixeira, que prontamente se dispuseram a auxiliar nos trabalhos desta CPI quando solicitados a fazê-lo, prestando esclarecimentos de fundamental importância a nossas investigações.

É preciso que se diga, ainda, que recebemos salutar assistência de funcionários da Copel, que, com espírito público nos auxiliaram em esclarecimentos dentro de suas respectivas áreas de conhecimento, pois muitos dos assuntos tratados revelaram-se demasiadamente técnicos, e suas elucidações foram primordiais para o desenrolar das investigações.

Alguns fatos objeto de investigação desta CPI já haviam sido analisados e, inclusive, foram objeto de interposição de ações judiciais pelo Ministério Público do Estado do Paraná, como, por exemplo, o caso atinente à venda de créditos tributários para a empresa Olvepar. Porém, esta CPI desempenhou seu papel, assegurando uma investigação perfunctória, em busca de fatos que ainda não restavam esclarecidos, prestando agora à sociedade, conta dos trabalhos realizados.

É cediço, pois está na Constituição Federal, que os poderes conferidos às Comissões Parlamentares de Inquérito, pelo artigo 58, parágrafo 3º¹ limitam-se exclusivamente à investigação dos fatos, não tendo a CPI funções próprias de acusação, atribuídas legalmente ao Ministério Público. Sendo certo também que não pode aplicar espécie alguma de punição aos investigados. O

escopo primordial de sua atividade é a produção e atualização legislativa, como forma de defesa dos interesses da sociedade. *“Além de apurar fatos ligados ao Executivo, merecedores de denúncias, uma CPI pode colaborar para o aperfeiçoamento da legislação, sugerindo a feitura de diplomas normativos para a regulamentação de situações concretas.”* (Bulos, Uadi Lammêgo, in Comissão Parlamentar de Inquérito Técnica e Prática, Ed. Saraiva, 2001, pág. 17)

Importante esclarecer que, ante a existência de diversos fatos objeto desta comissão, decidiu-se dividi-los em quatro sub-relatorias, para que, individualmente apurados, fossem mais didática e pormenorizadamente analisados. Há preceito legal autorizando tal conduta, pois o parágrafo 2º do artigo 5º da Lei 1.579/52, assim permite: *“se forem diversos os fatos objeto de inquérito, a comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais.”*

Deste modo, concluídas as investigações, o presente relatório final se mostra uma síntese desses sub-relatórios, preocupando-se precipuamente em apontar novos caminhos à atuação administrativa e indicar as condutas lesivas ao patrimônio público, para fins de punição dos responsáveis e ressarcimento ao Erário. Em momento oportuno este será enviado ao Ministério Público deste Estado, no qual depositamos nossas esperanças, para que, no uso de suas atribuições constitucionais, faça o trabalho desta CPI produzir outros frutificativos resultados. Pois, outra não é a finalidade de uma CPI senão a de: *“apurar fatos determinados, eivados de improbidade, com vistas à elaboração de um relatório, o qual fornecerá subsídios para que se promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores”*.

Além desse objetivo, não podemos olvidar de outro igual e importante objetivo: contribuir na elaboração de leis, para combater condutas irregulares, políticas públicas inadequadas e, em especial, atos de improbidade administrativa e todas as formas de abuso de poder. E como se pode observar ao final do presente relatório, esta

1. “Art. 58 - O Congresso Nacional e suas Casas terão Comissões Permanentes e Temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo Regimento ou no Ato de que resultar sua criação.

§ 3º. As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.”

comissão, estreme de dúvida, prestou-se a este relevante mister.

Por fim, acrescente-se que fazem parte deste relatório todos os documentos anexos aos sub-relatórios, bem como, e evidentemente, os próprios sub-relatórios, além de todos os depoimentos prestados e documentos recebidos pela comissão de relevante interesse e necessários a eventuais medidas judiciais.

2. DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Presidente:

Deputado MARCOS VALENTE ISFER (PPS)

Vice-Presidente:

Deputado ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Relator:

Deputado RATINHO JÚNIOR (PPS)

Sub-relatores:

Deputado ALEXANDRE CURI (PMDB), Deputado VANDERLEI IENSEN (PMDB), Deputado TADEU VENERI (PT), Deputado DURVAL AMARAL (PFL)

Demais membros titulares:

Deputado VALDIR ROSSONI (PTB), Deputado FERNANDO RIBAS CARLI (PP)

Membros Suplentes:

Deputado WALDIR LEITE (PPS), Deputado FRANCISCO BÜHRER (PSDB), Deputado DOUTOR LUCIANO (PSB), Deputado PADRE PAULO CAMPOS (PT), Deputado BARBOSA NETO (PDT), Deputado ANTONIO ANIBELLI (PMDB), Deputado DUÍLIO GENARI (PPB)

Secretário:

WILSON PENKA

Equipe de assessoramento:

Dr^a IDÍLIA DÉBORA GINESTE, SOLANGE MANN, CENI BREGENSKI, GISELLE NARDI, LUIZ ALBERTO DE LIMA, ALAOR VALENTE TAVARES, SALDIR DE PAULA JÚNIOR e DR. ARIEL DA SILVEIRA.

Instalação:

17 de março de 2003.

3. INTRODUÇÃO

Criação, finalidade e justificativa da CPI da Copel

A Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar assuntos referentes à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - daqui por diante somente Copel - , quais sejam: compra e venda de ações da Sercomtel no ano de 1998; contratos de compra e venda de energia elétrica; prejuízos com a horizontalização da Copel; participação e constituição em todas as subsidiárias; compra e venda de créditos tributários; foi instalada com fundamento no artigo 58, parágrafo 3º da Constituição da República, artigo 62, parágrafo 3º da Constituição Esta-

dual, combinados com o artigo 34, parágrafo 5º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, e originada em decorrência da aprovação do Requerimento de CPI, sob protocolo nº 1416 de 27 de fevereiro de 2003, apresentado pelos deputados: Elza Correia, Neivo Beraldin, Rafael Greca, Vanderlei Iensen, Barbosa Neto, Delegado Bradock, Renato Gaúcho, Augustinho Zucchi, Padre Paulo Campos, Antonio Anibelli, José Maria Ferreira, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Natálio Stica, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Nereu Moura, Artagão Júnior, André Vargas, Marcos Isfer, Alexandre Curi, Francisco Bühner, Luciana Rafagnin e Pedro Ivo Ilkiv.

A CPI foi constituída por ato do Presidente da Assembléia Legislativa nº 02/2003, publicado no Diário da Assembléia em 27 de fevereiro de 2003, sendo instalada na reunião do dia 17 de março de 2003, onde foram eleitos o presidente, vice-presidente e relator.

A CPI foi prorrogada por 60 (sessenta) dias, em virtude de requerimento aprovado pelo Presidente desta Casa.

Vale lembrar que em 2001 houve, por parte do governo do Estado, tendo à frente do Executivo o então governador Jaime Lerner, uma tentativa de privatização da Copel. Tal processo sofreu duro embate por parte da sociedade civil que, unida como há muito não se via, conseguiu a reversão desse processo. O movimento intitulado "A Copel É Nossa", constituído por partidos políticos, ONG's, grêmios estudantis, centros acadêmicos, sindicatos de diversas categorias, e que contou com o apoio de diversos agentes políticos de todo Estado, dirigiu tal processo, consagrando-se vitorioso através de suas manifestações e demandas judiciais, que culminaram com o impedimento da privatização.

Durante o processo de tentativa de privatização da Copel, diversas ações foram cometidas por seus dirigentes, e algumas delas resultaram em negociações ilegais e atentatórias aos princípios norteadores da Administração Pública.

Certamente restou gravado na memória do povo do Paraná a grande caminhada realizada pelo movimento da Praça Santos Andrade até o Palácio do Iguaçu, onde foi protocolado na Assembléia Legislativa projeto de iniciativa popular que contou com o apoio de mais de 250 mil cidadãos paranaenses.

Assim, quando veio a público a denúncia das irregularidades ocorridas na Copel, especialmente no período próximo ao processo de privatização, e ao final da administração anterior, nós, representantes do povo paranaense – que mostrou sua legítima preocupação com a questão da privatização – não poderíamos nos omitir e deixar que uma vez mais a irresponsabilidade, a improbidade, o interesse particular se sobrepusesse ao interesse público. Daí que, cômicos de nossa função pública – antes, um dever – requisitamos a criação de uma CPI para apurar as irregularidades ocorridas na Copel.

4. ATIVIDADES DA CPI

As atividades desta comissão consistiram em reuniões internas, de cunho administrativo e decisório, e em audiências públicas onde se realizaram oitivas de testemunhas, colaboradores, ex e atuais funcionários da Copel, enfim, pessoas envolvidas ou não com as irregula-

ridades investigadas, mas que potencialmente possuíam informações a auxiliar nas investigações.

No quadro abaixo segue uma breve síntese das reuniões e audiências públicas realizadas, desde a instalação da comissão até a reunião de aprovação do presente relatório.

REUNIÃO	DATA	PAUTA
1ª	19.03.2003	Instalação da Comissão e composição da equipe de assessoramento e sub-relatorias
2ª	26.03.2003	Documentos repassados pela Presidência da Copel
3ª	27.03.2003	Pedido de autorização para vinda de promotores de Justiça do caso Olvepar
4ª	01.04.2003	Promotores de Justiça caso Olvepar - Dr. Marcelo Alves de Souza, Dr. José Geraldo Gonçalves, Dr. Guilherme Freira Teixeira
5ª	03.04.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Rubens Pavan (ex-presidente da Sercomtel), Sr. Luiz César Guedes (ex-secretário de Governo do município de Londrina)
6ª	08.04.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Alceu Adalberto Fardim (funcionário aposentado da Copel-Sercomtel), Sr. Gino Azzolini Neto (ex-secretário de Governo do município de Londrina), Sr. Luiz Sérgio da Silva (intitulava-se procurador e administrador da Rodosafrá - Olvepar)
7ª	10.04.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini (advogado - representante da Massa Falida no Paraná da Olvepar S/A)
8ª	15.04.2003	Recebimento de documentos da Sulgrain
9ª	22.04.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Mário Roberto Bertoni (ex-diretor de Engenharia e Construção, ex-diretor de Participações da Copel), Sr. Antonio Nereu Procopiak Filho (sócio-gerente da Planarte), Sr. Gilberto Serpa Griebeler (atual diretor de Administração e Participações da Copel)
10ª	24.04.2003	Requerimento de informações
11ª	29.04.2003	1. Apreciação de requerimento e 2. Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Ricardo José Dória (engenheiro eletricitista da Diretoria de Marketing da Copel)
12ª	06.05.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Edilson Matos Novak (diretor-administrativo financeiro da UEG Araucária Ltda.), Sr. Ricardo José Dória (engenheiro eletricitista da Diretoria de Marketing), Sr. Manoel Messias de Almeida (engenheiro químico da Diretoria Técnica Comercial da Compagas)
13ª	08.05.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Dra. Hortência Tardelli Moreira Lima (advogada da Copel)
14ª	12.05.2003	Audiência Pública - Depoentes: Sr. Ricardo Portugal Alves (ex-diretor de Finanças e Relações com Investidores da Copel), Sr. Francisco Sérgio Barreto Munhoz da Rocha Neto (gerente assistente da Diretoria Financeira da Copel)
15ª	13.05.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunha: Sra. Rosângela de Oliveira (engenheira eletricitista)
16ª	15.05.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Fábio Ramos (ex-diretor da Tradener Ltda.), Sr. Walfrido Victorino Ávila (diretor-presidente da Tradener Ltda.)

17ª	20.05.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Pedro Augusto do Nascimento Neto (ex-diretor da Administração e Finanças da Copel Distribuição), Fábio Ramos (ex-diretor da Tradener)
18ª	22.05.2003	Decisão Interna.
19ª	27.05.2003	Audiência Pública - Sede da Copel Presidente da Copel e seus diretores: Sr. Gilberto Serpa Griebeler (diretor de Administração e diretor de Participações); Sr. Ronald Tadheu Ravedutti (diretor de Finanças e Relações com Investidores); Sr. José Ivan Morozowski (diretor de Marketing); Sr. Assis Corrêa (diretor de Relações Institucionais); Sr. Rubens Ghilard (diretor de Planejamento)
20ª	29.05.2003	Intimações e deliberações internas
21ª	03.06.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Luiz Fernando Leone Vianna (ex-diretor de Relações Institucionais - Copel); Sr. Ricardo Portugal Alves (ex-diretor de Finanças e Relações com Investidores e atual assistente da Diretoria de Finanças da Copel - Olvepar); Sr. André Grocheveski Neto (ex-gerente da Coordenadoria de Gestão Financeira da Copel); Sr. Sérgio Luís Molinari (ex-assessor jurídico da Presidência da Copel); Sr. Cezar Antonio Bordin (ex-gerente da Coordenadoria de Gestão Contábil da Copel - Olvepar); Dra. Hortência Tardelli Moreira Lima (advogada da Copel)
22ª	10.06.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunha: Sr. José Carlos Loureiro (assistente da Diretoria de Participações da Copel)
23ª	12.06.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Gino Azzolini Neto (ex-secretário de Governo do município de Londrina); Sr. Luiz Cesar Guedes (ex-secretário de Finanças do município de Londrina); Sr. Ismael Mologni (ex-diretor Financeiro da Sercomtel) Depoimento: Sr. Ferdinando Schauenburg (ex-diretor Econômico Financeiro da Copel)
24	17.06.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Júlio Cezar Silva (assistente da Gerência de Construção da UEG Araucária); Sr. Ferdinando Schauenburg (ex-diretor Econômico Financeiro da Copel); Sr. Ricardo José Dória (engenheiro eletricista da Diretoria e Marketing da Copel)
25ª	24.06.2003	Audiência Pública - Acareações: Sr. André Grocheveski Neto (ex-gerente da Coordenadoria de Gestão Financeira da Copel); Sr. Mário Roberto Bertoni (ex-diretor de Engenharia e Construção/ex-diretor de Participações da Copel); Sr. Ricardo Portugal Alves (ex-diretor de Finanças e Relações com Investidores e atual assistente da Diretoria de Finanças da Copel); Sr. Cezar Antonio Bordin (ex-gerente da Coordenadoria de Gestão Contábil da Copel); Dra. Hortência Tardelli Moreira Lima (advogada da Copel)
26ª	26.06.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Eduardo Karrer (presidente da El Paso); Sr. Edilson Matos Novak (diretor administrativo-financeiro da UEG); Dr. Miguel Ângelo Salgado (assessor jurídico da Copel); Sr. Raul Munhoz Neto (gerente de Produção da UEG)
27ª	05.08.2003	Ofícios e deliberações internas
28ª	07.08.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Luiz Antonio Costa Maciel (auditor da Copel); Sr. Valdecir Antonio Petry (auditor da Copel); Dr. Marlus Jorge Domingos (escritório Jorge Domingos Advogados Associados)
29ª e 30ª	12.08.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Francisco Sérgio Barreto Munhoz da Rocha (gerente assistente da Diretoria Financeira da Copel); Sr. Maurício Roberto da Silva (sócio gerente da Embrakon); Sr. Milton João Machiavelli (diretor da Rodosafra)

31ª	14.08.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Miguel Augusto Queiroz Schünemann (ex-diretor de Administração da Copel); Sr. Pedro Antonio Bitencourt Pacheco (consultor representante da Adifea); Dra. Karla Patrícia Polli de Souza (funcionária da Embrakon); Sr. João Manoel Delgado Lucena (ex-diretor da Coordenação da Receita da Fazenda); Sr. José Guilherme Hausner (presidente da Associação dos Diplomados da Faculdade de Economia e Contabilidade da USP - Adifea)
32ª	19.08.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Antonio Pinheiro Sampaio Menezes (testemunha no Contrato de Prestação de Serviços entre Copel e Adifea/USP); Sr. Darci Fantin (presidente da DM Construções e Obras) Documentos encaminhados pelo Sr. Darci Fantin
33ª	21.08.2003	1. Deliberações de Requerimentos; e 2. Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Francisco Roberto Pereira (presidente da Sercomtel); Sr. Walter Massao Ikeda (diretor administrativo - Sercomtel); Sr. Gilberto Serpa Griebeler (diretor de Administração e Participações da Copel)
34ª	26.08.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Dr. José Cid Campêlo Filho (ex-secretário de Governo do Estado); Dr. Caio Júlio César Brandão Pinto (diretor-presidente da Sanepar)
35ª	28.08.2003	Acareação entre: Sr. Darci Fantin (sócio-gerente da DM); Sr. Gilberto Serpa Griebeler (diretor administrativo e Participações da Copel)
36ª	02.09.2003	Audiência Pública - Oitiva do Sr. Ingo Henrique Hübert (ex-diretor da Copel)
37ª	04.09.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Lindolfo Zimmer (ex-diretor de Marketing da Copel); Sr. Luiz Fernando Leone Vianna (ex-diretor de Relações Institucionais da Copel)
38ª	09.09.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Eduardo Karrer (presidente da El Paso); Sr. Lourival dos Santos e Souza (ex-engenheiro eletricitista da Copel)
39ª	11.09.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Dra. Jozélia Nogueira Broliani (procuradora do Estado); Dr. Delvani Alves Leme (consultor jurídico Copel); Sr. Arnaldo José Luquetta (contador da Copel), Sr. Eduardo Karrer (presidente da El Paso); Sr. Raul Munhoz Neto (gerente de Produção da Copel); Sr. César Antonio Bordin (ex-gerente da Coordenadoria de Gestão Contábil da Copel); Sr. André Grocheveski Neto (ex-gerente da Coordenadoria de Gestão Financeira da Copel); Sr. Ricardo José Dória (engenheiro eletricitista da Diretoria de Marketing da Copel) Aprovação de envio de carta precatória para o Rio de Janeiro para Oitiva de Rogério Figueiredo Vieira
40ª	16.10.2003	Prorrogação dos trabalhos da CPI por 30 (trinta) dias, esclarecimentos dos sub-relatores
41ª	11.11.2003	Apresentação da preliminar do relatório final Discussão acerca de sugestões de projetos de lei Entrega de aditivos de sub-relatórios
42ª	17.11.2003	Leitura e aprovação do Relatório Final

5. OS SUB-RELATÓRIOS

Como já foi dito, os assuntos investigados por esta comissão foram divididos em: créditos tributários, contratos de compra e venda de energia, compra de ações da Sercomtel, horizontalização da Copel mediante a criação

de subsidiárias e parcerias, formação de Tradener e comercialização de energia. Portanto, devido as especificidades e complexidades de cada um, foram elaborados cinco sub-relatórios, que integram a presente conforme o assunto investigado. Os sub-relatores e respectivos assuntos são os seguintes:

Deputado	Assunto	Sinopse
Tadeu Veneri	Créditos Tributários: restituição e aquisição	1. A Copel adquiriu da empresa Olvepar créditos tributários no valor de R\$39.600.000,00, numa operação repleta de irregularidades. 2. A Copel contratou a Adifea - Associação dos Diplomados da USP - sem licitação, e antecipou pagamento de forma ilegal e diferente do que havia sido contratado.
Vanderlei Iensen	Contratos de compra e venda de energia elétrica	1. A Copel uniu-se à empresa El Paso e a Petrobras para a formação da UEG, porém essa negociação resultou em inúmeros prejuízos para a Copel; 2. Com base na informação de que faltaria energia, desconsiderando os alertas feitos pelo citado estudo, a Diretoria da Copel assumiu o compromisso de comprar mais 800 MW de energia da CIEN, além dos 469MW médios da UEG e outros contratos de menor volume (Itiquira, PCH's, etc.)
Alexandre Curi	Compra de ações da Sercomtel	A Copel adquiriu pelo valor de R\$ 186 milhões de reais ações da Sercomtel.
Durval Amaral	Horizontalização da Copel mediante a criação de subsidiárias e parcerias	Através da realização de diversas parcerias com empresas privadas a Copel ampliou sua área de atuação, porém, a maioria desses negócios causaram prejuízos à Copel.
Ratinho Júnior	Constituição da Tradener - Comercializadora de Energia	A Copel constituiu inicialmente com a empresa Logos Engenharia, a referida empresa para comercialização de excesso de energia que, logo antes de tornar-se efetivamente lucrativa, passou a ser integrada pela empresa DGW, integrada, dentre outros, pelos Srs. Walfrido Ávila - ex-chefe de gabinete de Ingo Hübert, Donato Gulin e Luiz Alberto Blanchet - ex-advogado da Copel.

As circunstâncias fáticas colecionadas no presente relatório fundamentam-se, principalmente, nas informações dos referidos sub-relatórios, além de ter base em documentos trazidos a esta comissão e nos depoimentos prestados.

Deste modo, cumpre deixar claro que o presente relatório constitui-se em síntese analítica dos referidos sub-relatórios, onde todas as informações se encontram detalhadas, acrescentando, todavia, a elaboração de projetos de lei, e o apontamento das condutas irregulares subsumidas a legislação.

A seguir, passaremos a discriminar cada um dos sub-relatórios.

5.1 - Créditos Tributários

O objeto desse sub-relatório foi a análise das questões relacionadas a Créditos Tributários, que dizem respeito a duas situações. A primeira, como anunciado no sub-relatório, foi tornada pública através de matéria ve-

culada pelo programa da Rede Globo "Fantástico", e diz respeito a fraudes na restituição de créditos tributários à empresa Olvepar Indústria e Comércio S/A e a sua aquisição pela Copel.

A segunda, também envolvendo créditos tributários, refere-se à recuperação de créditos tributários pela Copel junto ao Estado do Paraná. A recuperação teria se dado a partir do trabalho da entidade denominada Adifea - Associação dos Diplomados das Faculdades de Economia e Administração da USP. Referida empresa presta seus serviços no Paraná através de seus representantes - terceirizados SEM autorização da entidade contratante - as empresas Embracon-Empresa Brasileira de Consultoria S/C Ltda e Exitus, porém, conforme depoimentos prestados, as ações executadas por essas empresas eram elaboradas pela Adifea.

Outras operações irregulares envolvendo a aquisição de créditos tributários foram citadas, as quais também integram o referido sub-relatório.

5.2 - Da Aquisição de Créditos Tributários da Empresa Olvepar

Os fatos apurados dizem respeito a irregularidades na operação que culminou com aquisição de supostos créditos tributários da empresa Olvepar S/A Indústria e Comércio junto ao Estado do Paraná, pela Copel, na ordem de **39,6 milhões de reais**. Tal operação já redundou na apresentação de denúncia crime pelo Ministério Público contra os responsáveis pela mesma.

De início, far-se-á uma rápida abordagem da operação que antecedeu o pagamento dos créditos.

Referida indústria reivindicava direito a créditos de ICMS referente a exportação de produtos semi-elaborados (farelo de soja e óleo de soja degomado), fazendo para tanto uma interpretação do artigo 155, parágrafo 2º, X, “a” da Constituição Federal, que dispõe sobre a imuni-
dade do ICMS sobre “*operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semi-elaborados definidos em lei complementar*”.

A Olvepar ajuizou duas Ações Ordinárias Declaratórias, autos nº 22758 e autos 31696, e uma Medida Cautelar nº 22.334, que tramitaram perante a 4ª Vara da Fazenda Pública, requerendo o reconhecimento e a liberação dos créditos; porém, as ações foram julgadas improcedentes. Recorrendo da decisão, a Olvepar não teve melhor sorte junto ao Tribunal de Justiça (2ª Câmara Cível), **que confirmou a sentença de primeiro grau**. A decisão foi pela improcedência do pedido porque a Olvepar não conseguiu comprovar que seus produtos eram industrializados; ou seja, sequer comprovou o fato de trabalhar com o tipo de produto que lhe concederia – supostamente – direito aos créditos tributários. A decisão transitou em julgado em 23 de fevereiro de 2001.

A primeira vez em que a Olvepar requereu validação dos créditos foi em maio de 2002, pedindo também autorização para transferi-los à Copel. Porém, **a Coordenadoria da Receita Estadual não validou os créditos, por absoluta falta de provas da sua idoneidade e autenticidade**. Todavia, foi dito e confirmado por diretores da Copel e funcionários da área financeira e da tesouraria, perante esta CPI, que os cheques para pagamento dos referidos créditos já haviam sido emitidos quando a referida operação foi cancelada, conforme sub-relatório em anexo. Somente esse fato já bastaria como indício da absoluta suspeição de nova operação realizada com essa mesma empresa, e com esses mesmos créditos inválidos.

É de se destacar que em 07 de agosto de 2002, a Olvepar teve sua falência decretada pela Vara de Falências, Concordatas e Cartas Precatórias da Comarca de Cuiabá/MT.

Novamente, **em 28 novembro de 2002**, a Olvepar, através do seu procurador Luiz Sérgio da Silva, (procuração datada de 30/04/02, quando a empresa ainda era concordatária, portanto sem valor legal, eis que outorgada antes da decretação da falência da Olvepar), o qual também era procurador da Rodosafra Logística e Transportes

Ltda. (supostamente credora de diversos créditos junto à massa falida da Olvepar) protocolou junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná requerimento pleiteando a recuperação dos créditos tributários de ICMS, relativos a produtos semi-elaborados (farelo de soja e óleo degomado, que haviam sido exportados entre janeiro de 1989 e 1996), no valor de **R\$ 67.360.797,48 (sessenta e sete milhões, trezentos e sessenta mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta e oito centavos)**. Esse valor foi apresentado pela Olvepar através de cálculos realizados unilateralmente pela mesma, resultantes de valores atribuídos a notas fiscais relacionadas em planilha, porém nunca apresentadas, conforme consta, inclusive, na denúncia oferecida pelo Ministério Público. Contudo, em nenhum momento se procedeu a auditoria do referido valor através da Coordenadoria da Receita do Estado.

Especificamente sobre esse valor, a procuradora do Estado, lotada na Procuradoria Fiscal, Drª Josélia Nogueira Broliani, que realizou sustentação oral perante o Tribunal de Justiça do caso Olvepar contra o Paraná, relatou a esta CPI: *“eu não tenho conhecimento de como é que ela (Olvepar) chegou neste valor, mas ela pode ter feito um levantamento unilateral e esse levantamento é sempre criticado.”*

Indagada pelo Deputado Tadeu Veneri se esse valor teria validade, a mesma respondeu: *“ele não tem validade porque a Secretaria da Fazenda ela é obrigada a auditar os valores.”* (depoimento constante na ata da 39ª reunião, em 11/09/03, pág. 20)

Na sequência, o então secretário da Fazenda e concomitantemente diretor presidente da Copel, Ingo Henrique Hübert, agindo contrariamente à legislação fiscal aplicável ao caso e também fugindo da rotina habitual de tais processos – sem prejuízo da mais violenta violação ao princípio da moralidade que esta CPI constatou – submeteu o requerimento de constituição de créditos da Olvepar à análise da 6ª Inspeção de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado – onde atuava como conselheiro Heinz Georg Herwig – e ao Secretário de Estado do Governo, Dr. José Cid Campêlo Filho.

Em relação ao Parecer do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, é de se destacar que o parecer da 6ª Inspeção não foi submetido a apreciação do Plenário do Tribunal de Contas. Isto, por si só, desqualifica o argumento de que houve PRÉVIA aprovação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para a realização da operação, concorrendo ainda, para tal constatação, o fato de que o TCE/PR não determina condutas, mas só aprecia em tese a produção de atos pela Administração Pública.

Já o parecer do secretário de Governo José Cid Campêlo Filho deveria ser desconsiderado, já que a atribuição da Secretaria de Governo não é a análise jurídica das questões administrativas; em sede estadual, tal competência é da Procuradoria do Estado, que deve emitir pareceres, sobretudo em questões onde já atua na esfera judicial – justamente como no caso da Olvepar.

Nesse sentido, evidente a violação à regra de competência, pois tal parecer ainda compromete pessoalmente quem o emitiu que, nesse desiderato, agiu no exercício do cargo de secretário de Estado, e não no exercício de mera função de assessoria e consultoria jurídica ou de advocacia¹. Ao contrário, o fato da emissão de Parecer por agente incompetente (funcionalmente, nada aqui se objetando a qualidade do advogado José Cid Campêlo Filho) para tanto ainda torna ainda mais ilegal, irregular e lesiva ao interesse público – por evidentemente suspeita e inexplicável – a operação em exame. Ainda, o Dr. Cid Campêlo relatou a esta CPI que seu parecer foi elaborado “em tese”; no entanto, é evidente que o mesmo era cômico do caso concreto e que se tratava da Olvepar, pois a solicitação de consulta do Sr. Ingo Hübert foi instruída com cópia do processo.

Dessa forma, supostamente “embasado” no parecer favorável da 6ª Inspeção do TCE/PR e do Secretário de Estado, Dr. José Cid Campêlo Filho, o Sr. Ingo Hübert tentou conferir à operação aparente legalidade. Porém, sem antes sequer consultar a Coordenação da Receita do Estado, sem realizar qualquer levantamento fisco-contábil específico e, sem qualquer consulta à Procuradoria do Estado – onde, reiteramos, ainda tramitava o processo judicial da Olvepar – o Secretário da Fazenda Ingo Hübert deferiu o pedido de restituição de ICMS no exorbitante valor de R\$ 67.360.797,48, conduta esta revestida de improbidade administrativa.

Nesse sentido, esclareça-se que a Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) prevê punição aos atos cometidos por **agentes públicos**, servidor ou não, contra a Administração direta, **indireta** ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, **Estados**, Distrito Federal, Municípios e Territórios, além de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual.

Podemos dizer, resumidamente, que *“agente público é toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta.”*²

Portanto, considerando a personalidade jurídica da Copel – sociedade de economia mista – indiscutível que o cargo de diretor da mesma é exercido por agente público, que, por esta condição, está sujeito às penas da Lei de Improbidade Administrativa. Além do mais, o ex-diretor da Copel também era Secretário da Fazenda, portanto,

indiscutível a aplicabilidade da Lei de Improbidade Administrativa pelos atos praticados no exercício dessas funções.

Com efeito.

O ato de deferimento de pedido de restituição dos créditos tributários para a empresa Olvepar, por parte do ex-secretário da Fazenda, atentou contra os princípios da administração pública, causou prejuízo ao erário e importou em suposto enriquecimento ilícito dos que se beneficiaram com os valores recebidos, por isso, é de ser considerada, ao menos em tese, ímproba.

Além disso, o Sr. Ingo Hübert **faltou com a verdade perante esta comissão ao afirmar que teria consultado a Procuradoria do Estado para deferir a restituição dos créditos** eis que a procuradora Josélia Nogueira Broliani, em resposta a pergunta deste relator, Ratinho Júnior, (se a Procuradoria havia sido consultada antes da aprovação do crédito), respondeu: *“Não. A Procuradoria nunca foi consultada nisso e esse deferimento do crédito foi coincidente com o julgamento no Tribunal.”* (Depoimento constante na ata da 39ª reunião, 11/09/03, pág. 12)

Veja-se o grau de ilegalidade da conduta perpetrada pelo Sr. Ingo Hübert, eis que, quando decidiu “administrativamente” por deferir os créditos reivindicados, o Tribunal de Justiça do Paraná já havia julgado **improcedente** o mesmo pedido da Olvepar. Talvez seja o único caso – da história da Administração Pública do Paraná – onde se reconhece crédito **CONTRA** o Erário Público Estadual pelo **PRÓPRIO** secretário “competente” **APÓS** a Fazenda Pública ter sido vencedora de **TODOS** os processos judiciais relativo ao crédito que se reconheceu.

Para frisar ainda mais a suposta ilegalidade e imoralidade da operação, ficou claro, nas investigações, que foi a **SEGUNDA vez** que a Copel adquiriu créditos tributários e pagou em dinheiro – em espécie e, como se verá, “sacado na boca do caixa”. Houve apenas uma operação anterior dessa modalidade de compra de créditos tributários, com outra empresa paranaense (Lápis Patrimonial S/A). E antes disso, existiram operações de recuperação de crédito, mas a forma de pagamento sempre era energia elétrica, sem qualquer desfalque ao caixa da Copel, o que era evidentemente rentável para a companhia pois adquiria créditos com deságio e pagava com seu próprio produto a preço de mercado, auferindo, portanto, vantajosidade tanto no deságio quanto na energia fornecida.

Na sequência, o Sr. Luiz Sérgio da Silva protocolou novo requerimento junto à Secretaria da Fazenda, em 05 de dezembro de 2002, datado de 03 de dezembro do mesmo ano, solicitando autorização para transferir os créditos à Copel.

No dia 06 de dezembro, tal pedido foi deferido pelo secretário da Fazenda – em prazo RECORDE de tramitação de processo administrativo com tal característica. Novamente o TCE/PR foi consultado, dando parecer

1. Afastando, neste caso, a incidência da excludente de ilicitude de conduta pretendida pelo referido então secretário de Estado, Dr. José Cid Campêlo Filho, quando de seu depoimento perante a esta comissão, materializada pelo acórdão proferido no MS nº 24.073-DF, publicado no Informativo do STF nº 296, de 12.02.2003.

2. Di Pietro, Maria Sylvia, in *Direito Administrativo*, ed. Atlas, São Paulo, 200, pág. 424

favorável, em tese – e omitindo-se quanto a origem dos créditos negociados, bem como em relação a existência de acórdão do TJ/PR que julgou IMPROCEDENTE tais crédito, relembramos, por ausência de prova.

No mesmo dia 06 firmou-se instrumento particular de cessão de crédito entre a Copel e a Olvepar.

Embora o valor deferido para restituição tenha sido de R\$ 67.360.797,48, foi autorizado para ser transferido à Copel “apenas” R\$ 45.000.000, 00 (quarenta e cinco milhões de reais), sendo que incidiu deságio em tal valor nominal, e o valor efetivamente pago pela Copel foi R\$ 39,6 milhões, dividido em 3 parcelas, sendo que, do total, R\$ 3,2 milhões deveriam ser repassados diretamente para Rodosafra Logística e Transportes Ltda.

Superada a fase da aprovação da restituição e transferência dos créditos, passa-se a descrever agora a forma de pagamento da operação – o que choca pela absoluta inconformidade dos procedimentos adotados. Importante destacar que toda a operação, desde o pedido de restituição dos créditos até a transferência dos mesmos para a Copel e conseqüente pagamento, foi realizada em apenas 05 dias – de 28 de novembro de 2002 a 03 de dezembro de 2002, lembrando que dia 28 foi uma sexta-feira.

O contrato de cessão de créditos previu na cláusula quarta que R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais) seriam pagos à Rodosafra e o restante – R\$ 36.400.000,00 (trinta e seis milhões e quatrocentos mil reais) seriam pagos a Luiz Sérgio da Silva.

O valor que deveria ser repassado à Rodosafra, por pedido de Luiz Sérgio da Silva, foi dividido em dois cheques: um de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) e outro de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). E, o restante do valor (R\$ 10.000.000,00 – dez milhões de reais) deveria ser pago a Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini, suposto procurador da massa falida Olvepar.

Embora Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini não tivesse procuração nesse ato, mesmo assim no dia 06 de dezembro - uma sexta-feira - recebeu o valor de R\$ 10 milhões com a solicitação de Luiz Sérgio da Silva e concordância direta dos diretores da Copel, em especial do seu presidente Ingo Hübert. No sábado, dia 07 de dezembro, o advogado da massa falida da Olvepar, substabeleceu, por instrumento público em **Caxipó da Ponte**, comarca de **Cuiabá/MT**, poderes a Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccini. O substabelecimento somente foi juntado aos autos em 11 de dezembro - OU SEJA, primeiro a Copel pagou as quantias em dinheiro, no dia 06 de dezembro, para um senhor que afirmava ser procurador de massa falida SEM QUALQUER DOCUMENTO OU INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO, que só foram apresentados CINCO dias depois. E frise-se TODOS os depoimentos colhidos - inclusive o do próprio Sr. Ingo Hübert ¹ confirmam que essa irregular operação

só foi conduzida desse modo por determinação, autorização e orientação expressa do, concomitantemente, secretário da Fazenda e presidente da Copel, Ingo Henrique Hübert.

O pagamento acabou sendo feito na agência Corporate do Banco do Brasil da Praça Tiradentes, onde estavam presentes: André Grocheveski Neto (gerente da Coordenadoria da Geração Financeira da Copel), Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini e Alberto Youssef.² Este último acompanhou Antonio Carlos Brasil Fioravante Pierucini que sacou o cheque de dez milhões de reais e distribuiu o valor, por meio eletrônico, em quatro depósitos de R\$ 2.500.000,00. Antonio Carlos Brasil Fioravante Pierucini, beneficiário do cheque, permaneceu no carro e somente entrou na Agência quando chamado por Alberto Youssef e André Grocheveski, uma vez que o funcionário do Banco não poderia fazer o pagamento sem que o beneficiário, devidamente identificado, estivesse presente. É importante ressaltar que Youssef queria realizar o saque mesmo o beneficiário não sendo ele, o que dá um forte indício de que a destinação dos recursos era mesmo responsabilidade do “doleiro” e este tinha controle de toda a situação.

Em 10 de dezembro houve um aditamento no contrato, onde acordou-se que as 2ª e 3ª parcelas seriam pagas com cheques nominais a Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini. Sendo que a segunda parcela se deu em vários cheques de menores valores, a pedido de Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini, e novamente Alberto Youssef depositou a quantia de 3 milhões e 500 mil reais em três contas diversas.

O pagamento da terceira parcela foi realizada a Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini, que, com um cheque no valor de 6 milhões e 500 mil reais, efetuou transferências a três contas correntes distintas.

No sub-relatório, está descrito de forma detalhada em um quadro (fls. 10 a 18) todo o esquema dos valores pagos pela Copel e a destinação dos valores.

1. No seu depoimento, às fls. 181 e 184, ao ser indagado por esse relator se confirmava o depoimento do Sr. Mário Bertoni - também diretor da Copel - acerca de ter pessoalmente autorizado e defendido todos os atos para o pagamento dos valores aos (supostos) representantes da Olvepar, o Sr. Ingo Hübert afirmou que confirmava tal imputação de responsabilidade personalíssima (“totalmente”).

2. Conhecido “doleiro” nacional, famoso por realizar operações de remessas de dólares ilegais para o exterior, que inclusive teve sua prisão preventiva decretada em 28 de outubro, pelo juízo da 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR - por crime de sonegação fiscal e evasão de divisas - prisão efetivada em 02 de novembro de 2003, na comarca de Londrina/PR, momento em que esse relatório estava em fase de elaboração.

Em síntese, os valores foram assim distribuídos:

Overjet Informática Ltda-ME	R\$ 8.000.000,00
DDL Distribuição e Com. Ltda.	R\$ 6.000.000,00
Mega Up-Grade Informática Ltda.	R\$ 2.500.000,00
Mix Trade - Com. Internacional Ltda.	R\$ 2.500.000,00
Rodosafrá	R\$ 9.700.000,00
Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccini - B. F. Pieruccini	R\$ 1.950.000,00
Planarte Assessoria e Com. Ltda (Antonio Nereu Procopiak Filho)	R\$ 1.100.000,00
Jorge Domingos Adv. Associados	R\$ 500.000,00
Sulgrain Ltda.	R\$ 350.000,00
Milton João Machiavelli	R\$ 300.000,00
Rodosafrá - Cheques Nominais	R\$ 3.200.000,00
TOTAL	R\$ 39.600.000,00

Através de depoimentos prestados a esta CPI, pelos senhores Luiz Antonio Costa Maciel e Valdecir Antonio Petri (auditores da Copel) apurou-se que no computador utilizado por César Antonio Bordin, na Copel, fora realizado uma simulação onde constava a forma de distribuição dos valores, assim especificados: CREDOR, GRUPO, CAMPANHA, CORRETOR (conforme consta na Ata da 28ª Reunião realizada em 07/08/20003 e no documento nº 63 anexo na mesma ata – Relatório de Auditoria Interna, 010/2003).

As investigações comprovaram que a operação só foi possível devido a atuação de vários diretores da Copel e de pessoas diretamente interessadas na operação. O Dr. Sérgio Luiz Molinari, sem qualquer ressalva, viu o contrato; César Antonio Bordin diz que realizou a operação em cumprimento a ordens de Ingo Hübert; Ricardo Portugal, mesmo se dizendo inseguro e não tendo assinado o contrato, concordou com os termos deste (segundo depoimento de Mário Bertoni, Ricardo Portugal teria dito “*se é um bom negócio, vamos fazer*”; Mário Roberto Bertoni aprovou o contrato em aproximadamente 15 minutos, quando estava visitando a Usina de Voçoroca em reunião com Ingo Hübert; André Grochewski acompanhou Alberto Youssef e Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini até a agência bancária para sacar e transferir os valores; Antonio Nereu Procopiak, proprietário da Plantarte Assessoria e Comércio Ltda operou a transação, através de contatos com diretores da Copel, dirigentes das empresas interessadas e Técnicos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A conclusão que se extrai da análise da operação que deferiu a restituição de créditos à empresa Olvepar, e seqüencialmente os transferiu à Copel, é óbvia e causa

indignação: o Estado do Paraná, através de ato do então secretário da Fazenda, restituiu R\$ 45 milhões de créditos tributários à empresa Olvepar, que, na verdade, não eram devidos.

Esses créditos indevidos foram transferidos à Copel, que por ato de seu presidente, novamente o sr. Ingo Hübert, pagou pelos mesmos o valor de **R\$ 39,6 milhões de reais.**

Também há que se evidenciar que, se os créditos tivessem condições legais de serem restituídos, deveriam ser à massa falida da empresa Olvepar, contudo, como visto, não foi o que ocorreu.

Em decorrência dessas operações, o ex-presidente da Copel, Ingo Hübert, o ex-diretor Mário Roberto Bertoni e os ex-funcionários André Grocheveski Neto, Sérgio Luiz Molinari e César Antonio Bordin, estão sendo processados pelo cometimento dos seguintes crimes, previstos no Código Penal: **formação de quadrilha (artigo 288), falsidade ideológica (artigo 299), peculato (artigo 312), prevaricação (artigo 319).** Além do artigo 1º da Lei 8.137/90 – Crimes contra a Ordem Tributária - **que consiste em suprimir ou reduzir tributo mediante fraude.**

Enquanto Luiz Sérgio da Silva e Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini estão também respondendo processo criminal pelo cometimento dos seguintes delitos: **formação de quadrilha, falsidade ideológica e peculato.**

Além da denúncia pelos crimes comuns, o Ministério Público propôs ação civil pública de responsabilidade pela prática de ato de improbidade administrativa, em trâmite perante a 3ª Vara da Fazenda Pública contra: Luiz Sérgio da Silva, Rodosafrá Logística e Transporte Ltda, Ingo Henrique Hübert, César Antonio Bordin, Mário Roberto Bertoni, André Grocheveski Neto, Sérgio Luiz Molinari, Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini e Alberto Youssef.

5.3 - Da Contratação da Adifea para Recuperação de Créditos Tributários da Copel

Em março de 2001, o Estado do Paraná e a Adifea - Associação dos Diplomados da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - firmaram um termo de cooperação técnica (uma espécie de “acordo guarda-chuva”) cujo objeto consistia em: apoio à estrutura operacional do Governo do Paraná, com o escopo de buscar o desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, bem como a consultoria e assessoria nos ramos da Economia, Administração e Contabilidade, mediante a celebração de termos aditivos, convênios, contratos e outros instrumentos com o Governo do Paraná e/ou com outras entidades a ele vinculadas.

O secretário da Fazenda Ingo Henrique Hübert, consultou o TCE/PR sobre a possibilidade de contratação

da Adifea sem licitação, donde recebeu parecer, em tese, explicativo, dizendo que a licitação seria dispensável, desde que os requisitos para a dispensa estivessem presentes, entre eles o da entidade não ter fins lucrativos e ser destinada regimentalmente à pesquisa, ao ensino, ao desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, além da exigência de ser inquestionável a capacitação para o desempenho da atividade objetivada, não admitindo sub-contratação.

Na seqüência, referida empresa foi contratada **com dispensa de licitação pela Copel**, com base no artigo 24, XIII da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações), que assim dispõe:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;”

Esclareça-se que os fatos objeto de apuração por esta CPI limitaram-se à contratação da Adifea com a Copel, pelo que a contratação com as outras entidades não foram objeto de investigação.

A Adifea foi contratada para a prestação dos seguintes serviços: **levantamento de comportamento tributário e seus acessórios (juros, multa e outras penalidades) com a finalidade de diagnosticar a existência de créditos recuperáveis não aproveitados pela Contratante, relativos ao ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias nas aquisições para ativo permanente, que estejam em fase regular de aproveitamento.**

A Adifea apresentou um plano de trabalho que envolvia o levantamento e avaliação dos créditos tributários, assim como a formulação de uma proposta para recuperar os créditos tributários de ICMS sobre os ativos imobilizados.

O valor principal, acrescidos dos juros e demais cominações legais, constituía um crédito de R\$ 167.484.999,01 (cento e sessenta e sete milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e um centavo).

O trabalho intelectual da contratada deveria ser o de encontrar uma solução para a recuperação dos mencionados créditos.

A solução a ser encontrada pela contratada deveria prever a compensação de créditos de natureza diversa, pois a Copel tinha créditos de ICMS junto ao Estado do Paraná, e esse tinha dívidas de energia elétrica e CRC, desde que não extensiva aos demais contribuintes de ICMS.

A solução encontrada foi a seguinte:

- os créditos de ICMS da Copel junto ao Estado do Paraná eram de R\$ 167.484.999,01;

- o Estado do Paraná tinha um débito de R\$ 67.209.443,00 referente a CRC (Conta de Resultados a Compensar) - 09.2001 a 08.2002.

- O Estado do Paraná tinha um outro débito de R\$ 20.691.261,00 referente a Consumo de Energia Elétrica.

- O Estado do Paraná liberaria os créditos totais de 167 milhões.

A Copel devolveria ao Estado os valores equivalentes à conta de Energia Elétrica e CRC previstos nos itens 1 e 2. O Estado ganharia, pois quitaria suas dívidas de Energia Elétrica e CRC junto à Copel, por sua vez a Copel receberia a diferença entre os R\$ 167.484.999,01 e os R\$ 87.900.704,00. O saldo em favor da Copel foi de R\$ 79.584.295,01.

Essa solução encontrada pela Adifea rendeu-lhe honorários a título de Taxa de Êxito, no valor de **R\$ 16.809.434,08**, correspondente aos 20% previstos na cláusula contratual.

No entanto, o que ocorreu, segundo o sub-relatório do deputado Tadeu Veneri – ao qual nos remetemos, eis que lá as informações estão precisamente detalhadas – foi que **o objeto do contrato não foi cumprido**, pois quem realizou os trabalhos foram os próprios funcionários da Copel, sendo que a Adifea teria apenas apresentado as soluções. Ou seja, a Adifea apenas apresentou as “fórmulas” para constatação dos créditos, sendo que o trabalho pesado de auditoria e levantamento foi realizado diretamente – e com bastante competência, destaque-se – pelo próprio corpo de funcionários da empresa.

Em síntese, o que conclui a Comissão, após a análise de diversos depoimentos prestados por funcionários da Copel, pelos depoimentos dos funcionários da empresa (ilegalmente) terceirizada pela Adifea e dos próprios integrantes dessa entidade, bem como do exame dos documentos juntados, foi que **a contratação da Adifea era desnecessária e foi realizada com inobservância dos princípios constitucionais da isonomia (ou, igualdade) e moralidade administrativa.**

O que significa dizer que a Adifea foi ilegalmente beneficiada pela contratação sem licitação. Pois, como todos sabem, a licitação é o procedimento que garante a observância dos princípios da legalidade, da isonomia e da economicidade nas contratações realizadas com recursos do Erário Público. A licitação consiste em um dever da Administração Pública, eis que, diferentemente dos particulares, a mesma não é livre para escolher contratantes e propostas. Através da licitação se permite a competição entre os interessados em contratar com a Administração Pública, bem como se garante a escolha **objetiva** da melhor proposta para a Administração Pública.

Além da previsão constitucional, a obrigatoriedade da observância ao **princípio da isonomia** é regida pelo artigo 3º da Lei 8.666/93:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoali-

dade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.”

O professor Marçal Justen Filho, nacionalmente reconhecido por sua obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos” (Ed. Dialética, 9º ed., São Paulo, 2002), explica a importância do princípio da isonomia:

“(…) a licitação visa assegurar a realização do princípio da isonomia. A licitação não se reduz à seleção da proposta mais “vantajosa”. Ou seja, a licitação busca realizar dois fins, igualmente relevantes: o princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa. Se prevalecesse exclusivamente a idéia da “vantajosidade”, ficaria aberta a oportunidade para interpretações disformes. A busca da “vantagem” poderia conduzir a Administração a opções arbitrárias ou abusivas. Enfim, poderia verificar-se confusão entre interesses primários e secundários da Administração Pública.” (pág. 59)

Enquanto os princípios da legalidade e da moralidade vêm insculpidos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte;”

Além da contratação irregular, da mesma forma, houve impropriedades na forma de pagamento a Adifea. Isso porque o originalmente convencionado, na cláusula quarta do contrato, estabelecia que “o pagamento seria de 20 (vinte por cento) sobre o valor total dos benefícios econômicos e, ou financeiros apurados em ou por decorrência dos trabalhos ora contratados, se deliberados pelo seu aproveitamento pela Contratante, pagáveis até o 5º dia útil, contados após a expressa manifestação favorável do órgão competente da fiscalização a respeito da parcela de crédito aproveitada e efetivada pela Contratante.”

Todavia, houve uma irregular antecipação de pagamento dos honorários da Adifea, antes das negociações dos créditos (supostamente) da Copel com o Estado estarem concluídas; ou seja, o êxito econômico que adviria para a Copel, com as supostas atividades realizadas pela Adifea, ainda não tinham sido alcançado.

Ou seja, a Adifea recebeu o valor de R\$ 16.809.434,08, sem ter realizado o trabalho objeto do contrato firmado com a Copel, sem ter alcançado concretamente qualquer êxito e, pior, sem sequer cumprir através de seus integrantes próprios a proposta de trabalho, eis que incontroverso que SUB-CONTRATOU, ilegalmente¹ a empresa situada, no Estado do Paraná, Embrakon (Empresa Brasileira de Consultoria S/C).

Além disso, a Adifea acabou por constituir uma proposta de compensação de créditos tributários que tinha natureza diversa de ICMS – suposto crédito que fundamentava a atuação da referida entidade. E pior, referida proposta não teve como ser efetivada, eis que encontrava intransponíveis óbices legais, naquele momento. E também restou comprovado que, enquanto se debatia a realização do trabalho pela Adifea, trabalhou-se pela elaboração de instrumento regulamentador que assegurasse a compensação de créditos de natureza diversa – novamente, lembramos que o Sr. Ingo Hübert acumulava as funções de secretário da Fazenda e de presidente da Copel.

E nesse sentido foi editado o Decreto 6.244, de 04 de setembro de 2002, que solucionava o problema da Copel, podendo-se afirmar que, assim, o suposto trabalho realizado pela Adifea se mostrava absolutamente prescindível e, em verdade, **ABSOLUTAMENTE INÚTIL**. Se (I) o Governo do Estado já editaria instrumento de regulamentação que pacificaria a matéria relativa à exigibilidade dos créditos em favor da Copel; (II) os próprios funcionários da Copel já tinham suficiente qualificação e competência para realizar os levantamentos documentais necessários à comprovação do crédito e (III) a Adifea teve que contratar uma empresa terceirizada - a Embrakon, de propriedade do Sr. Maurício Roberto da Silva - para operar o contrato (empresa essa que, para dar substância jurídica à constituição de créditos, utilizou-se do parecer elaborado por uma jovem advogada recém-formada, sem qualquer especialização em Direito Tributário); **é EVIDENTE que a CONTRATAÇÃO FOI INTEGRALMENTE ILEGAL, IRREGULAR E OFENSIVA AOS PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE, DA LEGALIDADE, DA ISONOMIA E DA MORALIDADE**, sem prejuízo da evidente burla à regra da licitabilidade dos contratos da administração pública.

O que mais resta agravado pelo fato da Embrakon ainda ter recebido da Copel a quantia de R\$ 15.669.203,19 (resultado da soma dos seguintes valores de pagamentos realizados para a referida empresa com recursos do Erário Público: R\$ 7.700.000,00 + 7.733.927,94 + 235.275,25), para proceder, em face da ilegal terceirização da Adifea, a validação de créditos tributários da Copel. Este valor foi supostamente utilizado pela Embrakon para pagamento de equipamentos de informática adquiridos junto a empresa Mix Trade – Comércio Internacional Ltda. A empresa não entregou os equipamentos alegando variação de câmbio, o contrato de compra e venda foi transformado em contrato de mútuo.

1. Ilegal, pois a terceirização realizou-se sem autorização prévia da Copel, entidade contratante, violando a Lei 8.666/93, eis que a dispensa exigia atuação pessoalíssima da entidade contratada.

A pedido do proprietário da Mix Trade, Rogério Figueiredo Vieira, os valores foram transferidos para 36 diferentes pessoas físicas e jurídicas, da seguinte forma:

Razão Social/Nome	Valor Total R\$
Overjet Cartuchos Informática Ltda.	1.472.500,00
JBS Informática Ltda.	1.028.000,00
PSF Informática Ltda.	300.000,00
Mega Upgrade Informática Ltda.	1.523.662,00
Mix Trade Com. Internacional Ltda	1.135.000,00
DLL Com. Ltda.	1.400.000,00
Laboratório Sheron Ltda.	80.000,00
Star Lay Viagens Turismo Ltda.	53.000,00
Falco Cobranças S/C Ltda.	30.000,00
Falco System Informática Ltda.	86.500,00
Master Corretora CCVM Ltda.	390.065,01
Fator Dória e Athrino CCVM Ltda.	223.800,00
Bônus Banval CCM Ltda.	348.328,43
Provel Progresso Veículos Ltda.	45.000,00
Lorenge Constr. Incorporadora Ltda.	37.776,00
Erste Banking Ltda.	270.000,00
Viscaya Ltda.	100.000,00
Ricavel Veículos Ltda.	27.000,00
Parceria Distribuidora e Com. Ltda	174.000,00
Antunes e Freitas Representações	114.222,00
Vip Representações Ltda.	60.000,00
Sérgio Cardoso Ltda.	50.000,00
Euroville Veículos Ltda.	194.000,00
Vicunha Têxtil S/A	167.400,00
Sign Brasil Com. Serviços Ltda.	50.000,00
Vasp Ltda.	42.840,00
Transamérica Ltda.	90.600,00
Cristal Informática Ltda.	64.800,00
Vânio Martins Roncato	25.000,00
Edvânia Alves Gouveia	26.002,00
Maria Vanderlei Ribeiro	30.000,00
Antonio Leonardo de Campos	138.306,05
Kenjii Otsuki	56.097,95

Cristiane C. Rondon	49.120,00
Elenice Mulato	24.480,00
José Roberto Simões	93.000,00

As citadas transferências foram realizadas pelo proprietário da Embrakon, Maurício Roberto da Silva, o qual não soube informar o motivo das mesmas. O proprietário da Mix Trade, Rogério Figueiredo Vieira, foi ouvido através de carta precatória, em 27 de outubro de 2003, no Rio de Janeiro, onde respondeu a perguntas enviadas, anteriormente por escrito, por esta Comissão. O resultado desse depoimento verifica-se abaixo.

No sub-relatório (mediante aditamento realizado em 07 de novembro) restou consignado que o sr. Rogério faltou com a verdade em diversos momentos naquele depoimento. Por exemplo, quando disse que tinha procuração apenas da empresa Yahweh Nissi, pois também é procurador das empresas: DDL D Comércio Ltda, e também responsável pelas empresas Eleon Fomento e Participações Ltda (CNPJ 05.078.592/0001-88) e Eleon Indústria e Comércio Ltda (CNPJ 31.044.944/0001-94), além de ser proprietário das empresas: Eleon Enterprises Corporation (endereço 8403 NW 68th Street, Miami, Flórida, 3.3166, telefone: 305-4774170).

Destaque-se ainda que a empresa Yahweh Nissi, sócia majoritária da empresa Mix Trade e da Empresa Eleon Enterprise, tem o mesmo endereço do proprietário da empresa DDL D Comércio Ltda, qual seja, Rua Luzia Marcolino Paula Chagas 959 – Miguel Pereira – RJ. Além disso, Yahweh Nissi é o nome fantasia de Eleon Comércio e Assessoria Internacional Ltda (CNPJ 02.643.886/0001-17, com sede em Manaus – AM).

Revelou o Sr. Rogério que é servidor público federal, à disposição da Câmara de Deputados Federais. O que causa espanto, pois ao mesmo tempo realiza vantajosos negócios com empresas de informática. Além disso em resposta a ofício enviado por esta Comissão à Câmara dos Deputados, foi-nos informado pela Diretoria Geral que o Sr. Rogério Figueiredo Vieira é servidor do Tribunal Regional do Trabalho, à disposição da Câmara dos Deputados, tendo exercido cargo em comissão no gabinete do ex-deputado Jorge Wilson de 01/02/98 a 31/01/03. Na sequência, em 26/05/03, o Sr. Rogério foi novamente cedido à Câmara para prestar serviços na condição de secretário parlamentar no gabinete do Bispo Rodrigues. Esclarece o mesmo ofício que a jornada de trabalho dos ocupantes de cargo em comissão é de 40 horas semanais e que o local da prestação de serviços é regulado pelo artigo 2º do Ato da Mesa nº 72 de 1997, o qual dispõe que os ocupantes de cargo em comissão de secretário parlamentar terão exercício exclusivamente nos gabinetes parlamentares em Brasília, ou em suas projeções nos Estados.

Enfim, constatada mais uma operação irregular, que novamente tem como “condutor” a figura do Sr. Ingo

Henrique Hübert, que atuava como secretário da Fazenda (portanto, nessa situação como o ordenador de despesa do “devedor”, o Estado do Paraná) e ao mesmo tempo como presidente da Copel (ou seja, como dirigente máximo da empresa “credora”).

6. CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA - PARCERIAS

6.1 – Desenvolvimento da UEG Araucária

O objeto deste sub-relatório consiste na parceria realizada entre a Copel e a empresa El Paso para desenvolvimento de uma usina termelétrica no Estado do Paraná, denominada Usina Elétrica a Gás de Araucária (Ueg Araucária Ltda).

O sub-relatório limitou-se a apurar os fatos considerando apenas os atuais sócios do empreendimento, desconsiderando os que já se retiraram, eis que os mesmos transferiram suas responsabilidades aos que os sucederam, dentro das suas *expertises*.

Portanto, necessário que se diga que atualmente a El Paso tem a maior participação dentro da UEG, detendo 60% das cotas, enquanto a Petrobras e a Copel possuem participação acionária de 20% cada uma no empreendimento. No sub-relatório, os fatos históricos acerca desse empreendimento estão minuciosamente descritos, pelo que, por economia e em respeito ao excelente trabalho desenvolvido pelo deputado Vanderlei Iensen, remetemo-nos a ele para passar diretamente ao relato dos problemas e irregularidades que envolveram o desenvolvimento da UEG, e até hoje perduram.

Em relação ao projeto e construção dessa usina termelétrica, o que se apurou foi que houve uma aquisição equivocada de turbinas a gás, equipamentos esses IMPRÓPRIOS para o tipo de gás que seria utilizado como combustível da termelétrica. Tal erro – evidente – de planejamento e projeto gerou um grande aumento do custo de instalação da usina e em todo o empreendimento, em valor que remonta a quantia aproximada US\$ 42 milhões (quarenta e dois milhões de dólares).

Na sequência, comprovou-se que o Contrato de Venda e Compra de Potência, celebrado entre a Copel e a UEG Araucária Ltda, denominado de contrato de PIE, onerou a Copel em custos que deveriam ser atribuídos principalmente à El Paso, que detinha a experiência técnica em construção da Usina. Referido contrato sequer foi homologado pela ANEEL, em razão dos critérios de reajuste de valores que não condiziam com as condições reais de mercado, o que violava disposições da Lei 10.192/01. Em decorrência desse contrato, evidentemente abusivo, **A COPEL já repassou à UEG cerca de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) SEM QUALQUER CONTRAPARTIDA EM PRODUÇÃO DE, sequer, UM ÚNICO WATT DE ENERGIA.**

Descobriu-se, ainda, diversos problemas técnicos e operacionais na USINA, donde se chegou à conclusão de

que a mesma ainda não tem condições de operar de forma constante e segura, em razão de dois problemas principais: **(I)** a UPGN – Unidade de Processamento de Gás Natural - e os tanques de armazenamento (após processado o gás entregue pela Compagás, são extraídos o GLP e Nafta que, devem ser armazenados para futura comercialização) estão instalados bem próximos da usina geradora de energia, que, quando em funcionamento, produz faíscas capazes de causar uma ignição em vapores combustíveis que estiverem na atmosfera ao redor da usina.

Em face dessa situação - que em tese também materializa ERRO DE PROJETO - foram detectadas condições de elevado risco de explosão, através de medições quando se fazia o carregamento de um caminhão tanque na única baía destinada ao carregamento de nafta, no dia 30.01.2003, sendo que após essa data, a operação não mais se repetiu; **(II)** falta de cuidado, com relação à análise da compatibilidade entre as características elétricas da energia produzida pelas turbinas a gás e as mesmas características requeridas para que se possa inserir essa energia na Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN).

6.2 - Compra de Energia da CIEN

A Copel e Endesar (sociedade espanhola do Grupo Endesa, controlador da CIEN – Companhia de Interconexão Energética) mediante instrumento particular denominado “Protocolo de Cooperação” se propuseram a realizar análise, desenvolvimento, construção e exploração de projetos nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Posteriormente as mesmas partes firmam um “Termo de Acordo” propondo-se a formar um Consórcio que posteriormente seria uma sociedade comercializadora, com o objetivo de analisar a participação conjunta na licitação para compra de energia firme, de origem Argentina, para o fornecimento ao sistema interconectado Sul/Sudeste/Centro Oeste.

A Copel, em final de 1997 e início de 1998, dispunha de um comitê constituído para analisar as oportunidades de compra de energia elétrica, que elaborou estudos, ressaltando a importância do risco de mercado e a importância de preços de compra de energia elétrica baixos, para minimizar esse risco. Referidos estudos recomendam a não assinatura de contratos de compra.

Contudo, com base na informação de que faltaria energia, desconsiderando os alertas feitos pelo citado estudo, a Diretoria da Copel assumiu o compromisso de comprar mais 800 MW de energia da CIEN, além dos 469mW médios da UEG e mais outros contratos de menor volume (Itiquira, PCH's, etc.)

Esta comissão concluiu - e os motivos estão minuciosamente expostos no sub-relatório - que a diretoria da Copel tinha consciência de que faltaria mercado para a comercialização de 800 MW negociados com a CIEN, mesmo considerando aquele cenário que apontava para escassez.

Outro fato irregular nesta negociação é que inicialmente o negócio seria pactuado na modalidade “take only” – a Copel pagaria apenas a energia efetivamente consumida -, porém acabou o sendo na modalidade “take-or-pay” – independentemente da utilização dos 800 MW contratados a Copel pagaria pelo total da potência disponibilizada.

Evidente, portanto, que referido contrato somente trouxe prejuízos à Copel.

As principais conclusões alcançadas pelo sub-relatório foram as seguintes: **a)** a Copel possuía extrema liberdade para estabelecimento de parcerias, o que permitia a prática de condutas irregulares e incompatíveis com o interesse público; **quanto à UEG:** **b)** a Copel assumiu responsabilidades que não eram suas resultantes do contrato para a formação da UEG; **c)** a empresa El Paso agiu em desacordo com o princípio da boa-fé, eis que em várias oportunidades esquivou-se de sua responsabilidade técnica mesmo em matérias de sua *expertise* transferindo-a à Copel; **d)** a declaração de entrada em operação comercial da UTE procedida pela UEG não possui eficácia jurídica, é apenas uma ficção, eis que de fato a efetiva operação jamais foi tecnicamente possível; **e)** o contrato de Venda e Compra de Potência Assegurada (PPA) contém nulidades que justificam plenamente a suspensão de pagamento procedida por ordem do Governo do Estado do Paraná; **f)** a UTE apresenta graves problemas que impossibilitam seu funcionamento seguro, sem risco, eficaz e contínuo; **g)** as soluções técnicas possíveis para o problema da frequência são economicamente inviáveis, conforme laudo pericial subscrito pela R.W.Beck (empresa especializada na matéria). **Quanto à CIEN:** **h)** a Copel sofreu prejuízos em decorrência do descaso e imprudência da diretoria anterior, em especial seu ex-diretor-presidente Ingo Hübert.

As recomendações em relação às relações Copel/UEG são as seguintes:

1) anulação do contrato de Venda e Compra de Potência Assegurada (PPA);

2) ajuizamento de ações para resguardar a Copel de responsabilidade, bem como para reaver ressarcimento dos prejuízos.

No que se refere à contratação com a CIEN, ainda recomendou-se, no sub-relatório e corretamente, o ajuizamento de ações para responsabilização civil e penal para apurar responsabilidade dos que participaram de atos lesivos em detrimento da Copel.

7.COMPRAS DE AÇÕES DA SERCOMTEL

O sub-relatório atinente a aquisições de ações da Sercomtel pela Copel concluiu que essa negociação foi efetivada sem a realização de uma auditoria externa de avaliação da Sercomtel. Somente foi realizada auditoria interna pela própria Sercomtel. Tal fato, evidentemente, torna a referida negociação irregular, pois sem a auditoria

externa não havia possibilidade de se conhecer a real situação da empresa na qual a Copel estava investindo.

Apurou-se ainda que a assinatura do segundo contrato de opções de venda de ações da Sercomtel ocorreu sem a efetiva participação da Copel, pois houve uma relação direta entre os agentes financeiros que realizaram a intermediação da transação de aquisição das ações e a efetivação de depósitos no município de Londrina – recursos que posteriormente, segundo se apurou, foram desviados de finalidade. E tudo fica ainda mais suspeito na medida em que os responsáveis da Copel pela subscrição desse contrato não o assinaram; e, mesmo assim, o pagamento foi realizado.

De todo o modo, os trabalhos de investigação realizados consolidaram ainda mais as suspeitas do negócio especialmente em relação de a sua necessidade e vantagem para a Copel. Para tanto, alguns elementos se destacam:

- o valor pago por 45% das ações do Sercomtel, no montante total de R\$ 186.000.000,00 (cento e oitenta e seis milhões de reais), revelou-se extremamente super valorizado, eis que um ano antes o próprio Sercomtel avaliava a integralidade de suas ações (portanto, 100% do patrimônio) em cerca de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

- a tramitação do processo de alienação das ações, com a contratação da suspeita intermediação do Banco FonteCindam, onde a pressa no pagamento de valores pela aquisição das ações estão descompassadas com um processo de análise das vantagens do negócio para as pretensões e objetivos da Copel;

- a inexplicável incoerência entre as declarações e explicações das várias autoridades da Prefeitura de Londrina e do Sercomtel (Rubens Pavan, Gino Azzolini Neto, e Luiz César Guedes), onde a regra é a inexistência de algum responsável pelo desenvolvimento dos aspectos mais complicados da operação de venda das ações;

- ainda que a compra das ações do Sercomtel visasse o objetivo do ingresso da Copel na área de telecomunicações, adquirindo-se com a parceria *expertise* na área – segundo afirmam diversos depoimentos dos então diretores da Copel, em especial de seu ex-presidente Ingo Henrique Hübert, como “justificativa” para o desembolso desses volumosos recursos –, negócio que foi concluído com a compra das ações em 14 de maio de 1998, verifica-se que a Copel só obteve da Anatel permissão para explorar serviços de rede e circuito especializados NÃO ABERTOS À CORRESPONDÊNCIA PÚBLICA, ou seja, somente destinados ao âmbito interno da empresa e pessoas jurídicas coligadas, conforme atos nº 61 e 62, de 23 de março de 1998, da Anatel; ou seja, sem sequer saber se efetivamente poderia operar redes abertas de telecomunicações – a justificativa para aquisição das ações do Sercomtel – a Copel desde logo adquiriu as ações. Mal comparando, é como se contratasse o piloto

sem saber se haveria avião para ser pilotado, em operação evidentemente lesiva ao interesse público.

Assim, esta CPI constatou que não havia plausibilidade para a realização do negócio de aquisição das ações do Sercomtel.

8. FORMAÇÃO DE PARCERIAS

Segundo o sub-relatório tornou-se premente a formação de parcerias pela Copel em razão de vários fatores, tais como, mudanças estruturais no cenário nacional relativas à política econômica e à nova regulamentação do setor elétrico, com a criação da ANEEL.

A partir de 1994 foram iniciadas várias modificações do sistema institucional do setor elétrico, para adaptação às novas exigências da Lei 8.631/93 (dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências.)

Em decorrência do novo panorama, através do qual se instaurou grande competitividade no setor elétrico, a Copel buscou autorização legal para a formação de parcerias, mediante a perquirição de novas fontes de energia e diversificação de suas atividades.

Assim, através da Lei 11.740 de 19 de julho de 1997 alterou-se a Lei 1.384/53, que instituiu a Copel, incluindo entre suas atividades fins, a transmissão de informações eletrônicas, comunicações e controles eletrônicos, telefonia celular e outras de seu interesse, além de lhe conceder autorização para participar, majoritariamente ou minoritariamente em consórcios ou companhias com empresas privadas.

Prestou depoimento a esta comissão o Sr. Mário Sérgio Bertoni, (ex-diretor de Participações da Copel/DPA), quando informou que todas as decisões relativas às parcerias, tais como investimento necessário, retorno do investimento, cronograma físico-financeiro, etc., eram levadas a conhecimento da direção da empresa, e as decisões eram avaliadas pelo Conselho de Administração.

Neste caminho, em resposta à pergunta formulada pelo deputado Durval Amaral, sub-relator desse assunto, respondeu:

“os estudos eram levados para reuniões da Diretoria, depois para o Conselho de Administração, enfim, da liturgia jurídica que era orientada para esse tipo de assessoria na Copel. Eu posso lhe dizer deputado, que a Copel, quem a conhece bem, quem passou tanto tempo lá dentro, como eu passei, ela tem uma cultura, ela tem uma tradição interna que nenhum diretor é voto vencido dentro daquela empresa. Se houvesse qualquer contestação nós tentaríamos chegar ao debate e se a contestação permanecesse, o assunto era encerrado ali. Os senhores podem verificar que nesses últimos oito anos em que fui diretor da Copel, em nenhuma decisão os senhores vão verificar, que qualquer diretor que fosse, pela razão que fosse teria sido voto vencido. Ou se tinha um consenso ou não se tinha o negócio.”

E, em resposta à questão levantada por este relator, Ratinho Júnior, quanto às parcerias em que a Copel tinha participação minoritária, se eram aprovadas somente pela Diretoria ou se também passavam pelo Conselho, o Sr. Bertoni respondeu: *“era o Conselho e a Diretoria também.”* (depoimento prestado em 22 de abril do corrente, constante na Ata da 9ª reunião – fls.31)

Em 27 de maio de 1997 foi criada a COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PARCERIAS (CGP) vinculada à Presidência, e no ano seguinte foi substituída pela COORDENAÇÃO DE PARCERIAS E NOVOS NEGÓCIOS (CPN), vinculada à Diretoria Financeira.

Em 1999 com a reestruturação da Copel extinguiu-se a organização até então vigente e a empresa estruturou-se em cinco Unidades de Negócios: **GERAÇÃO, TRANSMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO, TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**. E compete às novas Diretorias: **PRESIDÊNCIA, FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA, PLANEJAMENTO, MARKETING, PARTICIPAÇÕES E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**, a definição de estratégias da Companhia e a normatização para as Unidades de Negócios.

Assim, as parcerias desenvolvidas ou em desenvolvimento continuavam vinculadas à Unidade de negócio respectiva e cada uma possuía seu gerente responsável, que recebia orientações da DPA. Com a finalidade de inventariar as parcerias e adequá-las às novas normas vigentes criou-se o SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE EMPREENDIMENTOS (SAE).

Apurou-se, então, a existência de 89 parcerias. Na sequência, foi executado um trabalho de profilaxia entre as parcerias, criando novos critérios a serem seguidos nos processos de estabelecimentos de parcerias.

Procurou-se sobretudo observar o “core-business” da empresa, que consiste na geração, transmissão e distribuição de energia, estabelecendo-se uma sinergia com estas atividades, uma complementaridade que propiciasse um serviço de multiempresa. A partir daí restaram 23 (vinte e três) parcerias, eis que ocorreu uma seleção natural entre os parceiros, bem como uma uniformização dos contratos. Esclareça-se, neste aspecto, que o sub-relatório informa que algumas fontes mencionam que realmente restaram 23 parcerias, enquanto outras falam em 26, como a tabela constante no sub-relatório (doc. 1, pág. 17, e doc. 2, pág. 14). Essa contradição, no entanto, não foi esclarecida a esta CPI, ainda que se tenha tentado inclusive através de solicitação telefônica da assessoria desta CPI.

Todas as parcerias estão devidamente descritas no sub-relatório, bem como os gastos com empreendimentos de geração não viabilizados, que ultrapassam 26 milhões de reais. Isso, sem contar alguns que a CPI não teve acesso, apesar de ter tentado, através do deputado Durval Amaral, com o Sr. Gilberto Serpa Griebeler (diretor administrativo de Participações da Copel), demais esclarecimentos em relação a este fato.

O sub-relatório concluiu também que muitas vezes a Copel não dispndia recursos financeiros, transformando a venda de serviços da sua área de engenharia e construção, com o aporte de capital nas empresas parceiras.

Como resultado da sinergia pretendida com as participações, a Copel vendeu serviços para as empresas parceiras, no valor de R\$ 44.500.000,00, além de mais R\$ 21.000.000,00 de serviços contratados.

Prestando depoimento a esta CPI, o Sr. Gilberto Serpa Griebeler informou que teve dificuldade em encontrar documentos das primeiras parcerias, porque eram vinculadas a diversas diretorias e quando da centralização das mesmas, muitos arquivos desapareceram de dentro da empresa.

No que diz respeito ao pagamento de indenizações por rescisão de contratos com as parceiras por parte da Copel, o Sr. Gilberto Serpa Griebeler informou que em relação às últimas parceiras se fez um encontro de contas, os documentos relativos a este encontro de contas não foram enviados a esta CPI, em que pese a solicitação.

Em 01 de julho de 2001 foram criadas subsidiárias integrais da Copel Holding, dentre elas, Copel Participações S/A (Copelpar), e migraram para a nova empresa 26 (vinte e seis) parceiras restantes, todas enumeradas no sub-relatório.

Copelpar incorporou os objetivos e instrumentos desenvolvidos pela DPA para prospecção e desenvolvimento de novos negócios, passando a utilizar, além dos conceitos de parceria, também os de: multisserviços, engenharia reversa, cadeia de valores e sinergia.

A carteira da CopelPAR se compõe de empresas e consórcios de diversos setores como saneamento, serviços, gás, telecomunicações, pesquisa e desenvolvimento, embora a predominância seja no setor de energia. O balanço de dezembro de 2002 demonstrou que a Copelpar dispõe de um ativo de R\$ 444 milhões de reais, alocados em investimentos de participações em 16 empresas constituídas em 4 consórcios. O sub-relatório transcreveu os quadros e informações relativos à Carteira da Copelpar, separando os empreendimentos em operação, empreendimentos em implantação, empreendimentos em estudo.

A atual gestão da Copel objetiva realizar a reavaliação de todos os ativos da carteira, tendo como estratégia a continuidade das parcerias nos empreendimentos voltados para o setor de energia elétrica e o afastamento dos empreendimentos que não fazem parte do *core-business* da Companhia.

O direcionamento da reavaliação das parcerias está centrado nos seguintes critérios: não participação em empreendimentos fora do Estado, mesmo que dentro do foco principal de atuação da Copel, além de por determinação do governador, somente participar de empreendimentos na condição de sócia majoritária.

Segundo informação prestada pelo Sr. Gilberto Serpa Griebeler a esta comissão, quando a atual Diretoria

da Copel tomou posse existiam 89 parcerias, atualmente restam 15.

Quanto aos aspectos gerais das parcerias informa ainda o Dr. Gilberto (segundo documento 4, anexo ao sub-relatório):

- quanto à rescisão das parcerias: *"Foi feita avaliação daquilo que foi investido, visto qual é o percentual de participação de cada um e, em comum acordo, se fez um encontro de contas e se acertou"* (doc. 4 pág. 41).

- Sobre o atendimento das parcerias existentes hoje (2003), quanto aos requisitos jurídicos, econômicos e financeiros fixados pelo DPA: *"nenhuma atende"* (doc. 4 pág. 43).

- Em todas as parcerias há um acordo para que a Copel participe indicando membros da Diretoria e Conselhos Fiscal e Administrativo, há alguma exceção?: *"em nenhuma delas a Copel deixa de participar, em todas elas, ou no Conselho ou na Diretoria"* (doc. 4 pág. 44).

- Relativamente à rentabilidade das parcerias, em percentuais inferiores ao previsto, pode-se afirmar que a Copel se descuidou do exercício de suas prerrogativas previstas nos acordos de acionistas?: *"não, eles sempre cuidaram com preocupação dos ativos que estavam lá, mesmo porque os ativos têm que dar uma rentabilidade e se não der, é cobrado dessas próprias pessoas. Então, não vi negligência. A preocupação das parcerias sempre foi ter um desempenho satisfatório e a grande verdade é que não conseguiram, o que é ponto pacífico também. E o que deveria ser feito? Deveria ter comunicado. Então, na realidade atuaram, mas não coibiram e poderia ser coibido"* (doc. 4 pág. 46).

- Quanto a perdas do que se investiu em estudos de parcerias: *"Não houve perdas! Nós vamos sair e vamos receber a nossa parte, quando a ANEEL confirmar o estudo. Esta é a regra do setor"* (doc. 4 pág. 50).

- Quanto aos multisserviços propiciados pelas parcerias: *"Admito que naquele momento, se essa multidisciplinaridade fosse realizada seria alguma coisa boa para o consumidor paranaense. Só que isso não se viabilizou. O que significa essa diversificação de atuação? Significava atuar junto com a telefonia e a água, fazer um escritório lá na sua cidade, que resolvesse todos os problemas do consumidor, no mesmo local. Entendo isso como multidisciplinaridade, que atenderia aos anseios do consumidor. É muito melhor eu ir ao local e resolver os meus problemas de uma vez só: do telefone, de água, de luz, seria interessante. Só que na prática as corporações não admitem isso"* doc. 4 págs. 50 a 52).

- Quanto ao acesso da Copel às verbas públicas, em face das restrições do Banco Central: *"E aí a Copel fica de saia justa. Se não se valer da iniciativa privada, aliás o Governo Federal já sinalizou que a parceria com a iniciativa privada é fundamental para o desenvolvimento do sistema, as linhas base são as LT's."* (doc. 4 pág. 53).

- Quanto à edição de uma lei proibindo a possibilidade de formação de toda e qualquer parceria: *"Eu acho que isso estaria indo contra o momento hoje. O momento*

hoje, determina que as parcerias, o apoio ao setor privado é fundamental para o desenvolvimento do setor público, então estaria na contramão da história na minha visão. Não é isso que o Governo Federal está determinando, ele está sinalizando para todo mundo, que quer sim que nos assuntos de infra-estrutura deste país, que sejam eles colocados aporte de capital e co-responsabilidade, com cobranças de ambos os lados.” (doc. 4 págs. 50 a 52).

Ainda neste item, o sub-relatório relatou o depoimento prestado pelo sr. Darci Fantin (sócio-gerente da DM Construtora de Obras – parceira da Copel).

Conforme conclusão deste relator, deputado Ratinho Júnior, após análise das informações do sub-relatório, foi possível verificar a falta de vinculação entre as parcerias realizadas e um planejamento de longo prazo adequado ao *core business* da empresa, mesmo quando diante de empreendimento relativo à geração de energia, ou seja, mesmo quando em vista a construção de PCH's – Pequenas Centrais Hidrelétricas – que poderiam incorporar-se à rede geradora da Copel.

Verifica-se pelos depoimentos tomados e documentos analisados, que havia um descompasso entre as parcerias e o foco nos objetivos essenciais da empresa. Ou seja, administrou-se tais parcerias como se fossem meros investimentos, esquecendo-se o princípio constante na redação dada pela alínea “e” do parágrafo único do artigo 9º da Lei Estadual 1.384/53 – instituidora da Copel – pela Lei Estadual 11.740/97, que, em verdade, abriu a possibilidade dessas lesivas parcerias onde a Copel poderia figurar como minoritária.

Ao final, far-se-á recomendações para tomadas de concretas providências, imediatas, para a correção dessas situações desviadas e violadoras do interesse público que deve estar sempre presente no caso da atuação da Copel, seja pela sua característica de sociedade de economia mista, seja pelo fato de ser uma das maiores concessionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica do Brasil – jungida aos princípios do interesse público.

9 - FORMAÇÃO DA EMPRESA TRADENER LTDA

Talvez a mais polêmica das parcerias envolvendo a Copel no governo Lerner (1994-2002), a investigação que se realizou acerca da empresa Tradener Ltda realmente justificou, com sobras de razão, essa polemicidade lamentável da empresa, pela profusão de irregularidades e violação aos princípios da moralidade e da probidade administrativa que essa empresa representou.

Segundo se constatou, em 1997, com a abertura do mercado de energia por força da nova matriz de sistema elétrico preconizada pelo Governo Federal de então, a Diretoria da Copel (já presidida, na época, por Ingo Henrique Hübert, que tinha como seu principal assessor – chefe de Gabinete o Sr. Walfrido Ávila)

resolveu empreender estudos para formar uma parceria com a iniciativa privada para fins de “agilizar” o ingresso da Copel no mercado de venda de energia elétrica para grandes consumidores, através de acesso ao MAE – Mercado Atacadista de Energia. Parece evidente que a Copel possuía não só grande expertise nessa situação (eis que já “acostumada” a repassar energia de sua geração para outros estados e consumidores), mas também grandes estoques de energia excedente a custo muito baixo, pela existência de um parque gerador hidrelétrico, em sua maior parte, já com investimentos de instalação já amortizados.

Entretanto, ao invés de pesquisar o ingresso nesse mercado através de seus recursos e estrutura próprios, a Diretoria da Copel – seguindo, na época, o modelo de “privatização informal” da empresa – resolveu por constituir uma parceria com a iniciativa privada. Assim, com critérios bastante obscuros à luz do regime do Direito Público (visto que sequer o Sr. Walfrido e o Sr. Ingo conseguem precisar qual o objetivo critério que levou à escolha dessa empresa), a Copel empreendeu, em 27 de julho de 1998, a formação da empresa Tradener Ltda. Veja-se o resumo da atuação dessa empresa consoante seu próprio site na internet:

“Em 1998 a Companhia Paranaense de Energia - Copel, no intuito de preparar-se para a anunciada abertura do mercado de compra e venda de energia elétrica e a livre competição entre os diversos agentes autorizados para tal atividade, montou uma estrutura que possibilitou a sua atuação neste meio.

A atividade de comercialização de energia elétrica envolve uma série de riscos (volatilidade de preços, risco de crédito, operação do sistema, etc.). Portanto, foi necessário o estabelecimento de uma parceria com agentes privados detentores do conhecimento específico para a execução de tais atividades com o adequado gerenciamento das operações.

Esta parceria foi firmada com a empresa Logos Energia Ltda., com sede em São Paulo, a qual demonstrou interesse em tal empreendimento e o conhecimento adequado para a condução de sua estruturação. Desta forma, em 28 de julho de 1998 celebrou-se o Contrato Social da Tradener Ltda.

Houve, por parte de seus sócios constituintes, um traço de pioneirismo e vanguarda na criação da Tradener Ltda, pois somente em 13 de agosto de 1998 a ANEEL estabeleceu as condições para o exercício da atividade de comercialização de energia elétrica no Brasil, através da Resolução ANEEL nº 265.

Em 19 de novembro de 1998, mediante a Resolução ANEEL nº 360, a Tradener Ltda foi devidamente autorizada a comercializar energia elétrica no âmbito do MAE.

Em 29 de junho de 1999, praticamente um ano após sua criação, a empresa paranaense DGW Participações Ltda passou a integrar a sociedade, e a empresa assumiu a atual configuração societária.”

Veja-se que a Tradener se constituiu mediante subscrição de 45% das ações pela Copel, sendo que os outros 55% do capital investidos pela empresa Logos Energia Ltda (esta, resultado da associação entre a Logos Participações S.A, a empresa RHE Comercialização e Empreendimentos Ltda. e F. Ramos Engenharia Ltda.), num capital total inicial investido de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). **Aqui, a primeira coincidência lamentável: o diretor executivo da nova empresa Tradener, indicado pela acionista Copel, foi justamente o Sr. Walfrido Ávila!**

No primeiro período de atuação (de julho a novembro de 1998), não se tem notícia de grandes negócios ou avanços propiciados pela Tradener, inclusive porque a própria Copel ingressou no mercado como geradora de energia e, sem qualquer agente comercializador de energia – que é a natureza jurídica da Tradener, conforme o inciso I do artigo 3º da Resolução 265/98 da ANEEL – negociava venda de excedentes de energia para fora de sua área de concessão como distribuidora (evidente que o Estado do Paraná). Aliás, desde logo é possível verificar a falácia do “argumento” invocado pela Diretoria da Copel à época – e em especial dos Srs. Ingo Hübert e Walfrido Ávila em depoimentos perante esta CPI – da “necessidade” de constituição de um agente comercializador para que a Copel atuasse no mercado de venda de energia, já que a própria Resolução 265/98 da ANEEL permitiria a atuação direta da própria Copel nesse mercado, seja como concessionário de distribuição ou de geração, na forma dos incisos IV e V dessa mesma Resolução 265/98 da ANEEL.

A própria Tradener só obteve a autorização para ser agente comercializador em 19 de novembro de 1998, conforme a Resolução 360/98 da ANEEL. E a partir daí, a sucessão de “coincidências” – verdadeiras afrontas aos princípios da moralidade e da probidade administrativa – chocam qualquer um dotado de bom senso.

De início, o primeiro fato grave decorre da formação da empresa DGW Participações Ltda. – iniciais de seus sócios, Donato Gulin e Walfrido – em 29 de outubro de 1998, ou seja, ainda quando Walfrido Ávila trabalhava junto a Ingo Hübert na Presidência da Copel e, pior, ainda exercia o cargo de diretor-executivo da empresa Tradener Ltda. A situação ainda se torna mais grave quando, em 01 de abril de 1999, ingressa na sociedade o Dr. Luiz Alberto Blanchet, que durante aquele período também exercia a função de Procurador Jurídico da Copel. Ou seja, é evidente e inescusável que esses dois citados “sócios” da DGW possuíam amplo acesso a informações privilegiadas da Copel, em especial no que pertine a questão da venda de excedentes de energia. Aliás, isso é tão evidente que tanto o próprio Walfrido quanto Ingo insistem em afirmar, em seus depoimentos, que era Walfrido que acompanhava, em nome da Copel, todas as negociações e reuniões temáticas relativas ao MAE – Mercado Atacadista de Energia – e ao desenvolvimento da nova matriz energética brasileira, perante a ANEEL, o

Ministério das Minas e Energia e o ONS – Operador Nacional de Sistemas.

Mas não é só. Outros funcionários (técnicos) da Copel também foram cedidos para a Tradener, como bem revela o Sr. Fábio Ramos, quando indagado pelo deputado Vanderlei Iensen a respeito dos nomes dos funcionários cedidos: *“Jorge Tadeu Calliari, Luiz Kamagawa, um grande técnico nessa área de modelagem, Regina Lobo que também era dessa área de modelagem e ela tinha um grande conhecimento da parte da operação que também era uma especificidade não acessível, só por literatura e alguns outros funcionários, Fabrício Muller também”* (Ata da 17ª Reunião, 20/05/03, pág. 23).

Porém, um dos casos relativos a cessão de funcionários da Copel para a Tradener que mais demonstram a inobservância do interesse público, é o que ocorreu com o funcionário Rodrigo Pinheiro Maia. Referido funcionário da Copel cursou mestrado nos Estados Unidos na área de Comercialização de Energia e quando retornou ao invés de permanecer nos quadros da Copel, foi trabalhar na Tradener. Ressalte-se que os custos do mestrado foram arcados pela Copel. O deputado Vanderlei Iensen indagou ao Sr. Fábio Ramos:

“Nós temos a informação aqui que a Copel pagou para Rodrigo Pinheiro Maia fazer um mestrado nos Estados Unidos. Mais ou menos, um levantamento que fizemos aqui, em torno de 100 mil dólares por ano. Ele levou 2 anos e meio, em torno de 300 dólares. Quer dizer a Copel paga, especializa e aí ele volta para trabalhar na Tradener?”

Em resposta, o Sr. Fábio Ramos disse:

“Não, é como eu lhe disse, ele não voltou para trabalhar na Tradener, ele voltou para trabalhar na Copel. A Copel na época que o mandou estava começando a tentar formar seus funcionários nesta área.” (depoimento constante na Ata da 17ª Reunião, 20/05/2003, pág. 50).

Ou seja, o desvio de finalidade de tal ato é evidente. Do mesmo modo como ocorria com a contratação de verdadeiros escritório de “lobby” – disfarçados em consultorias na área jurídica – que, utilizados especificamente para beneficiar os interesses da Tradener, eram remunerados pela Copel, sócia minoritária do empreendimento. Nessa situação inseriu-se a “contratação” do Escritório Calazans e Associados e do escritório do ex-ministro das Minas e Energia Raimundo Brito, ambos em Brasília.

Mesmo após a obtenção da autorização perante a ANEEL, a Tradener não estava efetuando grandes negócios. Aliás, chama também a atenção que no dia anterior à constituição da DGW Ltda – lembre-se, em 29 de outubro de 1998 – a Copel tenha subscrito com a Tradener um “Convênio de Cooperação” onde, em síntese, se compromete a fornecer apoio, infra-estrutura, informações e pessoal “entre si” – é evidente que a desproporção entre a Copel e a Tradener permite concluir quem foi o beneficiado com o convênio. E, por “coincidência”, logo no

dia seguinte Walfrido forma a DGW com o Sr. Donato Gulin, tradicional empresário curitibano do setor de transporte coletivo e, mais recentemente, do setor de energia elétrica. E o mais interessante é que o Sr. Walfrido, em depoimento à CPI (cf. Ata da 16ª Reunião, 15/05/03, pág. 18), ainda que apresente memória fotográfica em relação às datas relevantes para a Tradener, tenha conseguido se equivocar em relação à sua empresa DGW, eis que afirmou que a mesma teria sido constituída *“no final desse ano (1998), começo de janeiro”*.

A empresa passa a ter relevância operacional quando, em 01 de dezembro de 1998, é firmado o contrato com a Copel de comercialização de excesso de energia. Tal contrato, já objeto de apuração específica, consolida uma viabilidade comercial extremada para a Tradener, eis que essa empresa passa a deter tal controle sobre os excedentes de energia elétrica da Copel que mesmo quando tal excedente é oferecido diretamente – isto é, sem intermediação da Tradener – para o Mercado Atacadista de Energia – MAE – a Tradener recebe seu comissionamento. Ainda que Walfrido tenha afirmado que a Tradener teria contratado 220 MW/H para negociar e só tenha sido disponibilizado pela Copel 190 MW/H, não há nenhuma evidência que confirme tal afirmação, eis que a Tradener inclusive recebia por contratos dos quais não iniciou.

Mas o que chama a atenção é, efetivamente, o ingresso da empresa DGW Ltda. na Tradener. Veja-se que, constituída em 29/10/98, em 01/04/99 sofre modificação acionária, tendo ingressado na mesma o advogado Luiz Alberto Blanchet, procurador jurídico da Copel no período Ingo Hübert. E, em 29 de junho de 1999, ocorre o ingresso da DGW na Tradener, mediante a aquisição de 50% das cotas da empresa Logos Energia Ltda, e o mais interessante é que esse contrato de ingresso, como visto formulado em 29 de junho, faz menção a um “Contrato de Cessão de Direitos” que teria sido “firmado” em 30 de junho do mesmo ano!!! Ou seja, a negociação é tão evidentemente resultante de conluio que um contrato de ingresso da DGW na sociedade Tradener leva em conta um contrato de cessão de direitos dessa empresa com a Logos que sequer existia!

Ou seja, a estrutura de utilização de informações privilegiadas estava completa, e a tal ponto despreocupada com o princípio da moralidade e da impessoalidade que a Copel ainda mantém como seu diretor executivo indicado o Sr. Walfrido, em conjunto com a sócia ingressante DGW, da qual Walfrido era proprietário. A partir daí, por força do contrato de 1º de dezembro de 1998, a Tradener, em condições privilegiadas, passa a comercializar a energia excedente da Copel, verificando-se o auferimento de lucros privados com a utilização de patrimônio público sem qualquer espécie de licitação ou respeito aos mais mezinhos princípios da Administração Pública. E o exemplo mais gritante dessa relação promíscua ocorreu no contrato com a Celesc, onde poderia a Copel – sem nenhum óbice legal – contratar diretamente

com a referida empresa, que detém a concessão de distribuição no Estado de Santa Catarina e, portanto, não é “consumidor livre” na forma da lei. Mesmo assim, a Tradener foi “incluída” num negócio de cerca de R\$ 1 bilhão, e receberia cerca de R\$ 20 milhões simplesmente por “existir”. Evidente a violação aos princípios da administração pública!

Esta CPI apurou também que a Tradener inclusive veio a receber comissionamento de contratos que não iniciou, como, por exemplo, o contrato com a empresa Volkswagen do Brasil S/A, que, negociado pela Copel diretamente desde o início de 1998, foi tornado operacional em outubro de 1999 e, neste momento, a Tradener passou a receber o comissionamento, sob a alegação – feita por Walfrido – de que teria sua empresa “facilitado o registro” do contrato na ANEEL e sua operatividade pelo ONS. Mas nada disso restou, sequer, tangencialmente provado pelos documentos acessados pela CPI.

E, para completar, em 01 de julho de 2000, diante da iminência da privatização da Copel, a Tradener impôs – obviamente, com a aquiescência do Sr. Ingo Hübert e demais diretores da Copel – um acordo de acionistas onde restava garantido à Tradener o pagamento antecipado de todos os haveres que a empresa teria direito por todos os contratos de venda de excedentes de energia realizados com a sua participação e interveniência. Ou seja, em caso de privatização da Copel, os ativos realizáveis a longo prazo da Tradener na sua relação como comercializadora da Copel seriam materializados de imediato! Como bem afirmou o presidente desta CPI, um verdadeiro negócio “de pai para filho”.

Por fim, o mero exame da Resolução 265/98 da ANEEL, sobretudo dos incisos IV e V do seu artigo 3º, permite concluir que a Copel poderia, com seus qualificados funcionários e recursos próprios, ter diretamente realizado todo o processo para fins de venda direta da energia excedente, agregando resultados positivos sem qualquer “agente comercializador”, verdadeiro atravessador legalizado. Mas não era esse o objetivo da administração anterior, e dessa visão “política”, combinada com uma vontade de ajudar os “amigos”, nasceu a Tradener.

Evidencia-se, assim, que todo o processo de formação e operação da Tradener, em verdade, jamais teve como objetivo o bom atendimento aos interesses da Copel, mas sim utilizar-se do maior patrimônio do povo do Paraná para o fomento e constituição de um vantajoso negócio para ex-funcionários influentes da Copel e alguns privilegiados sócios privados. Num processo onde a utilização de informações estratégicas por funcionários de direção de uma empresa que é controlada pelo Estado do Paraná não só foi corrente como – e sobretudo – uma regra utilizada sem a menor preocupação, com a maior desfaçatez, e com a absoluta conviência e, em verdade, até incentivo da Direção da Copel.

Atualmente, decidi a atual Direção da Copel – corretamente, ao ver deste Relator – pela sua retirada como sócia da Tradener, bem como pela rescisão dos

contratos de venda de excedente de energia. Entretanto, além da ação, esse relator entende por sugerir outras medidas, que ao final serão destacadas.

10. CONCLUSÕES - ENCAMINHAMENTOS - RECOMENDAÇÕES

10.1 - Créditos Tributários

Por todo o acima exposto, as informações dos sub-relatórios específicos, e em face dos documentos que instruem o presente relatório, conclui esta CPI:

. pela remessa deste relatório ao Ministério Público Estadual para apurar a responsabilidade dos atos decorrentes do deferimento de créditos tributários para a empresa Olvepar, e a aquisição desses créditos pela Copel, cometidos pelo Sr. **Ingo Henrique Hübert - artigo 10, VI¹** (Lei de Improbidade Administrativa), especialmente pela ausência de realização de auditoria nos cálculos apresentados unilateralmente pela empresa. Isso porque, a Lei de Improbidade *“ao utilizar expressão ‘operações financeiras’, cuida não somente da aplicação legal desse ou daquele recurso público, exaustivamente regulado e previsto nos orçamentos (dotações), como também de recursos, inversões financeiras ou quaisquer outras operações que envolvam manipulação de recursos públicos”*²; **artigo 4º, II da Lei 1579/52³**, pelas afirmações falsas que fez perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, todas constantes no seu depoimento prestado em 02 de setembro (Ata da 36ª Reunião).

. Da mesma forma, também entendemos que o Ministério Público deve apurar a ação do ex-secretário de governo **Dr. JOSÉ CID CAMPÊLO FILHO**, pela elaboração do parecer que fundamentou o deferimento da restituição de créditos tributários para a empresa Olvepar. Isso porque, quando proferiu citado Parecer, tinha em mãos a ÍNTEGRA do processo administrativo, sendo-lhe exigido, face a condição de advogado, que examinasse os documentos que compunham o processo, onde presume-se teria percebido a existência de sucessivos indeferimentos judiciais a mesma pretensão que aprovou, em tese, no parecer.

Recomendamos ainda, conforme consubstanciado no sub-relatório sobre créditos tributários elaborado pelo deputado Tadeu Veneri:

1. “VI - realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;”

2. Figueiredo, Marcelo in Probidade Administrativa, Comentários à Lei 8429/92 e Legislação Complementar, Ed. Malheiros, 4ª ed., pág. 88

3. “II - Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito; Pena - A do artigo 342 do Código Penal.”

. envio deste relatório ao Ministério Público Estadual para providências nos processos judiciais já em andamento;

. envio deste relatório ao Juízo da 2ª Vara Criminal para que utilize todas as informações ora apuradas como prova na Ação Penal decorrente da denúncia apresentada pelo Ministério Público do Paraná, em relação à operação Copel/Olvepar;

. envio deste relatório ao Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Comarca de Curitiba, para que utilize as informações como prova na Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Paraná em relação a operação Olvepar e Copel, bem como para fins de bloqueio e sequestro dos bens das empresas envolvidas nas irregularidades, sem prejuízo da suspensão e impedimento do direito de contratar com a Administração Pública;

. envio deste relatório ao Juízo da Falência da Olvepar S/A Indústria e Comércio para ficar ciente da fraude cometida contra a massa falida e seus credores, e ainda, para que tome as providências para responsabilizar o Síndico da Massa Falida e seus procuradores Luiz Sérgio da Silva e Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini;

. envio deste relatório ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

. envio deste relatório ao Ministério da Justiça para que adote as medidas de sua alçada;

. envio deste relatório à Receita Federal para que investigue os valores de todas as pessoas físicas e jurídicas que receberam recursos e não os declararam;

. envio deste relatório ao Ministério Público Federal e Estadual para que requeiram o rastreamento dos valores recebidos pela Olvepar S/A Indústria e Comércio e Adifea com o objetivo de identificar o beneficiário final dos valores recebidos pelas pessoas físicas e jurídicas já relacionadas neste relatório;

. indicar ao Ministério Público Estadual e Federal para que investiguem as pessoas intimadas por esta CPI e que não compareceram para depor nos dias e horas designados, a seguir relacionadas:

a) Luiz Sérgio da Silva (compareceu na reunião do dia 08/04/03, deixando de comparecer em 11/09/03)

b) Rogério Figueiredo Vieira (não compareceu na reunião do dia 09/09/03, tendo sido ouvido por carta precatória no Rio de Janeiro em 27/10/03);

c) Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini Brasil Fioravante Pieruccini (compareceu na reunião do dia 10/04/03 e deixou de comparecer no dia 24/06/03);

. indicar ao Ministério Público que investigue o envolvimento do Sr. Alberto Youssef no caso apurado por esta CPI;

. indicar ao Ministério Público Estadual que investigue todas as contratações envolvendo as empresas Rodosafrá, Insol-Intertrading do Brasil, Olvetril, Olvepar S/A Indústria e Comércio, Centro Sul e Adifea, no Estado do Paraná;

- indicar à Companhia Paranaense de Energia Elétrica que institua um serviço de ouvidoria e ombudsman, com a estruturação de um serviço do tipo "0800" para receber, gratuitamente, reclamações e denúncias sobre má gestão dentro da empresa;

- sugerir ao Governo do Estado do Paraná e à Direção da Copel à criação de um Conselho Popular para Controle Externo da Gestão da Copel;

- registrar a constatação desta Comissão da omissão da Administração e do governador do Estado anterior por essas operações irregulares que resultaram em prejuízo à Copel e ao Erário Público Estadual.

No que se refere à contratação da Adifea, conclui esta CPI pelo encaminhamento deste relatório ao Ministério Público Estadual para apurar a conduta irregular de contratação da referida empresa sem licitação, bem como pelo pagamento irregular e contrário ao previsto no contrato, praticada pelo Sr. **INGO HENRIQUE HÜBERT**, especificamente pelo cometimento do crime previsto no artigo 89 da Lei de Licitações¹ (Lei 8.666/93). E ainda, pela prática, em tese, das condutas tipificadas no **artigo 10, I, X, XI e XII²** da Lei da Improbidade Administrativa, sem prejuízo da responsabilidade de todos os beneficiários desses atos irregulares que auferiram quantias com as irregulares condutas do esquema Adifea/Copel, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei 8.429/92.

Da mesma forma também devem ser apuradas condutas do Sr. **Rogério Figueiredo Vieira**, o qual, inclusive, deve responder pelo cometimento do delito previsto no já citado artigo 4º da Lei 1.597/92 (fazer afirmação falsa perante a Comissão Parlamentar de Inquérito).

E ainda, conforme algumas indicações do sub-relatório elaborado pelo deputado Tadeu Veneri, e ainda complementadas por determinações deste relator:

- que a Copel, através de seu Departamento Jurídico, ajuíze ações requerendo a nulidade do contrato e a restituição aos cofres públicos dos valores pagos irregularmente à Adifea;

- o envio desse relatório, bem como dos documentos referentes à contratação com a Adifea, ao Ministério Público Federal para que investigue a atuação da mencionada entidade em todo o País;

- o envio deste Relatório para a Reitoria da USP – Universidade de São Paulo, para que essa tenha ciência do uso do nome da instituição para a realização de negócios ilícitos com a Administração Pública e tome as providências legais;

- envio das notas fiscais de pagamento dos "honorários" da Adifea para a Secretaria da Fazenda – Departamento da Receita Municipal da Prefeitura de São Paulo –

SP (sede da entidade) e da Prefeitura Municipal de Curitiba – PR (local da prestação dos serviços), para que apurem eventual sonegação de tributos empreendida pela Adifea e tomem as providências devidas;

- envio deste Relatório e dos seus documentos e conclusões para o Ministério Público do Paraná, para que ajuíze as ações competentes para a punição criminal e cível dos responsáveis e beneficiários, bem como para a restituição ao Erário dos recursos que lhe foram indevidamente retirados;

- por fim, envio do presente ao Governo do Estado do Paraná para que providencie a rescisão, de imediato, de todos e quaisquer ajustes ainda existentes com a Adifea, bem como para que suspenda qualquer pagamento ainda pendente, por qualquer órgão, ente ou empresa controlada, com a referida entidade.

10.2 - Caso Sercomtel

Conforme conclusões do sub-relatório elaborado pelo deputado Alexandre Curi, apresentamos as seguintes recomendações:

- que a Copel procure alienar os 45% das ações da Sercomtel, que foram adquiridas em 1998 pelo valor de R\$186 milhões corrigidos, conforme inclusive citado como objetivo da atual Administração da Copel pelo depoimento do Sr. Gilberto Serpa Griebeler, diretor da Copelpar, prestado a esta Comissão;

- que a Copel proceda a auditoria e sindicância interna para apurar as responsabilidades dos responsáveis pela conclusão desse negócio, inclusive aferindo se na época efetivamente haviam condições de ingresso da empresa no mercado de telecomunicações, exigindo ressarcimento dos responsáveis pelo negócio caso apurada má-fé.

2. "Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no artigo 1º desta lei, e notadamente:

I - facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no artigo 1º desta lei;

X - agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;

XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;"

1. "Art. 89 - Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade;

Pena - detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa."

10.3 - Caso UEG e CIEN

Consoante as recomendações constantes no sub-relatório elaborado pelo deputado Vanderlei Iensen atinente às relações Copel/UEG, indicamos:

- a anulação do contrato de Venda e Compra de Potência Assegurada (PPA);

- ajuizamento de ações para resguardar a Copel de responsabilidade, bem como para reaver ressarcimento dos prejuízos;

- em face do risco de racionamento decorrente da atual fase de baixa precipitação pluviométrica, que o Governo do Estado estude condições de operação da UEG mediante assunção provisória do controle da usina, com início das operações somente em ótimas condições de segurança.

No que se refere à contratação com a CIEN, recomenda-se:

- ajuizamento de ações para responsabilização civil e penal para apurar responsabilidade dos que participaram de atos lesivos em detrimento da Copel, bem como renegociação do contrato em termos menos inadequados para a Copel;

- envio para o Ministério Público Estadual e Federal, para apuração das responsabilidades e ajuizamentos das ações cíveis e criminais competentes;

- em face do risco de racionamento decorrente da atual fase de baixa precipitação pluviométrica, que o Governo do Estado assegure condições de operação da UEG mediante assunção provisória do controle da usina, com início das operações somente em ótimas condições de segurança.

10.4 - Parcerias

- Comunicar o fato de que através das Portarias 067/2003 e 76/2003-IAP, todas as licenças prévias e licenças de instalação para construção de Centrais Hidrelétricas, expedidas por aquele órgão foram canceladas, e posteriormente algumas delas foram novamente e injustificadamente autorizadas, mediante a expedição de novas portarias, favorecendo as Usinas Santa Clara e Fundão, o que caracteriza inquestionável privilégio. Ressalte-se que não obstante as reiteradas solicitações ao IAP, conforme relatado na pág. 47 deste relatório, aquele Instituto não se dignou a prestar as informações solicitadas.

- Indicar ao Ministério Público a investigação do favorecimento dispensado às Centrais Elétricas do Rio Jordão (usinas de Santa Clara e Fundão) que, ao contrário das demais usinas que tiveram as Licenças canceladas pela Portaria 76/03, do IAP, foi posteriormente excepcionalizada, mediante a concessão de nova Licença Ambiental, o que caracteriza um injustificado privilégio.

- Como forma de reparar a discriminação, esta CPI apresenta um Projeto de Decreto Legislativo para suspensão dos efeitos das Portarias que outorgaram licença às usinas de Santa Clara e Fundão (Centrais Elétricas do Rio

Jordão). Justifica-se a constitucionalidade e legalidade da edição de ato normativo desta natureza por este Poder Legislativo, na medida em que o I.A.P., extrapolando a discricionariedade que informa o ato administrativo, incorreu em arbitrariedade e facciosidade configurada na falta de motivação do ato de cassação das autorizações anteriores, legalmente concedidas em face do preenchimento das condicionantes legais estabelecidas no ordenamento jurídico nacional e estadual sobre o setor energético, alegando genericamente a falta de interesse público e sem prestar qualquer esclarecimento quanto aos critérios adotados para a posterior mudança de entendimento que inspirou a concessão de nova autorização a apenas duas usinas de um mesmo grupo empresarial do qual a Copel nem mesmo é acionista majoritária, e cuja autorização anteriormente cassara.

- Para melhor proteger os interesses da Copel, propõe também esta CPI a apresentação de Projeto de Lei vedando a compra de energia elétrica pela Copel, das parcerias que ainda não estejam gerando energia (em fase de implantação ou de estudos) e nas quais não figure como acionista majoritária. A medida justifica-se porque na qualidade de adquirente da energia é a Copel quem garante e viabiliza economicamente o negócio, permitindo que o empreendedor capte os recursos financeiros necessários para o seu negócio. Nada mais justo que a Copel figure na sociedade como acionista majoritária.

- Encaminhamento de cópia das conclusões desta CPI ao BNDES.

- Comunicar ao senhor governador e à Presidência da Copel a falta de integral colaboração da Copelpar com esta CPI - sub-relatoria de Parcerias, deputado Durval Amaral - caracterizada pelo não envio das informações solicitadas e na conseqüente obstrução dos trabalhos investigatórios desta Comissão. As informações referidas foram objeto de solicitação desta CPI por ocasião do seu depoimento, fls 41, 42, 43, 46 e 55, doc 4, notas taquigráficas em anexo. Foram também solicitadas pelo Ofício 165/03 da Presidência desta Comissão (cópia anexa), e posteriormente, por telefone, pela assessoria do sub-relator deputado Durval Amaral, sendo que o Ofício de nº CPA-C/248/2003, de 9/09, traz apenas informações parciais relativamente a todo o solicitado por esta CPI (cópia anexa).

10.5 – Tradener

Também em face do apurado, verificando-se clamorosos indícios de operações irregulares e abusos das mais diversas ordens no processo de constituição e operação da Tradener S.A, recomenda-se:

- envio dos documentos, do relatório e das conclusões à Diretoria da Copel, bem como ao Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba – PR, para sua anexação no processo de autos 24.307/2003;

- envio dos documentos, do relatório e das conclusões ao Ministério Público do Estado do Paraná, para que

tome as medidas cabíveis, nos âmbitos cível e criminal especialmente em face de Ingo Henrique Hübert – na condição de presidente da Copel; Walfrido Ávila e Luiz Alberto Blanchet – pela condição de ex-funcionários de cúpula da Copel e acionistas/proprietários da empresa DGW Participações Ltda – e Donato Gulin – pela condição de acionista/proprietário da DGW, tudo com base na Lei da Improbidade Administrativa, em especial com relação ao parágrafo único do artigo 1º em relação aos beneficiários dos atos irregulares;

• a aprovação do projeto de lei – proposto ao final – em relação à formação de novas parcerias pela Copel.

Em relação às demais parcerias formadas pela Copel, seja para atuação na sua área específica – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica –, especialmente as construções de PCH's, ou ainda formação de parcerias fora do seu ramo de atuação, esta CPI ainda propõe a aprovação de um projeto de lei, para regular a atuação da Copel, democratizar a participação na tomada de decisões, e instituir fiscalização permanente da Assembléia Legislativa, propondo a atuação da mesma de forma preventiva, visando assegurar a formação de parcerias com observância do interesse público.

11 - PROJETOS DE LEI – CPI DA COPEL

1) Autorização para alienação das ações da Copel:

Atualmente o Governo do Estado do Paraná ainda tem autorização para efetivar a alienação das ações da Copel, conforme a Lei Estadual nº 12.355/98, e também em face da ainda vigente REJEIÇÃO do projeto de iniciativa popular que PROIBIA a venda das ações da Copel. Entretanto, conforme recente decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ, a sessão de votação do projeto de iniciativa popular que REVOGAVA a Lei Estadual que concedeu autorização para alienação das ações da Copel, foi considerada IRREGULAR. Pelo exposto, esta CPI CONCLUI por recomendar a aprovação de uma EMENDA CONSTITUCIONAL para fins de proibir a alienação de ações que importem em perda do controle acionário por parte do Estado do Paraná sobre a Copel. Ou seja, restando determinado que seja OBRIGATÓRIO ao Estado do Paraná a manutenção da propriedade de mais de 50% das ações da Copel com direito a voto, mantendo-se sua característica de sociedade de economia mista sob o controle do Estado do Paraná.

2) Parcerias da Copel com a iniciativa privada:

Ficou constatado por este relator, Ratinho Júnior, que a antiga administração da Copel realizou várias parcerias extremamente lesivas à saúde da empresa e que, em verdade, só resultavam em benefícios para os parceiros privados, em detrimento dos interesses da Copel e, sobretudo, da população paranaense. A lesividade dessas parcerias resultava, também, do método de formação das mesmas, sem qualquer controle específico, especial-

mente externo à Diretoria da Copel. Tais condutas lesivas, resultados direto dos equívocos gravíssimos da política energética do Governo Federal entre 1993 e 2002, também decorria da inexistência de nenhum instrumento de controle efetivo da Diretoria da Copel, que administrava a empresa sem qualquer transparência e sob critérios que, afirmando-se empresariais, em verdade resultavam lesivos aos interesses da população. Tudo isso por força da Lei Estadual nº 11.740, de 19/06/97, que, ao acrescentar alínea ao parágrafo único do artigo 9º, da Lei Estadual nº 1.384/53, permitiu essa profusão de parcerias sem qualquer lógica com o interesse público e onde a Copel podia residir como SÓCIO MINORITÁRIO. Nesse sentido, apresenta-se em anexo a proposta de uma lei estadual que, REVOGANDO essa Lei Estadual 11.740/97, exigirá sempre PRÉVIA AUTORIZAÇÃO da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para TODA E QUALQUER parceria da Copel com empresas privadas (excluídas, portanto, parcerias com empresas públicas e sociedades de economia mista, cujo controle já é bastante efetivo), bem como que em TODAS as parcerias a Copel seja o SÓCIO MAJORITÁRIO. Ainda nessa linha, far-se-á a apresentação de um projeto de DECRETO LEGISLATIVO revogando todas as autorizações (bem como as licenças ambientais) de parcerias já concedidas, especialmente aquelas que, revogadas no início do atual Governo, foram concedidas novamente sem maiores explicações. Desse modo, somente com a plena autorização mediante a nova legislação ora proposta é que serão legalmente constituídas novas parcerias, para todas as áreas, pela Copel.

3) Controle social da administração da Copel:

Por fim, outra das constatações da CPI é que o Conselho de Administração da Copel não exerceu seu papel na medida em que deveria, pois que, além de órgão estratégico de direção da empresa, deveria ainda ser o órgão onde o controle social sobre a empresa exercer-se-ia de maneira mais efetiva. Neste sentido, a CPI, através do Relator, também apresentará um Projeto de Lei dinamizando e democratizando a participação popular e o controle social sobre o Conselho de Administração da Copel, tornando efetivo o princípio da transparência que deve informar a administração de uma empresa tão relevante e estratégica para a população do Paraná.

É O RELATÓRIO.

(aa) MARCOS ISFER

Deputado Estadual – Presidente da CPI da Copel

RATINHO JÚNIOR

Deputado Estadual – Relator da CPI da Copel

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2786

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

REQUERIMENTO Nº 2799

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 644/2003, que concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Exmo. governador Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2787

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

REQUERIMENTO Nº 2790

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja consignado nos anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lauri Simon, ocorrido tragicamente no dia 25 de novembro p.p., na cidade de Toledo.

Requer ainda, que seja oficiado à família enlutada decisão desta Casa, na pessoa de: Luiza Simon, Rua Santos Dumont, 1640 Toledo - PR - CEP 85900-010.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Uma comunidade inteira, consternada e triste, chora a morte de Lauri Simon, cuja vida foi ceifada covarde e brutalmente por bandidos em assalto a seu estabelecimento comercial.

Um homem de valor que deixa saudade eterna pelo exemplo que era em vida. Firme, decidido e brava gente, pai, marido e profissional exemplar, de grande espírito comunitário e solidariedade humana.

A população de Toledo está de luto e a Assembléia Legislativa se associa a dor dos familiares, transmitindo suas condolências para esposa, filhos, parentes e amigos.

REQUERIMENTO Nº 2801

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, voto de pesar à família Maneiro Stoco pelo falecimento, no último dia 27 de novembro, em Campo Largo, da dona Maria Maneiro Stoco, aos 89 anos. Ela era viúva e deixa 3 filhos, netos e bisnetos.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Dona Maria Maneiro Stoco, integrava uma das famílias mais tradicionais do município de Campo Largo, onde seus filhos e netos exercem atividades econômicas voltadas para o desenvolvimento da região.

REQUERIMENTO Nº 2779

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Florai pela passagem no próximo dia 15 de dezembro/2003, de seus 47 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Antonio Henrique Vernillo, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Sr. José Carlos Ratti, bem como a todos os senhores vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Florai

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de Florai estará, no próximo dia 15 de dezembro, comemorando festivamente a passagem do seu 47º aniversário de emancipação política.

Histórico:

As terras que pertencem ao município de Florai foram colonizadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná, a partir de 1946, e em 20 de janeiro de 1947, José de Lucca e seu filho João Benício de Lucca fundaram a Fazenda Santa Flor.

Figuram como primeiros moradores da localidade, João Lucas de Freitas, Paschoal Fagion, Matias Garcia, Antônio Granzotto, João de Servantes Belmont, Nicollas Espires, Oswaldo da Silva e mais tarde as famílias Andrade, Vieira, Quarelli, Cirillo, Kuivida, Alves de Lima, Fukukita, Ratti e Munhoz.

Em 1950, Florai já dispunha de serviços de energia elétrica, fornecidos por uma usina hidrelétrica, montada por Paschoal Fagion.

Pela Lei Estadual nº 16, de 11 de junho de 1951, foi criado o Distrito Administrativo de Florai, com território pertencente ao município de Nova Esperança. No dia 28 de novembro de 1955, pela Lei nº 2.512, foi criado o município. A instalação oficial deu-se no dia 02 de janeiro de 1955, o primeiro prefeito foi o Sr. Oswaldo da Silva, um dos pioneiros de Florai. A data de comemoração municipal é 15 de dezembro.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, parabeniza a população de

Floraí, na certeza de que continuará prestando eficiente colaboração para o desenvolvimento do município e o bem-estar de todos.

REQUERIMENTO Nº 2780

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Boa Vista da Aparecida pela passagem, no próximo dia 22 de dezembro/2003, de seus 20 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. José Carlos Henrichs, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Sr. Oldino Vigano, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que a população de Boa Vista da Aparecida irá comemorar festivamente o transcurso de mais um aniversário da emancipação política do seu município, no próximo dia 22 de dezembro.

Vejamos um pouco sobre o seu histórico.

O território do município de Boa Vista da Aparecida foi movimentado, a partir do século XVI, por castelhanos, então donos da imensa área e que cruzavam a região via Caminho de Peabiru. Bem mais tarde esta porção territorial também foi pretendida, assim como as adjacências, pela província de Las Misiones Jesuítico-Guaranies, conforme atesta o mapa editado pelo Instituto Superior Antonio Ruiz de Montoya, de Posadas, Argentina.

O povoamento contemporâneo deu-se com a chegada de gaúchos e catarinenses. Os primeiros moradores da localidade foram João Pinto e Valdomiro Fogaça, que chegaram à região em fins da década de cinquenta e ocuparam terras devolutas. Posteriormente vieram Quintino Cesário, José Garibaldi, Belmiro Koërich e João Necle, que adquiriram parte de terras de Valdomiro Fogaça. O pioneiro Belmiro Koërich doou o terreno para a construção de uma capela, que foi ofertada à Nossa Senhora da Aparecida.

Muitas pendengas judiciais surgiram motivadas por questões agrárias, registrando-se diversos choques entre posseiros e jagunços custeados por latifundiários. Para apaziguar a situação foi destacado o capitão Moura, que juntamente com um destacamento militar se dispuseram a proteger os posseiros e a solucionar os problemas existentes.

Em 1967, o núcleo foi elevado à categoria de Distrito Administrativo. A 22 de dezembro de 1981, pela Lei Estadual nº 7.551, foi criado o município, com território desmembrado do município de Capitão Leônidas Mar-

ques, e instalado a 01 de fevereiro de 1983. A data da comemoração municipal é 22 de dezembro.

É motivo de orgulho a comemoração de mais um aniversário da emancipação política do município de Boa Vista da Aparecida, que estará completando seus 20 anos. A esse contentamento associa-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar.

REQUERIMENTO Nº 2781

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de São Carlos do Ivaí, pela passagem, no próximo dia 16 de dezembro de seus 47 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Fiori Antonio Tesaro, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Sr. Arlindo José Flores, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Carlos do Ivaí.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Sentimo-nos honrados em parabenizar toda a população de São Carlos do Ivaí, pelo transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política, no próximo dia 16 de dezembro/2003.

Em 1944, o engenheiro civil Silas Pioli requereu uma área de dois mil alqueires, seu objetivo inicial era criar gado e plantar café. Não demorou muito e o Dr. Pioli começou a sentir dificuldades na nova atividade. A partir destes impedimentos, visto a ampliação da área, o engenheiro optou por lotear uma parte de sua fazenda transformando-a em pequenos lotes, com um patrimônio na área convergente.

No ano de 1949 concretizou-se a povoação do patrimônio, que recebeu o nome de São Carlos, em referência à fazenda São Carlos. Antes destes fatos, porém, já moravam nas imediações Pedro Roque, a família Albano, Antonio Mathias, João Pojto e o “velho” Porfírio. Não demorou e Batista Bego. Segismundo Iguacewski, Alípio Rodrigues e Waldomiro Roda estabeleceram-se comercialmente no lugar. A esta época Ginez Serrano e João Pinto possuíam armazéns de secos e molhados nas cercarias da futura cidade.

Pela Lei nº 2565, de 24 de janeiro de 1956, foi criado o município de São Carlos do Ivaí, com território desmembrado de Paraíso do Norte e Tamboara. A instalação se deu a 14 de dezembro de 1956 e o primeiro prefeito foi o Sr. Waldomiro Roda e a data de comemoração municipal é 16 de dezembro.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, parabeniza toda a população de São Carlos do Ivaí, augurando um futuro promissor.

REQUERIMENTO Nº 2805

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, para que sejam consignados nos anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Parlamento à diretoria da Federação da Agricultura do Paraná e do Senar-PR, na pessoa do seu presidente, Sr. Ágide Meneguette, pelos oito anos de realização do Programa Agrinho no Estado do Paraná.

A relevância do programa se expressa pela amplitude que alcançou na comunidade escolar, através do crescente envolvimento de alunos e professores que se registra a cada novo evento. Este ano foram distribuídos 365 prêmios. E, não menos, pelos resultados positivos gerados em favor das comunidades paranaenses, em especial nas áreas de meio-ambiente, saúde e cidadania.

É, por essas razões, que requer-se a esta Casa Legislativa a inserção desses cumprimentos especiais e a manifestação de nossos votos de estímulo e apoio à Federação da Agricultura do Paraná para as novas edições do Agrinho no Paraná.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dada ciência da mesma ao Sr. Ágide Meneguette, presidente da Federação da Agricultura do Paraná, Rua Marechal Deodoro, 450 - 14º andar - CEP 80010-010 - Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2804

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente instrumento, facultado pelas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário, a aprovação para serem consignadas nos anais da Plenária do dia de hoje, as congratulações deste Poder ao novo conselho-diretor da Câmara Júnior de Marechal Cândido Rondon, empossado no último sábado, dia 29 de novembro, assim composto: presidente: Gilson Metz; secretário: João Carlos Klein; tesoureiro: Marcos Rogério Kasburg; vice-presidente I: Eda Cristina; vice-presidente II: Mariléa Rodrigues da Silva; vice-presidente III: Carlindo Ferreira de Souza.

A Assembléia Legislativa do Paraná, se esta assim entender, por este parlamentar, ao cumprimentar o conselho-diretor antecedente, integrado por: presidente: Marcos Rogério Kasburg; secretário: Carlindo Ferreira de Souza; tesoureiro: Gilson Metz; vice-presidente I: Marlene Bombassaro; vice-presidente II: Eda Cristina Benkendorf; vice-presidente III: Ubiratã Luiz Clasen, pelo ótimo trabalho desenvolvido, manifesta a cada integrante do conselho diretor 2004 uma gestão profícua e que na função do cargo cada um colha grande satisfação pessoal e um resultado altamente positivo. Pois, para isso, não lhes faltam talento e potencialidade.

A convicção dessa antevisão alvissareira, se firma na segura capacidade de liderança dos jovens eleitos, vir-

tude que sempre se destacou em todas as ações que empreenderam.

Casa aprovada a presente proposição, o deputado requer seja dada ciência do seu conteúdo ao novo presidente da Câmara Júnior de Marechal Cândido Rondon, via correspondência a ser encaminhada à caixa Postal 165 - CEP 85960-000.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2783

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor ao piloto David Guilherme Muffato, pela conquista do título brasileiro de Stock Car.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O homenageado, campeão da Stock Car V8 de 2003, David Guilherme Muffato, nasceu em 16 de junho de 1971, na cidade de Cascavel - PR. Atualmente corre com patrocínio da Repsol e Auto Vidros Cascavel e, por sua garra e habilidade diante do volante, sagrou-se campeão neste último domingo do mês de novembro, 30.

Na temporada de 2000, David foi o terceiro colocado na Stock Car Light. A estréia na Stock Car V8 aconteceu em 2001, ano em que foi eleito o Piloto Revelação. No ano passado, 2002, David terminou a temporada em nono lugar, dedicando seu aprendizado à família e se preparando para uma campanha ainda melhor em 2003. Com a vitória deste ano, dedica o título ao pai, pelo incentivo e apoio incondicional.

David Muffato, em verdade, teve um ano atípico, mas bem sucedido com certeza. No início do campeonato venceu três das quatro provas iniciais. Após um acidente polêmico, na etapa de Londrina, foi punido ficando fora de uma rodada. Retornando após a punição, mesmo abalado, voltou a ganhar, com o objetivo de alcançar os pontos necessários para mais uma vitória em sua carreira. Festa que pudemos acompanhar através da mídia, neste último domingo, com a quebra da invencibilidade dos "Dinossauros" da Stock Car, Ingo Hoffman (11 vezes campeão), Chico Serra (3) e Paulo Gomes (1), das pistas que arrebata os títulos de campeão nos últimos 14 anos de campeonato.

David entra para a história, quebrando tabus.

Categorias que Muffato participou anteriormente a esta (Stock Car V8):

Kart
Fórmula-3 Sul-Americana
Marcas Paraná
Brasileiro de Marcas
Stock Car Light
Provas de Endurance

Títulos anteriores:

1992-Campeão Paranaense de Kart
1994-Vice-campeão Brasileira de Marcas e Pilotos
1995-Vice-campeão de Fórmula-3 Sul-Americana
1999-Campeão Paranaense de Turismo
2000-Terceiro colocado na Stock Car Light
2001-Piloto Revelação da Stock Car

Um pouco da história da Stock no Brasil:

Fonte: www.stockcar.com.br/pilotos_equipes/detalhe_piloto.asp

A primeira prova do Campeonato Brasileiro de Stock Car ocorreu no Autódromo de Tarumã, no Rio Grande do Sul, em 22 de abril de 1979.

A criação desta categoria foi a melhor resposta a um antigo anseio de uma comunidade apaixonada por carros de corrida: uma categoria de Turismo que unisse, para os padrões da época, desempenho e sofisticação.

Um regulamento foi criado para limitar os custos limitados, procurando equilíbrio, sem comprometer as performances dignas das competições internacionais.

A primeira prova contou com a presença de 19 carros, todos do modelo Opala com motores de seis cilindros. A pole position da estréia foi do carioca José Carlos Palhares, o Capeta. Ele fez o tempo de 1min23s00. A prova foi vencida por Affonso Giaffone Júnior. Outro destaque na estréia da categoria foi Ingo Hoffmann.

Na época, o piloto retornava ao automobilismo brasileiro depois de uma passagem pela Fórmula-1, onde defendeu a equipe Copersucar-Fitipaldi. Ingo Hoffmann, doze vezes campeão da Stock, passou a dominar a categoria no final da década de oitenta, quando conquistou os títulos de 1989 a 1995.

Em 24 temporadas aconteceu um sem número de ultrapassagens, grandes duelos e festas repletas de emoção. Nesses anos todos foram mais de 230 corridas pelos autódromos do Brasil. A grande consagração da categoria aconteceu em 1982, quando duas provas foram realizadas no Autódromo de Estoril, em Portugal.

Stock Car Light

Em 1993, foi criada a Stock Car Light com o objetivo de facilitar o acesso aos estreantes na Stock Car. Alguns pilotos passaram pela categoria, entre eles: Cacá Bueno, Thiago Marques, Carlos Col (hoje organizador e promotor do Campeonato Brasileiro de Stock Car) e Mateus Greipel. Nesta temporada, a categoria foi reformulada com a troca dos Ômegas pelos mais modernos Astra.

REQUERIMENTO Nº 2784

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao procurador de Justiça José Ivahy de Oliveira Viana por sua eleição para o cargo de corregedor geral do Ministério Público do Estado do Paraná no dia 01 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2792

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor ao médico presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Francisco Constantini, Dr. Constantino R. Constantini pela inauguração desta Fundação, no próximo dia 04 de dezembro de 2003.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Francisco Constantini é uma instituição baseada no conceito de beneficência, educação, investigação, pesquisa e atenção médica na área cardiológica, por essas e outras razões tornar-se-á uma instituição de grande relevância social, tendo um papel fundamental entre nossos cidadãos.

A criação e inauguração desta demonstra o desejo de todo o corpo clínico, seus diretores e colaboradores da Fundação para com a vida e os cuidados necessários para mantê-la.

REQUERIMENTO Nº 2791

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações ao secretário de Estado dos Transportes, Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, conforme segue.

Conforme publicado no Diário Oficial nº 6599, de 05 de novembro de 2003, esta Secretaria solicitou autorização para extinção de 27 convênios com diversas Prefeituras do Estado, questiona-se:

- qual o objeto de cada um desses contratos?
- O governo do Estado já havia começado a pagar algum desses convênios?
- Por que foi solicitada a extinção destes contratos?

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2793

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de correspondência ao secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. Airton Pisseti, solicitando informar qual o montante gasto pela Pasta com a campanha publicitária do Programa Luz Fraterna, e se já foi encerrado o processo licitatório de contratação de agências publicitárias.

Em caso positivo, informar quais foram as agências contratadas e o valor de cada contrato.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 711/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária das Mulheres de Barbosa Ferraz - Acomubafe, com sede e foro no município de Barbosa Ferraz - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária das Mulheres de Barbosa Ferraz - Acomubafe, fundada em 03 de novembro de 2001, com sede à Rua Marechal Deodoro, nº 28, no município e comarca de Barbosa Ferraz / PR, é uma entidade de caráter social, cultural, recreativa e filantrópica de fins não lucrativos e não político-partidário, e tem como objetivo o fomento e a defesa dos interesses das atividades artesanais, a solidariedade e o auxílio mútuo, não fazendo qualquer restrição à participação de pessoas de diferentes raças, credos ou cor.

PROJETO DE LEI Nº 712/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Todos os atos dos poderes públicos do Estado do Paraná, deverão atender ao princípio da publicidade, respeitando de forma transparente e clara para qualquer consulente, a origem, sua destinação e os fundamentos pelos quais foram produzidos, ressalvados os documentos gravados com sigilo previstos em lei.

Art. 2º - Os atos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais atos privados previstos em lei, serão obrigatoriamente publicados no Diário Oficial do Estado, devendo também figurarem, simultaneamente, no site oficial do Estado do Paraná na internet.

Parágrafo Único - A obrigação dos Poderes do Estado de publicarem seus atos no Diário Oficial não exclui a obrigação de cada Poder Público manter seus periódicos e sites de divulgação, em caráter suplementar.

Art. 3º - Caberá ao órgão oficial da Imprensa do Estado, o gerenciamento das divulgações oficiais, em cumprimento da regra geral imposta por esta lei, competindo ainda:

I - editar, imprimir e distribuir os diários oficiais e neles veicular as publicações determinadas por lei, de natureza pública e privada;

II - manter oficinas e bureau gráfico próprios, para execução dos serviços gráficos necessários aos órgãos e entidades da administração pública estadual;

III - executar e fornecer, exclusivamente aos órgãos e entidades públicas estaduais, federais e municipais, os trabalhos gráficos que necessitam, percebendo pelos serviços prestados o devido pagamento;

IV - executar serviços gráficos de terceiros exclusivamente no que se refiram à publicação de editais, avisos, balanços e matérias de obrigação legal;

V - manter sob sua permanente guarda e conservação, em atribuição conjunta com o Departamento Estadual de Arquivo Público, as publicações dos atos e documentos públicos e privados por ele veiculados, documentos e legado documental na Junta Comercial do Paraná, das Secretarias de Governo, das empresas e autarquias públicas estaduais, assegurando o acesso a qualquer interessado, pelos meios tecnológicos mais apropriados;

VI - manter serviços de certificação digital e mecânico, de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações e/ou guarda;

VII - certificar por meio digital e mecânico a pedido de qualquer interessado os documentos objeto de suas publicações e/ou guarda, percebendo pelos serviços prestados o devido pagamento;

VIII - prestar serviço de certificação digital para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais entidades de interesse público;

IX - promover e atualizar permanentemente serviços eletrônicos das publicações dos atos e documentos públicos e privados, garantindo o seu acesso mediante a utilização das mais avançadas tecnologias;

X - editar e imprimir outras publicações de interesse público, tais como revistas, livros, cartazes, folhetos, coleções de leis e decretos, e demais impressos de interesse dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estado e Municípios, e demais entidades de interesse público;

XI - a prestação de serviços de comunicação, diretamente ou por intermédio de terceiros, ao Estado;

XII - a capacitação e o aperfeiçoamento profissional de seus empregados;

XIII - desempenhar outras atividades compatíveis com suas finalidades.

§ 1º - Na hipótese do inciso I, compreender-se-á a matéria de interesse de particulares, de divulgação obrigatória nos jornais oficiais".

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2003

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Esta medida tem por objetivo alterar o objeto social do Departamento de Imprensa Oficial do Estado,

seguindo e ampliando o projeto de modernização, qualidade e produtividade do Governo, iniciado com a Lei nº 13.055, de 16 de janeiro de 2001, que autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Imprensa Oficial, a disponibilizar as informações constantes no Diário Oficial, na Rede Mundial de Computadores (Internet).

Sendo a Imprensa Oficial a mais antiga responsável pela guarda e disponibilização pública de documentos públicos e privados, é justo que a mesma possa oferecer recursos de certificação digital para os sistemas web, correio eletrônico, certificação de documentos eletrônicos para seus produtos, e para todo e qualquer conteúdo mantido em seu ambiente computacional.

Bem por isso, a medida busca modificar as finalidades da referida autarquia, ampliando seus serviços, valendo aqui destacar a já citada certificação digital, consistente na transformação dos informes de identificação de pessoas físicas e jurídicas, em dados eletrônicos protegidos.

Em linhas gerais, os motivos determinantes da iniciativa são possibilitar à Imprensa Oficial do Estado desenvolver plenamente suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 713/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos da Educação Especial e Reabilitação Doutor Jorge Amim Bacila, com sede e foro no município de Palmeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.
(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos da Educação Especial e Reabilitação Doutor Jorge Amim Bacila, com sede e foro no município de Palmeira.

A Associação, sem fins lucrativos, foi fundada 06 de outubro de 1981 e realiza, com sucesso, o trabalho inerente à finalidade de sua criação, tendo por objetivo principal a colaboração na assistência do educando, no aprimoramento do ensino especial e na integração-família-comunidade-escola.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 714/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para o município de Nova Aurora, dos lotes urba-

nos e benfeitorias existentes de sua propriedade a seguir: Lote Urbano nº 08, da quadra 23, do perímetro urbano da cidade, com área de 468,75m², devidamente matriculado sob nº 6.033, do Livro 2-T Registro Geral do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste; Lote Urbano nº 09, da quadra 23, do perímetro urbano da cidade, com área de 468,75 m², devidamente matriculado sob nº 6.034, do Livro 2-T Registro Geral do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste.

Parágrafo Único - O imóvel a que se refere o artigo desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal para o desenvolvimento dos trabalhos do Conselho Tutelar de Nova Aurora.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.
(a) DUILIO GENARI

PROJETO DE LEI Nº 715/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Agricultores Coletiva do Assentamento padre Josimo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.
(a) CLEITON KIELSE

PROJETO DE LEI Nº 716/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Entidade Ação Social Família Camiliana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.
(a) CLEITON KIELSE

PROJETO DE LEI Nº 717/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Altera a redação da alínea "e", do parágrafo único, do artigo 9º, da Lei nº 1.384, de 10 de novembro de 1953, acrescida pelo artigo 1º da Lei nº 11.740, de 19 de junho de 1997, e acrescenta-lhe novos parágrafos, renomeando o atual parágrafo único como parágrafo primeiro conforme segue:

“Art. 9º - ...

§ 1º -

e) desenvolver atividades na área de transmissão de informações eletrônicas, comunicações e controles eletrônicos, de telefonia celular, e outras atividades de interesse para a Copel e para o Estado do Paraná, ficando autorizada, para estes fins e para os previstos nas alíneas “b” e “c”, a participar, majoritariamente, de consórcios ou companhias com empresas provadas, após autorização deste Poder Legislativo, especifica para esse e na qual tenham sido consideradas além das características gerais dos projetos, os respectivos impactos sociais e ambientais.

§ 2º - Para viabilizar a condição de sócio majoritária da Copel nas parcerias já formalizadas, fica esta empresa autorizada a adquirir cotas ou ações dos sócios majoritários, pelo valor subscrito no contrato social registrado na Junta Comercial do Estado até o dia 27 de fevereiro de 2003.

§ 3º - Ante a comprovada valorização no mercado financeiro das ações referidas no parágrafo anterior, a aquisição das mesmas fica condicionada à prévia autorização em lei.

§ 4º - Nos contratos de parceria para formação de empresas de geração de energia elétrica, é vedada a inclusão de cláusula de compra antecipada de energia pela Copel.

§ 5º - Para os contratos em vigência para formação de eventual parceria, que estejam em fase de estudos ou de implantação, deverá a Copel providenciar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a revogação de eventual cláusula que assegure a compra antecipada de energia.

§ 6º - A Copel encaminhará, anualmente, à Assembleia Legislativa, relatório circunstanciado de resultados econômico e financeiro”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 11.740, de 19 de junho de 1997.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente da CPI da Copel; RATINHO JÚNIOR - Relator da CPI da Copel; DURVAL AMARAL, FERNANDO RIBAS CARLI, VALDIR ROSSONI, TADEU VENERI, ADEMAR TRAIANO, ALEXANDRE CURI e VANDERLEI IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Considerando a genérica e irrestrita autorização legal concedida à Copel por força da Lei nº 11.740/97, para formação de parcerias com outras empresas da iniciativa privada, independentemente, inclusive, da condição de figurar na parceria como acionista majoritária, esta CPI acordou na apresentação de projeto de lei revogando a autorização legal anterior e estabelecendo a obrigatoriedade de prévia e específica autorização deste Poder Legislativo para formação de parcerias com outras

empresas de iniciativa privada e, desde que, na condição de acionista majoritária.

Da mesma forma também concluiu a CPI da Copel que, para melhor proteger os interesses da empresa, necessária a apresentação de projeto de lei vedando a compra de energia elétrica pela Copel, das parcerias que ainda não estejam gerando energia (em fase de implantação ou de estudos) e nas quais não figure como acionista majoritária.

A medida justifica-se porque, na qualidade de adquirente da energia, é a Copel que garante e viabiliza economicamente o negócio, permitindo que o empreendedor capte os recursos financeiros necessários para o seu negócio. Nada mais justo que figure na sociedade como acionista majoritária e que lhe sejam conferidas melhores condições de preservação de seu patrimônio.

PROJETO DE LEI Nº 718/2003

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 12.442, de 13 de janeiro de 1999, que declarou de Utilidade Pública Estadual a Central de Associações do Oeste do Paraná - Caopa, com sede e foro no município de Medianeira-PR, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Central de Associações da Agropecuária Familiar do Oeste do Paraná - Caopa, com sede no município de Vera Cruz do Oeste e foro na Comarca de Matelândia.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

A antiga Central de Associações do Oeste do Paraná - Caopa, observando as devidas formalidades legais, e por decisão de seus associados, decidiu alterar a sua denominação, passando a chamar-se Central de Associações da Agropecuária Familiar do Oeste do Paraná - Caopa, bem como alterou a sua sede do município de Medianeira para o de Vera Cruz do Oeste, com jurisdição da Comarca de Matelândia. O estatuto da entidade foi inteiramente reformulado, conforme se pode extrair da cópia em anexo.

Com as alterações introduzidas, faz-se necessário a alteração da Lei Estadual nº 12.441, de 13 de janeiro de 1999, que declarou de Utilidade Pública a referida entidade. É o que se pretende com a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 719/2003

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ilmo. Sr. Mussa José Assis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que trata sobre a concessão de Título de Cidadania Honorária e Benemérita, estamos apresentando o presente projeto de Título de Cidadão Honorário para o Sr. Mussa José Assis, por tratar-se de ato de reconhecimento de elevado mérito, em função dos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná.

O jornalista Mussa José Assis é um dos mais respeitados profissionais de imprensa do país. Está na ativa há mais de 42 anos, sempre ocupando os postos mais destacados do jornalismo brasileiro. É atualmente diretor dos jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná", diários que circulam há mais de meio século em Curitiba.

Jornalista desde a adolescência começou sua carreira profissional em abril de 1961, como revisor de "O Estado do Paraná". Cinco anos depois, em 1965, depois de exercer as mais altas funções no jornal "Última Hora", em Curitiba e em São Paulo chegando à posição de secretário de redação do jornal paulista, assumiu a direção de "O Estado do Paraná". Na década de 80, participou da reabertura do jornal "Correio de Notícias", do qual foi diretor por quase quatro anos.

Simultaneamente, foi redator da sucursal paranaense do jornal "O Estado de São Paulo", de 1966 a 1981. Professor da Universidade Católica do Paraná lecionou durante onze anos no curso de Jornalismo daquela instituição. Foi também correspondente da agência Associated Press e participou, por duas oportunidades, do júri do Prêmio Esso de Jornalismo.

No serviço público, foi assessor de imprensa das Secretarias de Estado da Agricultura e de Negócios do Governo, na década de 60. Ocupou, também, a Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado, em 1990. No Poder Legislativo, é consultor legislativo aposentado.

Filho do casal de imigrantes libaneses José e Rajah Assis, Mussa José Assis nasceu na cidade paulista de Pompéia, em 02 de abril de 1943. Passou a infância em Tupi Paulista e foi seminarista capuchinho em Veranópolis, Rio Grande do Sul. Chegou em Curitiba no final da década de 50, para cursar o Científico no Colégio Estadual do Paraná, onde foi dirigente do centro estudantil e editor do jornal do Cecep.

É casado com a Sra. Guiomar Zerbeto Assis. Tem seis filhos - os engenheiros Marcelo e Rodrigo José Zerbeto Assis, a médica veterinária Érica Luiza Maria Zerbeto Assis, a juíza de Direito Fernanda Maria Assis Monteiro, o também jornalista Francisco José Z. Assis, diretor de redação do jornal "O Estado do Paraná", e o advogado e bacharel em educação Física Cláudio José Zerbeto Assis - e três netos (todos curitibanos - paranaenses).

Mussa José Assis é cidadão honorário de Curitiba, título concedido pela Câmara e Prefeitura da capital paranaense, em 1990.

É com muita honra e satisfação que tomamos a iniciativa de propor aos nobres parlamentares desta Assembléia Legislativa, a aprovação da concessão de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ilmo. Sr. Mussa José Assis, pois trata-se de uma pessoa de renome na imprensa nacional, sendo um dos mais bem conceituados e competentes jornalistas da história do Paraná.

Neste sentido, conclamo a todos os nobres pares, para apoiar a proposta que ora apresentamos, a fim de reconhecer em vida, os méritos deste cidadão que tanto dignifica a imprensa do nosso Estado e enriquece a cultura e a democracia desse País.

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam sustadas, nos termos do disposto no artigo 54, XXVI, da Constituição do Estado do Paraná, as Portarias do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que concederam Licenças Prévias e Licenças de Instalação para a construção de pequenas e grandes centrais elétricas no Estado do Paraná, e que foram expedidas após a edição das Portarias 67 e 76/2003/IAP/GP, que suspenderam as autorizações anteriores concedidas.

Art. 2º - Esta decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente da CPI da Copel, RATINHO JÚNIOR - Relator da CPI da Copel, DURVAL AMARAL, FERNANDO RIBAS CARLI, VALDIR ROSSONI, TADEU VENERI, ADEMAR TRAIANO, ALEXANDRE CURI, VANDERLEI IENSEN

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de decreto legislativo justifica-se em face dos fatos apurados pela CPI conforme relatório da Copel, que em suas conclusões manifestou-se pela apresentação de projeto desta natureza.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Braddock.

O SR. DELEGADO BRADDOCK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

É com grande tristeza que vejo as cidades de Itaperuçu, Rio Branco do Sul, passarem pelo vexame nacional na área da segurança. Dois anos depois da minha saída de Rio Branco do Sul, a delegacia foi fechada e até hoje não

foi reaberta. Ontem, mais um fato lamentável aconteceu: um comerciante com mais de cinquenta anos no comércio, foi assassinado por menores delinquentes, e a população indignada, revoltada, foi às ruas, quebrando a delegacia, quebrando o posto da Polícia Militar, quebrando a Prefeitura Municipal e foram quebrando tudo o que achavam pela frente.

Mas, a falta de segurança não é só em Itaperuçu, é também em Rio Branco do Sul, em Almirante Tamandaré, Rio Negro onde a delegacia nem existe mais, é em Andirá, em Laranjeiras do Sul que na semana passada houve dezessete fugas. Em Londrina tivemos 181 homicídios durante este ano e em Curitiba só no mês de novembro tivemos quarenta mortes. Não se faz política de segurança com discurso! Papo, até peru tem! É muita trovoada e pouca chuva! Estão trovoando demais neste Governo, do qual faço parte, mas mesmo assim não aprenderam: não tem recurso para isso, não tem recurso para aquilo; não tem viatura para aquilo, não tem pessoal. O secretário da Segurança está fazendo o que pode! O menino é bom, mas se não dermos os meios necessários, vai continuar do jeito que está.

Aqui em Curitiba, nos fins de semana, está em dezessete a dezoito mortes violentas - é só acompanhar os jornais. E onde está a segurança prometida?

Não adianta dar uma de "reizinho", porque aqui ninguém é súdito de ninguém. Chega! Acho que devemos tomar uma posição real dos fatos, verificar realmente onde está tendo prejuízo para a população. Pais de famílias estão morrendo e no caso de ontem o comerciante trabalhava ao lado do posto da Polícia Militar. Era ao lado, foi assaltado e levou cinco tiros! Na semana passada, em Rio Branco do Sul, no centro, uma menina de menor foi assassinada. Sumiu um comerciante de lá e até hoje ninguém achou! Em Almirante Tamandaré, de ontem para hoje, tivemos três mortes violentas. E onde está a segurança? Onde estão as promessas de campanhas, da qual eu fazia parte?

Sinto-me aqui no dever e na obrigação de pedir perdão aos meus eleitores por nada poder ter feito até agora; eu, como deputado da base governista... sinto-me humilhado diante de toda essa barbaridade! Espero que o governador acorde e veja que não é rei e não é Deus, mas que é apenas um homem e que coloque o "bloco" na rua para administrar.

Era isso, senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedemos a palavra à segunda oradora inscrita, deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ouvia atentamente o pronunciamento do deputado Delegado Bradock. Realmente, assusta-nos a violência que acontece no nosso Estado e não é diferente no nosso País. Digo, também, deputado, que daqui da tribuna já

vínhamos denunciando os crimes em série que aconteciam com as mulheres, em Almirante Tamandaré. Infelizmente, até agora, nada desvendado. São coisas que assustam e que precisamos, como parlamentares, ajudar a buscar uma saída, tentar encontrar uma solução para a violência que ocorre em nosso Estado.

Mas, senhor presidente e senhores deputados, antes do meu pronunciamento, queria registrar e parabenizar o governador Roberto Requião, pela sua luta incansável pela redução das tarifas do pedágio. Ao mesmo tempo, a sua luta para que não aumente o valor dos pedágios. Coisa que não víamos, nesta Casa, nos dois anos em que estive aqui, por parte do governador anterior, nenhuma manifestação nesse sentido, para que o pedágio não aumentasse ou para que as concessionárias tentassem reduzir as tarifas. Então, quero parabenizar o governador Roberto Requião pela força, pela coragem com que vem lutando para não deixar que aumentem as tarifas e que isso venha a prejudicar nosso Estado e especialmente o setor agrícola, pois os caminhões que precisam passar nas praças de pedágio e isso acaba, com toda certeza, prejudicando nosso agricultor lá na ponta, que acaba recebendo menos pelo seu produto.

Também estive, na semana passada, senhor presidente e senhores deputados, visitando a Ceasa aqui de Curitiba, até porque entrei com um projeto de indicação, para que seja construída uma Ceasa na região Sudoeste. Confesso que fiquei feliz pela forma como está sendo conduzido pela Dra. Jane Setenareski, aonde a Ceasa trabalha muito bem e com várias ações voltadas às famílias de baixa renda. É claro que trabalha diretamente com produtos hortifrutigranjeiros e isto beneficia muito os agricultores, os pequenos agricultores de Curitiba e da região metropolitana.

Também trabalha com a Ceasa Amiga, que trabalha com sobras de alimentos e estes são repassados para entidades carentes que inscrevem-se na Ceasa. E, hoje, são 557 entidades cadastradas. Só neste ano já foram beneficiadas 96.311 pessoas, com o programa da Ceasa Amiga. E também trabalha com outras secretarias de Estado, em parceria com o leite das crianças, trabalhando no sentido de beneficiar aquelas crianças carentes, aquelas famílias de baixa renda. E, uma outra forma que a Ceasa trabalha é no Armazém da Família, aonde são feitas compras comunitárias e é um armazém popular. Geralmente, os produtos ali vendidos têm um preço em torno de 25% a menos que se encontra no mercado. Isto é para facilitar às famílias de baixa renda, para que também possam comprar os produtos essenciais, básicos, por um preço acessível, que dê condições de as famílias serem beneficiadas.

Então, é um trabalho muito bonito que vem sendo realizado na Ceasa e que é importante, até, que todos os deputados que tiverem oportunidade, que tiverem interesse, passar por lá. Nós fomos muito bem recebidos. Dá para se elogiar muito o trabalho que vem sendo feito, hoje, na Ceasa do Estado do Paraná.

Ontem, uma discussão muito forte, puxada pelo deputado Plauto Miró, com alguns questionamentos do deputado Neivo Beraldin, com relação à Fazenda Araupel, onde o governo federal pretende fazer dessa área a fazenda ou o assentamento modelo no nosso País. É uma área que está sendo comprada de 25.38 mil hectares. Vai ficar em torno de aproximadamente 12 mil reais o alqueire, sendo que na região, deputada Elza Correia, o preço que é pago por alqueire está próximo a 30 mil reais.

Então, é bem em conta o que o governo está pagando ao dono da Araupel. Não tem nada de superfaturamento.

Sabemos o quanto é importante para as famílias que estão lá. Mil e quinhentos e oitenta famílias que já estão naquela área. A previsão é que possam ser assentadas duas mil famílias.

Existem, sim, os nove mil hectares que deverão ser de área de preservação ambiental. Cinco mil que se quer da reserva legal e quatro mil, que é de preservação permanente, que se refere à cabeceira e leito de rios. Isso tudo vai ser trabalhado também junto com a fazenda. Não vão ser meramente esses quatro mil hectares sem aproveitamento nenhum, para as famílias assentadas.

Está sendo trabalhado um projeto, onde vai ser aproveitada essa reserva e ser trabalhados projetos, como a apicultura, que é muito importante. Porque continua-se preservando o meio ambiente e a natureza e tendo essa reserva legal, com projetos alternativos, inclusive projetos alternativos de renda para essas famílias que estão sendo assentadas. Estamos felizes com essa decisão do governo federal. Esperamos que dê certo. Está praticamente concluído. Podemos dizer que deu certo. Esperamos que se concretize isso na prática e que seja esse o assentamento modelo de reforma agrária.

Ao contrário do que vimos - falo isso, porque a Araupel fica em Quedas do Iguaçu e pertence à região Sudoeste do Paraná, como Palmas, há cinco anos 160 famílias, deputada Elza, estão em uma área de preservação ambiental e não conseguem ter um financiamento. Essas famílias foram levadas pelo antigo governo FHC, em um modelo de reforma agrária do País, a reforma agrária municipalizada. Essas famílias estão até hoje sem poder plantar, sem ter condições de sobreviver. Sabemos que lá morreram crianças e a informação é de que morreram de fome. Lamentamos que tenha acontecido isso.

Estamos em uma luta muito grande junto com o Incra e o Iapa, para que possamos liberar essa área, para que essas famílias possam começar a plantar e poder tirar o seu sustento, já que não foi um acampamento do MST, foi a proposta de reforma agrária do governo Fernando Henrique que levou essas famílias diretamente para a área, que é considerada área de preservação ambiental.

Essas famílias não têm condições e não são liberadas para poder fazer o plantio e poder tirar dali o seu sustento.

Lamentamos que esse seja o exemplo de reforma agrária, que ficou do governo anterior, para nós do Estado do Paraná, principalmente da região Sudoeste do Paraná.

Estamos torcendo e fazendo o possível para que dê certo na Fazenda Araupel e que ali consigamos ver seis mil empregos, que vão ser, com toda a certeza, diretamente beneficiados.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Subo à tribuna desta Assembléia para trazer ao governador do Estado, nosso companheiro Roberto Requião, uma grave denúncia.

Lembro-me que no início do governo, o governador Requião dizia que nenhum deputado iria se meter em assunto de polícia. Eu falei isto aqui desta tribuna, duas ou três vezes, elogiando o governador, porque para mim o fim de um governo é quando o deputado começa a misturar política com polícia. Vim aqui, falei isto por inúmeras vezes e confesso, estava muito feliz, mas já não estou mais. Houve uma denúncia contra dois policiais da cidade de Palmas.

A denúncia foi levada ao comandante do batalhão de Pato Branco, que mandou fazer a sindicância. Nada apurou. Por pressão política do Partido, em Palmas, o senhor comandante da Polícia Militar me disse hoje pela manhã que vai afastar os dois policiais. E eu lhe disse - se o senhor afastar para realizar uma sindicância e daqui a 60 dias levar lá o resultado desta sindicância, eu aceito. Se não for desta forma não vamos aceitar, porque nós do PPS, quando demos apoio ao governo Requião foi em bases programáticas. Nós não trocamos por cargos, nós não trocamos por nenhum tipo de benesse diferente que o cumprimento ordeiro de um bom governo. Se nós denunciávamos durante muito tempo no governo passado todas as ações que aconteciam e que denegriram o governo e que acabaram com o governo que havia começado, talvez como um governo que há muito tempo atrás, de esperança para o Paraná.

Eu não quero ver o governo Requião passar pelo mesmo e não vou me furtar aqui e denunciar em todos os momentos ações que sejam tomadas arbitrariamente contra a decisão do senhor governador, porque eu tenho certeza que ele não sabe disso, porque se o souber e não tomar nenhuma atitude, confesso aos senhores, eu, particularmente, tenho certeza que lavrei esta proposição ao PPS, teremos que pensar muito sobre o nosso apoio, como base de sustentação que tem sido dado até agora. Porque perguntei se as denúncias eram fundadas, se havia fatos relevantes e não há. Quero aguardar a sindicância, quero aguardar o levantamento, mas quero ver essa posi-

ção ser tomada, porque se nós voltarmos aos velhos tempos de nomeações de delegados, de comandantes de polícia, porque é meu amigo, é meu companheiro, é meu parceiro, é do Partido, olha, nós vamos ver de vez o fim de um novo governo no Estado.

A mesma posição que sempre tivemos com relação à eleição escolar, posição que defendemos sempre nesta Casa, posição que cobramos do governador e que o secretário da Educação cumpriu o compromisso e mandou realizar uma nova lei que veio, democraticamente, ser votada por esta Casa, e que já realizaram as novas eleições e aquilo que nós falávamos da necessidade de ser de dois em dois anos, acabou comprovado em muitos municípios, municípios que houve interferência, sim, de prefeitos e estão aí os jornais com as denúncias, estão aí companheiros políticos de todos os senhores dizendo que em alguns municípios houve, sim, interferência política.

Da mesma forma eu cobro esta coerência desta tribuna, porque nós damos apoio programático, nós damos apoio em cima de uma base de governo...

(ausência de som, término do tempo)...

...éticos da política paranaense. Se for para isto contem com Marcos Isfer, contem com o PPS. Se não for para isto, por favor nos deixem fora.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Barbosa Neto com a palavra.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Subo à tribuna nesta tarde, para fazer algumas considerações com as constatações que estamos presenciando e chegando ao fim deste ano parlamentar já que se aproxima o recesso e vejo que já estamos cumprindo quase 1/4 do nosso mandato e o mesmo acontece com o Governo do Estado.

Gostaríamos de fazer um balanço do que estamos vendo nesta Casa de Leis.

Hoje constatei, com os oradores que me antecederam, que estamos vivendo um momento muito difícil para o governador Roberto Requião. Ele precisa talvez se aconselhar com os deputados mais experientes desta Casa. Eu sou um deputado novato, faço parte do bloco independente, mas vemos que há uma série de erros cometidos e que agora são extravasados por membros do bloco de sustentação ao Governo. Eu concordo com o deputado Durval Amaral que disse hoje na reunião da CCJ que respeita e admira a inteligência, a firmeza de caráter do governador Roberto Requião, mas ele talvez esteja sendo mal assessorado. Infelizmente nós temos que chegar a esta triste constatação!

Não estou fazendo papel de conselheiro Acácio e não quero jogar lenha na fogueira, mas todos nós somos paranaenses e queremos o melhor para o nosso Estado.

Sabemos dos equívocos em relação aos transgênicos, em relação às invasões de terras, ao pedágio, momento crucial hoje! Vemos, por exemplo, a deputada Luciana Rafagnin subindo à tribuna para parabenizar o governador que está se empenhando para impedir que haja o aumento do pedágio. Com todo respeito, deputada, a senhora está até mesmo no seu papel mas, pelo amor de Deus, o governador do Estado não tem que pedir o apoio da população para impedir o aumento do pedágio! Ele se elegeu, emblematicamente, com essa proposta que iria acabar com o pedágio e passados aí 10, 11 meses do Governo o pedágio não acabou, vai aumentar 31% e ele vem pedir o apoio da população! Os quais votaram no Requião o apoiaram e agora ele que tem que utilizar o mandato para fazer o que prometeu durante a campanha.

Então, no meu modo de ver, realmente não merece os parabéns ou o respeito, mas há uma cobrança muito grande, por parte da nossa população. Nós que lidamos com a população no dia-a-dia, sabemos que ela quer que sejam cumpridos os compromissos de Governo! É claro que não dá para ser feito tudo do dia para a noite mas como eu disse 25% do mandato já está indo embora.

Vejo por exemplo uma questão que eu sempre debati, subindo à tribuna desta Casa, em relação à Segurança Pública, muitos me criticam que eu só insistia num tema e hoje eu venho aqui talvez um dos maiores "experts" em segurança pública, deste Estado, defensor ardoroso da candidatura de Roberto Requião que é o deputado Bradock, dizendo aqui que o governador tem que parar de brincar de ser rei, brincar de ser Deus e administrar, porque um Governo não se faz apenas com palavras mas com ações! Isso dito por um deputado que sabe o trabalho de Requião e ele lutou, do começo ao fim, para que o governador vencesse as eleições. E nessa questão da segurança pública até pode se dizer: "mas isso é um fenômeno nacional, mundial até". Não, aqui no Paraná houve um aumento de 30% da violência em vários níveis, quer dizer, não é uma crise estrutural mas gerencial, acima de tudo.

Para concluir aqui meu raciocínio eu gostaria de dizer que há necessidade de uma correção de rumo e que nós estamos torcendo, já me propus várias vezes, tenho votado na maioria das vezes com o Governo do Estado. E como votei favoravelmente a maioria dos projetos enviados pelo Executivo e junto com o bloco de sustentação a esta Casa, estamos torcendo para que o governador saia dessa nuvem de turbulência que atinge o seu Governo neste 1º ano de mandato.

Quero dar a minha contribuição, junto com os outros deputados, para que possamos modificar esse momento terrível que está acontecendo. Coloco-me a disposição para que possa humildemente colaborar, porque algo de muito sério precisa ser feito em relação a tudo isso que estamos vivenciando e vendo, aqui, nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem de inscrição está com a palavra o senhor deputado Artagão Júnior.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados e amigos presentes.

Evidentemente, que ao longo deste 1º ano de trabalho como parlamentar, como deputado estadual, tivemos boas surpresas e surpresas negativas. Agora, tenho acompanhado os pronunciamentos nas tribunas desta Casa ao longo desses 11 meses de trabalho, 10 meses para 11 meses de trabalho. E temos muitos discursos, muitas críticas infundadas. Evidentemente, que quero me posicionar como deputado do PMDB, deputado que ajudou o governador Roberto Requião no processo eleitoral, e nem sempre estou de acordo com as atitudes e as ações do governo.

Antes de assumir o meu mandato conversando com o governador Roberto Requião perguntava a ele: governador, qual a melhor forma de colaborarmos com as ações do seu governo uma vez que concordamos e comungamos da sua ideologia e dos princípios pregados durante o processo eleitoral? O governo, desde aquele momento, antes mesmo de assumirmos nos falava que, ele não queria deputado fantoche, que ele não queria deputado que baixasse a cabeça e aceitasse tudo aquilo que lhes fosse colocado, tudo que lhes fosse imposto. Mas acima de tudo o que estamos fazendo, aqui, é sustentar um projeto de governo. E o que tenho visto ao longo deste ano são discursos se contradizendo alguns que já foram feitos em mandatos anteriores. São falácias infundadas, são picuinhas apontadas, mas sem olhar para a grandiosa ação que está sendo desenvolvida pelo governo Requião.

Amanhã estaremos acompanhando o governador Roberto Requião em Guarapuava e na Região Central do Estado. Lá estaremos lançando, cumprido os compromissos de campanha do governo Roberto Requião, o Programa Leite da Criança para mais de 20 municípios. Esse programa tem atingido mais de 100 mil famílias ao longo deste ano, beneficiando diretamente as famílias mais carentes. Lá estaremos distribuindo mais de 1 milhão e 700 mil reais para compra de equipamentos, moto niveladora, caminhões coletores de lixo, equipamentos para recapeamento asfáltico. Ações que vão direto ao encontro da necessidade do povo do Paraná. Agora, não existe nenhum parlamentar ingênuo. Todos nós sabemos que em 11 meses de trabalho, em 1 ano de ação, não se pode resolver problemas que ao longo da história do Paraná desde 1853, quando se criou o Estado do Paraná, não foram resolvidos. Evidentemente, que temos problemas na segurança, temos problemas na área da saúde, temos problemas na área de educação. Mas lanço um desafio aos parlamentares que aqui criticam o governo Roberto Requião: escolham um ano de governo dos outros governantes e vamos comparar ao ano mais difícil do governo

Requião e vamos ver que realizou o trabalho que melhor beneficiou a comunidade e o povo paranaense. Em todas as ações de governo, em todas as áreas de atuação.

Evidentemente, que nós parlamentares precisamos apontar na região que representamos algumas ações específicas. Precisamos que as nossas emendas sejam acatadas porque nós estamos à frente do trabalho, porque nós damos a testa e a cara para bater, e evidentemente que nós também sabemos aquilo que é importante para o Estado do Paraná, mas não se pode esquecer o trabalho lá do senso, o trabalho que atinge todo o Estado do Paraná, o trabalho que efetivamente está mudando a cara do nosso Estado.

Eu não tenho dúvida que como nós que defendemos o projeto Roberto Requião, o nosso projeto no processo eleitoral. Naquela época defendendo ações de governo que estão sendo aplicadas, que estão sendo realizadas, por algumas vezes estaremos sendo desapontados, porque nós respondemos diretamente aos pedidos do povo do Paraná, mas nós não podemos duvidar de que o governo Roberto Requião fez muito mais do que esperavam os nossos opositores, está fazendo muito mais do que se poderia fazer num primeiro ano de governo, com um orçamento limitado e desenvolvido por outro governante, mas que sobretudo está disposto a nos ouvir, da sua maneira, é verdade, muitas vezes em dissonância aos nossos pensamentos, mas objetivando sobretudo o atendimento das necessidades do povo do Paraná, e em especial da população mais carente.

Portanto, muito embora às vezes desapontado com ações pontuais, não desanimo e continuo acreditando no governo Requião, porque tenho visto na prática o sorriso do povo do Paraná com as ações que esse governo tem desenvolvido.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Elza Correia, com a palavra.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres companheiros e companheiras.

Acho extraordinária e cada vez mais importante a nossa militância no parlamento. Parlamento é a Casa aonde se parla, aonde se fala, aonde se discute, onde idéias devem ser colocadas em direção a construção da democracia. Cada um de nós aqui tem o direito incontestado e condicional de fazer a sua manifestação, por isso eu acho o Parlamento uma coisa extraordinária. Por isso me reservo o direito também de discordar de algumas coisas que ouço.

Nenhum governo deve ser acrítico, principalmente se esse governo estiver alinhado dentro do pensamento da concepção filosófica do que quer dizer democracia.

O nosso governo está alinhado e tem provado isso com relação à questão da construção da democracia.

Não é o governo Roberto Requião, e não será o governador que se posicionou perante a opinião pública

neste Estado, como verdadeiro rei. Não é o governador Roberto Requião que tem brincado de ser Deus, como aqui foi colocado por colegas e companheiros que eu gosto muito e respeito.

Brincar de ser Deus é passar por cima dos interesses da população, brincar de ser Deus é virar as costas aos interesses do povo do Paraná, e entregar de forma venal e desmascarada o Banestado como foi feito pelo governo anterior.

Isto sim é brincar de ser Deus, passar por cima da vontade do povo do Paraná, e de forma descarada, de forma irresponsável, fazer o que fez com o Banestado, cujo ex-governador como resultado a CPI e foi colocado agora para ser indiciado pela justiça. Brincar de ser Deus, brincar de ser rei é fazer o que foi feito com a Copel, com a nossa Copel, que quase teve o mesmo destino do Banestado, não fosse ações e questões internacionais que interferiram. Brincar de ser Deus, de ser rei é pegar o dinheiro público e usar de forma irresponsável como foi feito, com um investimento astronômico, tentando mentir e mostrar um Paraná virtual do Paraná real, através de uma publicidade mentirosa o que não estávamos vivendo no Estado do Paraná. Brincar de ser Deus, brincar de ser rei é autorizar o escandaloso orçamento utilizado nos Jogos da Natureza que nesta Casa já foi denunciado. Brincar de ser Deus é passar por cima de todas aquelas questões inerentes ao direito de cidadania e direitos humanos do povo do Paraná.

Cinco CPI's questionando ações do governo anterior. Cinco CPI's que mostraram de uma forma incontestável a falta de respeito do governo anterior com o povo do Paraná e o silêncio, absoluto, daqueles que contestam - neste momento, algumas questões relativas ao governo Requião. Não tenho procuração para defender o governador Roberto Requião, mas sou do PMDB e como peemedebista também não posso ser acrítica: têm algumas questões que devem ser melhoradas, têm algumas questões que devem ser questionadas, que devemos sentar no fórum correto e discuti-las frente a frente, olho no olho e não ficar usando desses argumentos para jogar gasolina numa fogueira que não interessa nem ao PMDB, nem a este Parlamento e nem ao povo do Paraná. Não vou deixar ser usada por ninguém, nunca deixei e não vai ser agora que isto vai acontecer. Se temos críticas, temos que fazê-las: de forma séria e responsável. Temos os nossos fóruns, os nossos partidos para discutirmos questões de insatisfações pessoais, insatisfações em relação à questão de relacionamentos e devem ser feitas.

Não fomos eleitos para dizer amém. Fomos eleitos para trabalharmos, primeiramente, para a garantia dos direitos do povo do Paraná. Fomos eleitos para trabalhar com coerência pela manutenção das nossas propostas as quais defendemos no período da eleição. Agora, picuinhas à parte, acho que críticas devem ser feitas, questões devem ser levantadas, agora, alguns se silenciaram no momento em que deveriam falar; alguns fingiam que não viam, no momento em que deveriam olhar e agora pou-

sam de donos da verdade questionando questões que foram resolvidas ainda, por pura responsabilidade do governo anterior que tomou atitudes, muitas delas, que comprometeram o Estado do Paraná e que nos puseram nesta situação que haveremos de sair. Se o governador Roberto Requião não estivesse certo, correto na sua linha de ação e não fosse duro quando tem que ser com as concessionárias, hoje, teríamos tido aumento do pedágio e não tivemos. Recuaram por quê? Recuaram porque sabem e têm certeza absoluta que não são intocáveis e que tem erro, sim, nas questões dos contratos.

Portanto, gostaria de dizer que devemos colocar as coisas em seus devidos lugares, mas, com serenidade. Porque se não, de repente, estaremos tocando uma flauta com o ritmo errado. Não podemos tocar um instrumento o utilizando equivocadamente, temos que ter cada instrumento, cada coisa no seu lugar para que tenhamos harmonia no final. Penso que, aqui, devemos ser severos, devemos ser firmes, devemos ser contundentes quando tivermos que ser. Mas, penso também, que algumas coisas que foram colocadas aqui não servem ao Partido, ao PMDB; não servem ao Parlamento; não servem ao povo do Paraná. Mas servem de prato cheio àqueles que querem continuar dizendo que temos um governo que gosta de brincar de ser rei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há oradores inscritos para o Grande Expediente. Passamos ao Horário da Liderança.

Consulta a Liderança do PL; PSL; PPS.

Concedo a palavra ao deputado Ratinho Júnior.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

É mais uma vez um prazer estar nesta tribuna. Rapidamente vou relatar algo que vem acontecendo, não sei se por incompetência ou se é por questão pessoal. Mas, lembro-me que na campanha, o governador Roberto Requião, falou no seu programa de televisão que iria ajudar as Santas Casas do Paraná. Há seis meses atrás, a Santa Casa de Goioerê, que é uma Santa Casa que das poucas aqui no Estado do Paraná que anda com suas contas em dia, pagando tudo em dia, sem ter problemas, como estar devendo para laboratório ou para empresa de medicamentos, enfim, um hospital que anda dentro da linha.

Nós entramos em contato com o secretário da Saúde, Cláudio, há sete meses atrás. Primeiro que não foi o secretário que nos recebeu, foi o seu chefe de gabinete. Segundo que nosso pedido, aliás o pedido da Santa Casa era apenas dez mil reais para pagar os problemas que eles tinham na UTI. E na sua campanha o governador falou que iria ajudar a Santa Casa.

Acredito que não é nenhuma culpa do governador, até porque o governador nem fica sabendo de tudo o que acontece. Até porque pela falta de tempo, pelo acúmulo de suas funções.

O que é lamentável, que depois dessa nossa ida há sete meses atrás, desde então nós tentamos agendar um dia com o secretário, uma conversa e uma resposta daquilo que tínhamos pedido e até hoje, infelizmente, nenhuma ligação, nem o seu chefe de gabinete ou pior, a secretária não nos deu retorno do que estava acontecendo, se podia ajudar ou se não podia, se iria nos atender ou se não iria.

Quer dizer, gostaria de saber o que está acontecendo, não sei se o secretário tem uma lista de deputados que ele pode atender e tem uma lista de deputados que ele não pode atender. Eu não sei! Pode ser que seja isso que esteja acontecendo. Agora o que não pode acontecer é uma Santa Casa que tem tudo em dia, e que foi uma promessa de campanha do governador ficar abandonada, do jeito que está a Santa Casa de Goioerê, que mesmo tendo as suas contas em dia, não pode ser ajudada.

Então, fica aqui o nosso protesto perante a Secretaria da Saúde, já que cuida da Saúde, tem que ter mais responsabilidade, principalmente por aqueles que são os responsáveis por tudo aquilo que acontece no Estado, que são os deputados estaduais.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PSB, PTB.

Concedo a palavra ao senhor deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Hoje, em princípio não falaria nada, mas ouvindo o pronunciamento do deputado Bradock, ouvindo a deputada Elza, nós estamos no período do “fogo amigo”, estamos naquele período em que PMDB bate em PMDB e PT bate em PT. Como sou do PTB e recentemente, nesta Casa, tentei aproximar a cidade de Ponta Grossa ao Governo Roberto Requião. Eu que sempre coloco na fogueira, sempre critico, falo o que penso e que por alguns tempos fiquei meio calado, fiquei acompanhando, fiquei dando tempo ao tempo, para que Ponta Grossa pudesse se aproximar do governador. Já temos o deputado Plauto que é Oposição, e gostaria de ficar no intermédio. Tentar aproximar Ponta Grossa do governador, para que o governador pudesse fazer obras, trazer recursos para Ponta Grossa. Mas, o que lamentamos é que agora há pouco o deputado Artagão acaba de falar em críticas. E, no final das críticas, ele, como um grande governante peemedebista, de carteirinha, desde pequenininho, do tempo em que o pai era deputado, ainda, anuncia que vai levar o leite para Guarapuava. E eu me recordo que o leite ainda não chegou na maior bacia leiteira do Estado do Paraná, que é Ponta Grossa. E aí, me lembro que o deputado Dobrandino, que vai ser o presidente do PMDB, levou cinco milhões para Foz do Iguaçu. E Ponta Grossa não levou absolutamente nada.

Então, recordando-me de tudo isto, lembrando-me de tudo isto que estamos vivendo, e neste momento em que a gente erra, a gente, por mais experiências que pensa que tem ou não tem e muitas vezes cobrado pelo Zuk, pelo Barbosa, pelo Ratinho, por outros companheiros, pelo Rossoni, que me cobram que às vezes que mudo muito a posição, é porque eu sempre quero fazer o melhor para a população.

E hoje vou aproveitar este “fogo amigo” que está aqui para também ver se eu acerto, eu saio da briga, mas deixo o fogo amigo se acertar. Recentemente, apresentei nesta Casa, um pedido de título de cidadania ao presidente Lula. E para surpresa minha, o pessoal ligado ao PT me chamou e pediu que retirasse o título, porque ficava chato ao PT que um deputado do PTB apresentasse o título ao Lula. Eu, numa atitude democrática, de respeito, retirei o título e o PT reapresentou. E o mesmo foi aprovado ao presidente Lula o título de Cidadão, desta Casa.

O mesmo quero fazer hoje. Aproveitando este “fogo amigo” do PMDB, em que há uma briga muito grande entre o PMDB e PMDB, aproveitando para pedir, nesta Sessão, senhor presidente, a retirada de título que fiz ao governador Roberto Requião. Gostaria que o PMDB fizesse isto. Já que está uma briga, eu retiro meu pedido, hoje, deixo que o PMDB apresente o título e fica tudo em paz no PMDB. Eu fiz minha parte. Tentei aproximar a cidade de Ponta Grossa ao governador, mas ele não entendeu bem. E como eu sou meio parecido com ele, tenho decisões parecidas, às vezes. Claro que não sou tão estudioso como ele, porque ele tem várias faculdades e eu não tenho nenhuma, a não ser a da vida, neste momento, com todo o respeito que tenho à figura do governador, na tentativa da paz e como nada veio a Ponta Grossa, neste momento eu deixo para que o PMDB, da mesma forma que o PT, reapresente este título, se entender que assim é merecedor o governador.

Ao mesmo tempo, desculpem-me com os senhores deputados que aprovaram o mesmo, porque acho que na tentativa de acertar, eu errei. Mas, espero que seja mais feliz o PMDB. E aproveitando esta discussão interna, esta discussão entre os companheiros se possa, neste momento, se acertar o PMDB e não haver brigas entre aliados. E eu, que tentei a paz e não consegui a paz - não sei se estou certo, senhor presidente, mas é o que me passou pela cabeça, neste momento, e acho que deveria transmitir, porque acho que o sentimento mais nobre de um homem, de um ser humano e principalmente um político, é fazer o que ele sente que tem que fazer. E eu acho que não estou cometendo nenhuma ingratidão, com ninguém. Quero, apenas voltar ao que sempre fui: livre, à vontade para falar aquilo que penso, porque a paz que eu queria, infelizmente, não foi entendida. E nós vamos continuar uma guerra lá de Bagdá, guerra do Iraque, guerra dos muçulmanos, vamos continuar guerreando. E pelo jeito tem gente que não sabe o que é paz. Espero que a paz reine no PMDB, porque o PMDB e o PT têm uma

grande aliança. E esta aliança, se não tiver jeito vamos precisar chamar o Padre Paulo, que é do PT, para abençoar todo mundo ou o Padre Roque, que é secretário.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário destinado ao PP, concedemos a palavra ao deputado Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ocupo o espaço nesta tribuna para falar de um projeto de lei que estamos encaminhando. Mas, antes disso, quero reforçar aqui o que a deputada Luciana Rafagnin colocou que, durante este primeiro ano de governo, não é fácil colocar a Casa em dia, diante de tantas dificuldades que o governo assumiu. Tenho orgulho de ter trabalhado nesse segundo turno para ter elegido o companheiro Requião, porque as dívidas que nós estamos recuperando com os funcionários públicos, basta analisar, por exemplo, os 8 anos que os professores estiveram sem reajuste. Está prestes a vir a esta Casa um plano de cargos e salários, que deve recuperar os 8 anos perdidos durante o governo Jaime Lerner.

Os 400 reais, de salário-mínimo dos funcionários públicos, onde têm servidores que ganham 270 ou 280 reais, e que vão ter um salário-mínimo de 400 reais.

O ano que vem vamos gastar 150 milhões a mais na Área da Saúde, do que foi gasto o ano passado. Vários convênios já foram assinados este ano, para as consultas especializadas como na minha região, 30 mil reais, por mês, e para os hospitais 60 mil reais, por mês. Não é para fazer obra, mas para fazermos aquilo que tem que ser feito, para comprar material de sutura, para pagar médicos, para investir mais na ponta, na área da saúde.

A Sra. Luciana Rafagnin

Obrigada pelo aparte, deputado Pedro Ivo, queria dizer que na minha manifestação na tribuna, parabeneizei a atitude, a coragem, a insistência do governador Requião, porque a gente sabe que não é fácil, e quem acompanhou a CPI do Pedágio deve ter mais presente ainda a dificuldade que se tem para romper um contrato com uma concessionária, porque acredito que o Lerner fez muito bem feito esses contratos com as concessionárias, o que tem dificultado para o governador Requião. Agora isso não impede que a nossa Bancada, o nosso Partido, no momento que tenha que criticar o governador Requião, nós vamos criticar, porque quando a crítica é construtiva ela vem auxiliar o governo.

Eu não me comprometo de sempre subir na tribuna e elogiar o governador, porque no momento que eu sentir que merece uma crítica eu vou criticar, mas no momento que merece um elogio, nós estaremos fazendo esse elogio.

Eu, particularmente, o parabeneizo, pela insistência, pela luta dele, na questão da tentativa de redução do valor

do pedágio e de não deixar ter esse aumento abusivo, no meu ponto de vista.

Agora, já parabeneizei também o governo Lerner, embora com bem menos oportunidades.

Isso não importa se você está na Oposição ou na Situação, de você parabenizar se uma coisa foi bem feita num governo. Agora, o momento de criticar, também se for necessário nós estaremos criticando.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Temos certeza que nós acharemos uma solução para a questão do pedágio. Mas, o pedágio não subiu isso é importante, e o governo encontrará no momento certo uma solução para o pedágio, para que se não coloque os pés pelas mãos.

Quero falar de um Projeto de Lei, que está em andamento na CCI, que visa a taxação do veneno.

Recentemente, saiu uma pesquisa feita pela PUC, na Gazeta do Povo, onde publicou que de 187 pessoas pesquisadas, aqui em Curitiba, 85% apresentaram resíduos de gramoxoni, um agrotóxico utilizado na lavoura - 85%, das 187 pessoas.

Os problemas de osteoporose que estão ligados os porosfosforados, que absorve o cálcio do organismo. Enfim, nós do Estado precisamos ter um aparelho do Estado, uma vigilância sanitária, o Defis. Precisamos fazer análise constante em produtos que são utilizados venenos. Foi constatado 21 tipos de venenos, só no morango, a maçã que é campeã de utilização de veneno. O Estado precisa ter um aparelho condizente para que faça frente a esses problemas novos a partir do uso do veneno.

O Paraná consome um bilhão e 200 milhões de veneno, por ano. É o segundo maior Estado que mais consome veneno, só perdemos para o Estado de São Paulo.

Se taxássemos em dez centavos o litro ou o quilo do veneno, teríamos um fundo de 12 milhões por ano para fazer frente a esse problema que é o veneno, que é o uso do veneno que desencadeia uma série de despesas ao Estado do Paraná. Para quem vai plantar, lá na ponta custaria setenta centavos a mais um hectare de milho. E o Paraná teria um fundo de doze milhões para fazer frente a essa problemática do veneno.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, no horário do PFL, deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhores deputados.

Aproveito a ocasião para cumprimentar o prefeito de Céu Azul, Jaime Bastos, que nos honra com sua presença, juntamente com seus assessores da prefeitura.

Não iria usar hoje esta tribuna, mas os pronunciamentos que me antecederam fizeram com que eu ocupasse a tribuna e fizesse algumas colocações.

Não sei se ouvi certo ou alguém está equivocado em relação a algumas colocações feitas na Sessão de hoje.

Vi que o pedágio não vai aumentar. Vamos refrescar a memória. Ano passado no período eleitoral alguém dizia: "Vou acabar com o pedágio no Paraná". Pois bem, passaram alguns meses e disse: "Vou reduzir o pedágio no Paraná! Abaixa ou acaba"!

Primeiro, acaba com o pedágio. Segundo, abaixa ou acaba. Agora, o pedágio não vai aumentar. Podíamos até antever a quarta frase, três já conhecemos. Quarta frase, será que não será esta: a justiça não permitiu! Não será essa frase que vamos ouvir num futuro não muito distante?

Ouvimos diversos oradores, não venho eu querer fazer comparação de um governo com outro. Porque mais do que nossas palavras, palavras ditas por qualquer parlamentar, por qualquer pessoa que se dirige a uma população, que ocupa uma tribuna, são os atos feitos que acontecem.

Alguém disse desta tribuna: "vamos fazer um comparativo do atual governo com qualquer governo na história do Paraná. Desafio também.

Digam um novo programa do atual governo? Só um programa que vise o desenvolvimento sócio-econômico do nosso Estado? Só um e me calarei.

O governo funciona hoje pautado em cima dos programas deixados pelo governo passado.

Alguém disse que o governo esteve no meu município. O governo vai na minha região. Vai fazer o quê? Entregar recursos do Paraná doze meses. O que é isso? Dinheiro que o governo passado deixou para este governo. E não é pouco. Em torno de 600 milhões de reais. Alguém disse que o governo vai na minha região, vai assinar convênios. O que ele vai fazer? Assinar creche, asfalto, recape de asfalto. O que é isso? Paranaurbano. O que é o Paranaurbano? Nós deixamos. Sabe quanto? Cento e sessenta milhões de dólares. Quase 500 milhões de reais. O dinheiro que retorna para o FDU é quase 500 milhões nesses 4 anos do governo Roberto Requião. E mais 53 milhões que ficaram em caixa no Paranaurbano para este governador aplicar. Ele vai ter quase um bilhão de reais no Paranaurbano que o Governo passado deixou para ele.

E o Proem, reforma e construção de escolas? De quem é o programa? Do Governo passado!

E o Paranasan? Não sei de onde vai sair o recurso! Isso até quero saber, deputado Leite, o senhor que é deputado lá do litoral: anunciou-se que vão investir milhões no litoral do Paraná e eu tenho minhas dúvidas se esses recursos não são do Paranasan que o Governo passado deixou para este!

Agora, vem o governador: "eu isentei as pequenas e microempresas do ICMS!"

Parabéns! É uma isenção de imposto que alguém pode oferecer porque o ICMS do Paraná aumentou. E por

que ele aumentou? Porque alguém transformou o perfil econômico do nosso Estado através da industrialização!

Ninguém quer ser Deus de ninguém! Vender a Copel: 1993! Está aqui na Assembléia! O primeiro governador que pediu para vender as ações da Copel foi Roberto Requião no seu primeiro mandato! Está aqui na Assembléia! Ele pediu para vender as ações! E daí diz: "mas nós não queríamos privatizar!" O que é vender ações? Transferir do poder público para a iniciativa privada. Nós aprovamos!

O Banco do Estado que tanto falam, de onde vem a origem? A dívida vem de onde?

Brincar de ser Deus ninguém quer brincar, mas fazer mais de quatrocentas vilas rurais no Estado do Paraná, construir mais de quinhentas creches no Estado do Paraná, distribuir mais de quatrocentas mil refeições por mês através do Plano Supersopa - que o atual Governo acabou - para os pobres do Estado do Paraná! Isso é brincar de ser Deus? O que mais podíamos falar? Tantos outros assuntos, as duas pontes, uma em Guaíra, a outra ponte de Camargo; o porto de Paranaguá, investimento, deputado Anibelli, V. Exa. que é do setor produtivo, 480 milhões foram investidos no porto de Paranaguá; o porto de Antonina que estava fechado, estava desativado, cento e oitenta milhões foram investidos no porto de Antonina para que o Paraná pudesse competir com outros Estados; o Paranaurbano e o Paraná Doze Meses.

Deputado Hermas Brandão, quando V. Exa. era secretário da Agricultura introduziu o Paraná Doze Meses, mais de setecentas mil toneladas de calcário distribuídas para os agricultores do Estado do Paraná!

Reforma, construção de casas para os pobres do interior do Estado do Paraná! Isso é querer brincar? Não podemos deixar para o atual governador um bilhão de reais de ICMS, poupança das indústrias que se estabeleceram no Estado do Paraná. Deixar de lado os programas que o atual governador pode fazer e querer dizer que no Governo anterior não foi feito nada! Aí eu posso concordar quando alguém diz que o Paraná está de cara nova!

Senhores deputados, senhoras deputadas e paranaenses aqui presentes: o Paraná está de cara nova, sim! Está de olho roxo pelo aumento da violência! Está emagrecendo pelos investimentos que saíram do Estado; está frustrado diante das falsas promessas feitas no período eleitoral!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PSDB; PDT.

(Declinam)

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o senhor deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho a esta tribuna, na verdade, de forma democrática nós ouvimos aqui o pronunciamento de vários deputados da Situação e da Oposição. E por último, agora, o pronunciamento do deputado Elio Rusch, da Liderança do PSL, e devo respeitar a sua competência, experiente na Oposição, no seu discurso. Ouvimos o pronunciamento do Delegado Bradock, meu companheiro, que me permita fazer uma observação também sobre isso, do deputado Barbosa Neto e quero discordar de dizer que o Governo do Paraná vive num período cinzento.

E isso, graças a Deus não é verdade. O Governo do Paraná, deputado, está realmente de mãos firmes. O pedágio não acabou, mas não subiu a tarifa. Só o fato de o Governo não deixar subir a tarifa do pedágio já é um grande serviço ao povo do Paraná.

Tal qual foi o caso da energia elétrica, que não subiu o preço da energia porque tem um governador ao lado do povo. Quem criou e instalou os pedágios no Paraná, não foi o Roberto Requião, nem muito menos o PMDB. Foi o que combateu na Assembléia Legislativa.

É claro que existem contratos com relação entre o governo passado e as concessionárias, infelizmente contratos bem feitos. Que isso tem algumas demandas judiciais, mas tenha certeza, deputado Barbosa, que o pedágio abaixa ou acaba. Claro que não é de um dia para o outro, porque tem um governador a favor da população do Paraná e o Estado não está num período cinzento. Pelo contrário.

Insegurança, lógico que há dificuldade. Quero discordar do meu colega Delegado Bradock. Estou muito satisfeito, orgulho-me de votar num governador que defende os interesses do povo do Paraná.

O governo anterior, por exemplo, deputado Elio Rusch, se não se fez mais neste governo, é porque estão combatendo a corrupção do governo passado. Estou presidindo a CPI que segunda-feira deve ir o relatório ao Plenário, chamada Jogos Mundiais da Natureza, que foram milhões de desvios. A mesma coisa o Banestado. Então, não podemos dizer que este governo está num período cinzento. Pelo contrário, orgulho-me de defender um governo que defende os interesses do Paraná. Claro que não é do dia para a noite que se muda, que se acaba com o pedágio, que vai se corrigir tudo o que está errado.

Mas, há um governo trabalhando na direção de atender o povo do Paraná, a população do Paraná.

É claro, quero pedir o apoio dos deputados, muitas vezes a compreensão dos deputados, mas o governador Requião pelo menos um defeito não tem: de levar pecha de desonesto e permitir a corrupção. Só isso valeu a eleição deste governo.

O Sr. Ademir Bier

Concede-me um aparte, deputado Dobrandino?

(Assentimento)

Eu, aqui, fico fazendo uma reflexão das palavras do deputado Elio, quando tivemos a oportunidade aqui na

Assembléia Legislativa, por quatro anos acompanhando um “rolo compressor”, aonde se votava tudo, aonde não se fiscalizava nada, aonde sequer um requerimento de pedido de informações não passava aqui.

Fazemos parte de um governo diferente. De um governo que quer ser fiscalizado, porque é um governo realmente decente.

Acabou no Paraná, deputado Dobrandino, “o governo virtual”. O governo que ia à nossa região Oeste do Paraná assinar convênios com os prefeitos e esses convênios não eram cumpridos, colocando as prefeituras numa situação difícil, sem condições de prestação de contas no Tribunal de Contas. Convênios que eram feitos em épocas de eleições ou fora delas. Enganando o prefeiteiro e a população do Estado do Paraná.

O deputado Elio falou do Proem, as empresas que participaram das licitações feitas pelo Estado numa audiência pública aqui, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, quebraram a grande maioria das empresas por falta de pagamento por parte do governo do Estado. Esse governo não pagava ninguém, nem promessa ele pagava!

Quer dizer, nós estamos vivendo no Paraná, hoje, um tempo novo, um tempo de um governo decente, de um governo correto que acima de retomada da questão econômica e financeira do Estado, ele está recuperando a ética e a decência de se fazer política. Então, cumprimento o senhor pelo posicionamento e dizer que nós estamos aqui atentos também ao posicionamento. A Oposição é interessante, é importante que ela aconteça! Ela está fazendo a parte dela, mas nós não podemos nos esquecer de um passado de ontem daquilo que ocorreu no Estado do Paraná.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

E nessa questão dos pedágios, só gostaria de perguntar quem não se lembra que na eleição o governador Jaime Lerner, ele com os empresários do pedágio, com um pedido dele, eles abaixaram o pedágio na época da eleição e passou a eleição e o pedágio subiu. Será que isso é ser Deus?

O Sr. Reni Pereira

Concede-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Dobrandino, eu gostaria de me somar a V. Exa. principalmente quando diz que um governador que mantém coerência por si só já valeu o seu apoio. Talvez eu não possa concordar com o senhor quando o senhor faz comparativos com o governo passado, porque eu aqui não estava no governo passado e talvez também não possa me somar ao senhor quando o senhor fala na questão da demora na questão da solução dos pedágios. Mas, eu gostaria de discordar do senhor quando o senhor chama a atenção do deputado Bradock no aspecto da segurança, até mesmo por coerência com o discurso que fiz nessa mesma tribuna na semana passada, somando-me ao discurso do secretário de Turismo de Foz

do Iguaçu, que dizia que a população de Foz do Iguaçu espera que o governador cumpra a promessa no aspecto da segurança.

Então, gostaria de dizer que talvez foi um equívoco do senhor na hora que o senhor diz que o aspecto de segurança o senhor está satisfeito. Eu não estou satisfeito em relação ao nosso município de Foz do Iguaçu!

Só gostaria de deixar registrado isso, Dobrandino, e dizer que V. Exa. está de parabéns de ser um companheiro do Requião. Com certeza ele haverá de encontrar a solução para o Estado do Paraná, mas no aspecto da segurança, infelizmente, está deixando a desejar.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Gostaria de dizer senhor presidente, apenas para encerrar, que nós sabemos as dificuldades que o governo enfrenta. Eu discordo do deputado Bradock em dizer que se arrependeu, na verdade, das propostas de campanha. Eu não me arrependi, porque o governo está de pé e com certeza superará todas essas dificuldades.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. JOCELITO CANTO

Pela Ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Ademir Bier e falou em não cumprir compromissos, assinar aquilo que foi prometido e não cumprir depois pelo governo anterior. E eu não estava aqui, não era deputado, mas acompanhava o governo anterior, mas, deputado Ademir Bier, eu me lembrei agora que ontem teve uma reunião no Palácio Iguaçu e que o deputado Bradock disse que bateu na mesa ontem, lá no Palácio Iguaçu, e perguntou ao governador Roberto Requião se iriam pagar os cem mil que foram prometidos de emendas e as duas ambulâncias para cada deputado e eis que daí o governador Requião disse que não foi ele quem prometeu. E daí o Bradock disse: então, demita quem fez isso.

Então, queria deixar essas perguntas no ar: se o governo anterior não cumpriu, o atual, que está aqui há dez meses, parece que também não gosta de cumprir o que prometeu para os deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 045/2003, subscrita pelo governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer o quantitativo de cargos integrantes da carreira do Magistério Ensino Superior do Estado do Paraná e dos cargos de agente administrativo da carreira Pessoal Técnico Administrativo das Instituições Estaduais de

Ensino Superior, a que se referem, respectivamente, os capítulos I e II, da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria dos deputados Marcos Isfer, na qualidade de presidente da CPI da Copel, Ratinho Júnior, como relator e os demais membros, Durval Amaral, Fernando Ribas Carli, Valdir Rossoni, Tadeu Veneri, Ademar Traiano, Alexandre Curi e Vanderlei Iensen, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos senhores deputados. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

No Horário da Liderança da Oposição e do Governo, o senhor vai chamar?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O Horário da Liderança da Oposição foi usado pelo nobre deputado Elio Rusch e da Situação pela deputada Luciana Rafagnin.

O SR. DURVAL AMARAL

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Democraticamente.

Relatório Final da CPI da Copel, de autoria dos deputados Marcos Isfer, na qualidade de presidente e Ratinho Júnior, como relator, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de decreto legislativo, de autoria dos deputados Marcos Isfer, na qualidade de presidente da CPI da Copel, Ratinho Júnior, como relator e dos demais deputados: Durval Amaral, Fernando Ribas Carli, Valdir Rossoni, Tadeu Veneri, Ademar Traiano, Alexandre Curi e Vanderlei Iensen, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, na qualidade de presidente da CPI da Copel, Ratinho Júnior na qualidade de relator e dos demais membros, Durval Amaral, Fernando Ribas Carli, Valdir Rossoni, Tadeu Veneri, Ademar Traiano, Alexandre Curi e Vanderlei Iensen, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constantes do expedi-

ente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante a Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 029/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 082/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que dispõe sobre alteração da Lei nº 13.463, de 11/01/2002. Com relatório da CCJ, considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OFÍCIO/CTL/CC Nº 094

Curitiba, 24 de junho de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 081/2003, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 082/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo alterar a redação da Lei nº 13.463, de 11 de janeiro de 2002 e o veto apostado decorre do fato de a medida nele contida não consultar aos superiores interesses públicos, tendo em vista que, ao proibir apenas o "consumo" de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos revendedores de combustíveis e permitindo, conseqüentemente, aos mesmos a livre comercialização de tais produtos, não só ocasiona completo mutilamento da letra e do espírito da referida Lei nº 13.463/2002, como, também, elimina seus fundamentais efeitos.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 082/2003, encontra-se publicado no DA nº 003/2003, de 26/02/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 029/2003

P A R E C E R :

A presente proposição-veto oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 82/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que dispõe sobre alteração da Lei nº 13.463 de 11/01/2002.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O eminente deputado Algaci Tulio fez um projeto de lei que se transformou em lei para o Estado do Paraná, em especial nos perímetros urbanos, nos postos de combustíveis, ficando proibida a venda de bebidas alcoólicas nas lojas de conveniência. Essa lei que acabou não tendo eficácia.

Fui procurado pelo Sindicombustível - Sindicato dos Donos de Postos de Gasolina, que me mostraram algumas razões: primeiro, da não eficácia da lei. Segundo, da importância de se mudar essa lei para que possa ganhar a condição de ser uma lei, que tenha a sua eficácia e que ao mesmo tempo ajude, não dando demissão nos postos de gasolina, em especial, nas lojas de conveniência.

A lei do deputado Algaci Tulio - uma lei muito importante -, lembro-me quando eu era vereador em Curitiba, ele foi procurado porque as pessoas que moram no entorno, ao redor dos postos de combustíveis, aonde têm as lojas de conveniência, não têm sossego, principalmente final de semana, deputada Elza, tal é a algazarra que acontece nesses postos, principalmente de jovens que lá encostam para ficar bebendo, conversando, ouvindo som num volume muito alto, e depois saindo, fazendo pegadas já um pouco mais alto no seu estado emocional pelo teor etílico.

Porém, o que acontece? Os postos de gasolina onde tem a loja vendem, por exemplo, a latinha de cerveja, o litro de uísque, o vinho, e vende a cerveja, em especial, que é o mais consumido, mais caro do que o supermercado que tem o poder de, por ser uma venda no atacado, e tem a condição de compra da empresa num número muito maior, o mercado consegue fazer promoções, está aí o nosso comerciante, mercadista em União da Vitória, Pedro Ivo, que conhece o que estou falando, e o mercado faz suas promoções e o jovens compram no

supermercado caixas e caixas de latinhas de cerveja, vão com o isopor já pronto com o gelo, encostam no posto, abrem o capô, colocam o som e ficam lá reunidos com os amigos tomando a cerveja que levaram do supermercado. O posto pode ser proibido de vender, mas vai ter o consumo e a algazarra e a bagunça acontecendo e continua até hoje.

O nosso projeto ele muda a Lei nº 13.463, que é do deputado Algaci Tulio, nós mudamos apenas o artigo 1º. O artigo 1º da lei do Algaci Tulio - fica proibida a distribuição, o fornecimento e a comercialização de bebidas alcoólicas em estabelecimentos revendedores de combustíveis, postos de gasolina localizados em perímetros urbanos.

Nós deixamos assim - o artigo 1º da Lei nº 13.463, essa do Algaci Tulio, passa a vigorar com a seguinte redação: "Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos revendedores de combustíveis, postos de gasolina localizados em perímetros urbanos".

Muda a venda pelo consumo da bebida.

O Sr. Marcos Isfer

V. Exa. permite-me um aparte?

(Assentimento)

Apenas para manifestar a V. Exa. que a Bancada do PPS, por decisão, vota por unanimidade pela derrubada do veto.

O SR. NATÁLIO STICA

Agradeço a Bancada do PPS, como tenho certeza agradecerei às demais.

Adicionamos um artigo, segundo, aonde diz - que os estabelecimentos de que trata esta lei deverão afixar em suas dependências, de forma ostensiva e legível, a proibição de que trata o presente dispositivo. E aproveitamos o artigo 2º e 3º, passando para 3º e 4º da lei do Algaci Tulio, porque a lei é a mesma, só muda o primeiro, deixando aqui a multa, a suspensão, enfim, continua como está a lei, apenas garantimos. Por que isto? Porque, primeiro, ao manter a venda, ficam as pessoas que vão abastecer, podendo no final da tarde comprar ou a sua cerveja ou o seu vinho e levar para casa para consumir ou numa madrugada, um posto 24 horas perto da sua casa, quer ir lá, vai, busca, não tem problema nenhum. E nós proibimos o consumo porque aqueles que compram fora não mais poderão ficar fazendo aquelas rodinhas e consumindo lá, onde hoje é comum. E o dono do estabelecimento vai poder, então, alertar os jovens e, se for o caso, chamar a polícia, a fiscalização, que for, no caso.

Com isto nós vamos garantir que não vai ter desemprego nas lojas de conveniências e vamos acabar com essa de os jovens ficarem se embebedando lá nos postos, como é comum, e, se Deus quiser, acabar com essa algazarra que gera preocupação no eminente deputado Algaci Tulio.

Teve o veto do governador e eu não questiono o veto, porque quem lê sem conhecer, deputado Anibelli, que já conversamos sobre o assunto, quem lê pensa, de fato, proibir o consumo e não proibiria a venda não faz sentido. Mas depois que eu tive oportunidade de explicar, entenderam e por isso estamos já de comum acordo e eu peço, portanto, o apoio de todos os senhores deputados e senhoras deputadas, e peço de todos mesmo, até porque mal vai dar quorum para votação, para que nós possamos, então, acertar de vez, definitivamente, essa questão da algazarra e dos jovens saindo bêbados dos postos de gasolina e fazendo racha nas ruas das nossas cidades.

Era isso. Fico muito grato pelo apoio que tenho certeza, receberei.

Concedo o aparte ao deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli

Antecipando-me a V. Exa. e ao Plenário dizer que em nome do deputado Dobrandino, vice-líder do Governo, libera a bancada e a bancada do PMDB está liberada para votar de acordo com o projeto de V. Exa.

O SR. NATÁLIO STICA

Agradeço, deputado Anibelli, bem como aos demais deputados e deputadas.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Solicito ao Sr. 1º secretário, Delegado Bradock, para que proceda à chamada dos senhores deputados para o processo de votação.

O senhores deputados que votam a favor do projeto, votarão com a expressão NÃO; os senhores deputados que votam a favor do veto, votarão com a expressão SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Delegado Bradock)

Procede à chamada nominal dos senhores deputados, para a votação.

Senhor presidente, 44 senhores deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Designo o deputado Mauro Moraes e a deputada Cida Borghetti para que juntamente com o deputado Bradock possam proceder ao escrutínio dos votos.

(Procedem ao escrutínio dos votos)

Resultado da votação: foram 06 (seis) votos SIM; 38 (trinta e oito) NÃO.

Portanto, **rejeitado o veto e mantido o projeto.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Centro de Prevenção, Tratamento e Recuperação Contra as Drogas do Vale do

Ivaí - Cendrogasval, com sede no município de Kaloré e foro no município de Jandaia do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 432/2003. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/2003, de autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Integradas de Pato Bragado, com sede no município de Pato Bragado e foro no município de Marechal Cândido Rondon. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores Familiares do município de Guaraniaçu, com sede e foro em Guaraniaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que altera o anexo único da Lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002, (Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar). **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. Aprovado, artigo por artigo.**

A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)

Senhor presidente, temos tido uma dificuldade, porque fico apertando este botão e não liga o microfone e já passou. O Projeto 384.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Já foi.

A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)

Pois é, mas daí como a gente resolve isso? Porque V. Exa. está fazendo seu papel de presidente e não é primeira vez que quero discutir um projeto e sou impedida. Deveria ficar ligado tudo isso aqui direto para facilitar a vida da gente!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

V. Exa. tem razão, eu mesmo tenho tido, em inúmeras vezes, dificuldades com o som. Acho que como o som era antigamente, que o som estava ligado em cima da mesa, todos os microfones, era muito mais prático. Fica aí a sua questão de ordem para que a direção discuta este assunto.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Senhor presidente, a questão do som todo mundo tem o costume de querer culpar o pessoal do som. Acho que esse botãozinho é só apertar um pouquinho antes, se

apertar um pouquinho antes eles ligam automaticamente o som. Agora, toda hora aqui quando som baixa bota a culpa no operador, aí vem uma ordem e manda levantar, outro vem e manda levantar! Vamos organizar o negócio aqui. Esse botãozinho, toda vez que eu aperto ele funciona. Não sei o que aconteceu com a deputada, acho que tem que apertar um pouquinho antes.

Só isso, senhor presidente.

A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)

Acho que hoje é o dia de quererem nos usar como bode expiatório, não vou admitir, Jocelito! Na verdade sou amiga, companheira dos funcionários, solidária, respeito-os mais do que qualquer pessoa pode criticar, o trabalho dos funcionários da Casa e quem está lá em cima sabe muito bem disso. Apenas coloquei a mão e não sou lerda, se é uma coisa que esta deputada não é, é lerda.

Tenho insistido e, de fato, bem antes da questão da discussão eu já aperto. Pode ser um defeito nesta Bancada, aqui. Então, não estou culpando absolutamente ninguém, e eles, funcionários, devem saber disso! A questão foi colocada para a gente melhorar o sistema para todos. Se V. Exa. está numa Bancada tão boa, que só pensar, já liga o botão. Vamos trocar. Eu sento lá, o senhor senta aqui, vamos resolver esse problema, porque aqui da minha bancada às vezes tenho essa dificuldade. Agora não é uma questão de incompetência de funcionário.

Não foi isso que eu disse e acho deselegante querer usar isso, jogar a deputada contra os funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Esta presidência entendeu a V. Exa. é uma questão de ordem para ser discutida.

Passamos a discutir o Projeto nº 390/2003.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Só queria registrar que a deputada Elza, neste momento, conseguiu falar. Neste momento o botãozinho funcionou.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Rio Pratinha, com sede e foro no município de Santa Maria do Oeste. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 483/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Prêmio Estadual de Cinema de Vídeo, a ser organizado através da Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providên-

cias. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em votação.

A SRA. ELZA CORREIA (Para Discutir)

Em relação a esse projeto do deputado Ângelo Vanhoni, ele não está aqui presente. Falei com a assessoria, recebi informações. Apenas para levantar uma questão que considero de certa forma preocupante. O projeto é excelente. Um projeto importante, na medida que ele de fato institui o prêmio estadual de cinema e vídeo. Uma área que desenvolve um trabalho extraordinariamente importante no Paraná e no Brasil. E que essa premiação vai estimular, vai realmente ajudar na produção do cinema no Estado que tem que ser incentivado. Apenas manifesto a seguinte preocupação, os prêmios, companheiros deputados, eles são de um vulto muito grande.

O longa metragem, o prêmio anual é de um milhão de reais. E os três outros prêmios de telefilme são prêmios anuais de cento e oitenta mil reais para cada um. E esses valores vão sair, segundo o projeto do deputado Vanhoni da Secretaria da Cultura. Coloca, com muita clareza na sua proposta, que esses valores seriam retirados da Secretaria da Cultura.

A minha preocupação, e nós fizemos um debate junto com o Tadeu Veneri, que presidiu esse debate na questão da cultura, onde obrigavam a aumentar o orçamento da Cultura. Mas acho preocupante as premiações de valores tão altos, sendo que estamos, a partir daí, lidando com a matéria orçamentária. O projeto é legal, constitucional, não tem nenhum problema. Mas quando joga para o Governo pagar, bancar esses valores e esses valores não estão incluídos no nosso Orçamento, fico um pouco preocupada.

Estou levantando essa questão, mas não sei quem poderia orientar, porque o Vanhoni não está e gostaria de ser orientada em relação a essa questão.

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Com todo o prazer, gostaria de orientá-la que a matéria está contemplada, sim, no Orçamento de 2004, na rubrica SIM da Secretaria de Estado da Cultura e específica para premiação da área de cinema, no valor de quatro milhões, quinhentos e quarenta mil reais.

Agora, a questão de valores, deputada Elza, acho que a senhora deveria discutir com a classe. Tenho a impressão que o deputado Vanhoni ao apresentar esse projeto, deve ter discutido amplamente com a classe os valores de depreciação. Até por ele não estar aqui, não vou entrar nessa discussão menor de valores de premiação.

Quero lhe dizer, como relator de Orçamento, que sim. Esse valor está contemplado no Orçamento, dentro do Orçamento da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná.

A SRA. ELZA CORREIA

Na verdade é o seguinte: como as matérias orçamentárias - talvez por eu ser nova como deputada - algu-

mas questões eu acho importante discutir antes de votar, mas não sou debutante como parlamentar. Entendo que todas as matérias que tratam de questões orçamentárias deveriam ser iniciativa do Executivo, ou não? Pelo menos é o que consta no nosso Regimento Interno. Então, as matérias relativas à questão de Orçamento e a que deveria estar contemplada incluída na Lei orçamentária Anual deveria ser do Roberto Requião.

Na verdade, coloco isso porque quero votar com serenidade. É um projeto que é da minha área. Sou da área da cultura, sempre fui, tenho participado, aqui na Casa, da Comissão, tenho o maior respeito, o maior respaldo pela área e não estou aqui fazendo críticas contrariamente ao projeto. Mas, apenas solicitando que as minhas dúvidas sejam sanadas. Como é matéria orçamentária, queria saber se não é iniciativa do Governo? Caso contrário, também passaremos a fazer projetos com matéria orçamentária.

O SR. MARCOS ISFER

Só para esclarecer a senhora, já veio no Orçamento contemplado o Orçamento que é feito pelo Governo do Estado. Então, já há contemplação desses recursos no Orçamento.

A SRA. ELZA CORREIA

Vou verificar, mas na verdade a matéria...

O SR. MARCOS ISFER

Desculpe, deputada, mas se estou dizendo à senhora que está nas minhas mãos, eu não seria leviano de falar bobagem para a senhora.

A SRA. ELZA CORREIA

O senhor está muito nervoso. Acho que o senhor devia se acalmar.

O SR. MARCOS ISFER

Estou mesmo, deputada, porque esse tipo de posicionamento de não admitir contestações ou não admitir outra posição que não seja a sua, começa a colocar a gente numa situação muito difícil, deputada Elza.

Tenho o maior respeito democrático por todos e em todos os momentos a senhora já foi testemunha desse meu respeito democrático em inúmeros momentos.

Então, quando eu digo à senhora que aqui está, a senhora diz que vai verificar, desculpe, mas a mim soa como se eu estivesse dizendo algo à senhora, e a senhora estivesse duvidando do que estou lhe dizendo. Peço-lhe perdão se não foi essa a intenção e apenas registrar pela Comissão de Orçamento que: sim A matéria está contemplada.

A SRA. ELZA CORREIA

Deputado Isfer, em nenhum momento eu quero ser deselegante, mas reservo-me o direito daqui para frente de colocar a minha posição.

Fico impressionada que como o fato de botar a posição, falar o que está pensando cause estranheza e, às vezes, até indelicadezas de pessoas que não são normalmente indelicadas, como é o caso de V. Exa.. Aqui, vou colocar, sempre que eu achar oportuno e necessário, as questões que tenho dúvidas para que nós escutamos aqui. Eu devia ter feito isso desde o primeiro dia do meu mandato, talvez as pessoas estivessem mais acostumadas com o meu estilo. Tenho dúvidas e quero tirá-las para votar com serenidade, com tranquilidade. Não é absolutamente, querer a palavra final, porque se há uma coisa que eu aprendi à duras penas, lá atrás, bem lá atrás, foi a questão do respeito democrático. Posso morrer discordando da opinião de alguns colegas, mas morro também para defender o direito de ele manifestar a sua opinião.

O senhor realmente está equivocado quando faz essa relação com a minha pessoa. Sou democrática, sempre fui e sempre serei. Posso até não concordar com algumas coisas, que é o meu direito, mas defendo o direito da outra pessoa emitir a sua opinião.

Não estou desmentindo V. Exa., não estou aqui para fazer isso. Estou apenas levantando um questionamento de valores, que na minha avaliação alta demais, que mexe com a questão orçamentária. E todos os projetos que se referem às questões orçamentárias, eu insisto, deveriam e devem ser, é isso que estamos discutindo na CCJ, iniciativas do Executivo.

Entendo que não estou errada nessa minha posição, e não estou contestando o presidente do Orçamento e nem ninguém em relação à minha posição. Também não fui convencida que estou errada, acho que estou certa. A questão dos valores, realmente V. Exa. tem razão. Podemos discutir com categoria, com classe. O Vanhoni deve ter feito bem isso, porque ele é uma pessoa muito envolvida com a questão da arte, da cultura, e deve ter discutido.

Coloco esta opinião, porque no artigo 167, inciso II da Constituição Federal, são vedados o início de projetos não incluídos na lei orçamentária. V. Exa. colocou que está incluído na lei orçamentária de forma global, mas não está incluído de forma explícita, que é para este prêmio especificamente. Se li errado, peço desculpas. Mas, na minha leitura não era uma coisa que estava explicitada no Orçamento anual, com o pagamento deste prêmio.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Continua em discussão o projeto. Para discutir, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Discutir)

O que coube ao deputado Marcos Isfer dizer para a deputada Elza Correia, foi que existe provisão para o próximo exercício financeiro de 2004.

Resta uma dúvida da deputada Elza Correia e que estou com a deputada, que é a origem. A competência para elaborar. Passou na CCJ, mas a competência efetivamente não cabe a nós, porque gera despesas. É um projeto que, a bem da verdade, não temos competência para estar

votando. Esta é a dúvida da deputada Elza, e ela tem origem. A CCJ tem sido rigorosa nesta questão, mas este passou. Pode ter até passado por mim, porque não sei quem fez o parecer. Porque a origem tem vício. É vício de origem esse projeto. Nisso a deputada Elza Correia tem razão.

Era isso, até porque a deputada Elza Correia cobrou deste deputado que colocasse esta questão.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar)

Estamos votando o mérito. Já votamos a constitucionalidade. Já que estamos falando de leis, já que somos homens e mulheres da lei, temos aqui que cumprir a lei. temos que discutir o mérito. Era isso que queria encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o substitutivo geral da CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 611/2003, de autoria do deputado Ailton Araújo, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã Jetro de Evangelismo e Missões, com sede e foro no município de Cascavel. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 652/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública Associação de Oficinas de Caridade de Santa Rita de Cássia da Paróquia Sant'Ana, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 654/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Casa Família Rural - CFR, de Francisco Beltrão, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 659/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que altera a redação do artigo 1º, da Lei nº 10.346, de 06 de julho de 1993, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social Wesleyana da Vila São Pedro, com sede e foro nesta capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 656/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães da Vila Audi de Curitiba. **COM**

PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2003, de 03/11/2003).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 656/2003**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Doutor Luciano, declara de Utilidade Pública o Clube de Mães da Vila Audi de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 658/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública o Instituto Dedé Mocellin, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2003, de 03/11/2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 658/2003**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, declara de Utilidade Pública o Instituto Dedé Mocellin, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 661/2003, de autoria do deputado Ailton Araújo, que declara de Utilidade Pública a Entidade Fundação Esperança, com sede e foro em Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 092/2003, de 05/11/2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 661/2003**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Ailton Araújo, declara de Utilidade Pública a

Entidade Fundação Esperança, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 663/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Berimbau de Prata, com sede e foro no município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 092/2003, de 05/11/2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 663/2003**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, declara de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Berimbau de Prata, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 668/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Centro Social Coração de Maria, com sede e foro no município de Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 093/2003, de 10/11/2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 668/2003**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Durval Amaral, declara de Utilidade Pública o Centro Social Coração de Maria, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº

8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 2779 a 2781, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2783 a 2792, de autoria do deputado Natálio Stica, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2790, de autoria do deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2784, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2787, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2791 a 2793, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2799, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2801, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2804 e 2805, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2786, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 369/2003.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 124, 390 e 483/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 656, 658, 661, 663 e 668/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos: de Lei n° 220/2003; de Lei Complementar n° 239/2003 e dos de Lei n°s 256, 500, 567, 575, 657, 664 e 670/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações n°s 120 e 121/2003.

Quero alertar aos senhores parlamentares também e fazer um apelo para que todos estejam presentes na próxima segunda-feira, porque vamos fazer um esforço concentrado para que possamos encerrar os nossos trabalhos legislativos no dia 12.

Então, é fundamental a presença de todos os parlamentares na próxima semana.

Levanta-se a Sessão.

Ata de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 37ª REUNIÃO

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Delegado Bradock, Ailton Araújo, Doutor Luciano, Ademir Bier e Pedro Ivo Ilkiv. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação da Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir o deputado Delegado Bradock requereu que fossem adiados os depoimentos previstos para a presente reunião, e transferidos para a próxima, em virtude do não comparecimento do depoente o senhor Giovanni Gionédís, ex-secretário da Fazenda e ex-presidente da Comissão de Coordenação destinada a supervisionar os serviços contratados para o procedimento de avaliação e venda das ações do Banestado. Em votação. APROVADA. O deputado Neivo Beraldin confirmou e agradeceu a presença dos convocados para esta reunião os senhores Hermínio Paiva de Castro, Waldemar Dante Borgaro, José Evangelista de Souza, Mário Otto, e das senhoras Lúcia Paula Cordeiro do Rego Barros Biscaia, Márcia Carla Pereira Ribeiro e Desireé do Rocio Vidal, convocando-os para a reunião do dia vinte e um de outubro do corrente ano, às 11 horas, neste local. Em votação. APROVADO. A Comissão deliberou favoravelmente pela convocação do senhor Edgar Antonio Guimarães, servidor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que deverá ser oficiado para que o mesmo seja indicado por este Tribunal para falar sobre o processo de privatização do Banestado. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados membros e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário